

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E ADESÃO A VALORES
ANTIDEMOCRÁTICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Caroline Oliveira Neves de Lima

Porto Alegre, 2023

CAROLINE OLIVEIRA NEVES DE LIMA

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E ADESÃO A VALORES
ANTIDEMOCRÁTICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Jennifer Azambuja de Moraes

CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Caroline Oliveira Neves de
SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E ADESÃO À VALORES
ANTIDEMOCRÁTICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA / Caroline
Oliveira Neves de Lima. -- 2023.
127 f.
Orientadora: Jennifer Azambuja de Moraes Moraes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Socialização Política. 2. Valores
antidemocráticos. 3. Juventude. 4. Pandemia. 5.
Democracia. I. Moraes, Jennifer Azambuja de Moraes,
orient. II. Título.

CAROLINE OLIVEIRA NEVES DE LIMA

**SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL E ADESÃO A VALORES
ANTIDEMOCRÁTICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jennifer Azambuja de Moraes - Orientadora

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González (PPGCP-UFRGS)

Profa. Dra. Ana Julia Bonzanini Bernardi (PPGCP-UFRGS)

Profa. Dra. Patrícia Cunha (UFPEL)

AGRADECIMENTOS

Ingressei em minha primeira graduação em 2010, diante de um horizonte esperançoso de expansão da universidade pública e de direitos sociais importantes. Treze anos separam o Brasil de 2023 daquele Brasil que outrora conheci: retrocessos, ataques às instituições, à democracia e às universidades públicas. Na condição de mulher, estudante e trabalhadora, me questionei milhares de vezes se estava no lugar correto, e se eu seria capaz de continuar a trilhar uma vida acadêmica diante de minhas condições de vida, e do cenário de retrocessos, cortes de recursos à ciência. Hoje posso afirmar que estou concluindo um sonho que, por muito tempo, me pareceu inalcançável e impossível, e isso só pôde acontecer porque tive o apoio de pessoas fundamentais que me incentivaram e me fizeram enfrentar meus medos, traumas, e outros perrengues do dia a dia. Se hoje estou para conseguir um título, esse título também é de vocês.

O tema da pandemia atravessa esta dissertação não por acaso: realizei minha seleção do mestrado, as disciplinas e a pesquisa remotamente, com um contato mais limitado com meus pares, e diante de um isolamento bastante doloroso. Por isso, meus sinceros agradecimentos a todos os colegas e vínculos que desenvolvi no PPG neste período, que mesmo remotamente me apoiaram, seja em momentos de escutas e desabafos, ou mesmo trocas sobre as pesquisas e a vida. Também aos colegas do NUPESAL que, mesmo distantes, foram muito generosos comigo e compartilharam discussões excelentes que enriqueceram minha formação como cientista política.

Agradeço às mulheres da minha família, que sempre enfrentaram os desafios da vida com coragem e me inspiraram todos os dias a não me conformar com os papéis sociais que nos foram impostos: obrigada mãe (Cintia), vó Cida, vó Neusa e minhas irmãs Julia e Giovana - a força e o amor de vocês me nutre todos os dias. Agradeço em memória de meu avô Paulo, de meus queridos tios Sebastião e Geny, e também da Mimi: vocês foram responsáveis por grandes coisas em minha vida. Ao meu amor e companheiro de vida Luís Felipe, por me abraçar nessa jornada e caminhar comigo cotidianamente. Às amigas próximas que estiveram comigo nessa caminhada e a partilharam comigo em tantos diferentes momentos: Ana, Isa, Isadora, esse título é praticamente de vocês!

Agradeço à minha orientadora maravilhosa, inteligente, empática, coerente, enfim, faltam adjetivos para descrever a Jennifer Azambuja de Morais. Nunca serei capaz de expressar

o meu nível de gratidão por tudo que fez por mim, não somente no nível intelectual e no compartilhamento de importantes experiências acadêmicas, mas também diante de seu papel como educadora e ser humano. A Jennifer é uma das poucas pessoas coerentes que conheço na vida. Nunca vou esquecer das parcerias, e todas as vezes que foi solícita, me incentivou, me apoiou, me tranquilizou. Je, eu poderia escrever outra dissertação só pra você. Você é incrível e todo mundo sabe disso (espero que você também saiba). Muito obrigada. Agradeço ao professor Rodrigo González, que gentilmente me influenciou com seu olhar apurado e experiências ricas, possibilitando novas leituras de mundo. Rodrigo, saiba que também admiro sua coerência e secretamente te apelidei de ‘meu malvado favorito’.

Agradeço a todos os meus alunos das escolas estaduais em que lecionei por quatro anos em Minas Gerais: E.E. Barão do Rio Branco, E.E. Padre Simin, E.E. Dom Benevides, E.E. Antônio Pereira: vocês são o motivo principal dessa pesquisa. Aos alunos dessas escolas, e principalmente da Barão: fomos apoio uns dos outros no momento de pandemia e na turbulência pós pandêmica, e sentir a energia pulsante de vocês e o anseio por mudanças é o que me motiva a estudar as juventudes e o processo democrático atrelado à elas. Aos colegas educadores que merecem dez prêmios por dia por aguentar a insalubridade que lecionar na educação básica do estado de Minas Gerais (alô, Luciana, você é maravilhosa!). Finalmente, aos bons encontros que fiz na ONG Rede Asta, principalmente à minha chefinha socióloga Vanessa Orban, que se tornou mais que uma chefe: um modelo de inspiração diária para mim, uma parceira de teorias, reflexões intelectuais, e uma grande amiga.

Do início do mestrado até sua finalização, morei em três cidades, cinco casas diferentes e trabalhei em três empregos. A resistência que desenvolvi hoje é oriunda de muita luta para não desistir de um sonho, mas também fruto de muitas mãos que me carregaram e acolheram para que eu alcançasse esse caminho. Por fim, agradeço a todos os brasileiros que evitaram a continuidade do pesadelo fascista genocida que se apossou de nossos sonhos e saúde mental nos últimos anos. Só é possível respirar novamente porque acreditamos, e nos movemos todos os dias. Em frente!

(...)

*Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.*

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.*

*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A última década brasileira (2012/2022) aponta para momentos de agitação política e diversos ataques à democracia nacional, que culminaram com a ascensão do governo de Jair Bolsonaro, um espelho da consolidação de grupos autoritários e de extrema direita na vida política. Imersos nesse cenário, os brasileiros também são afetados pela pandemia da COVID-19, um evento mundial sem precedentes. A necessidade de isolamento social aprofunda as relações da sociedade com as mídias digitais, que capilarizam um universo de polarização, onde atores da extrema direita navegam com traquejo e mobilizam discursos de ódio. Como somente os procedimentos formais constitucionais não instauram, automaticamente, uma cultura política democrática nos indivíduos, questiona-se como este cenário está afetando o padrão de socialização política juvenil e sua adesão a valores democráticos. Dessa forma, o problema de pesquisa que guia este trabalho é: Quanto o contexto da pandemia da COVID-19 e o uso de mídias digitais afetou a socialização política e a adesão a valores antidemocráticos dos jovens? O objetivo geral consiste em compreender como a pandemia da COVID-19, o contexto político descrito, e a intensificação do uso das mídias afetaram a socialização política juvenil e sua adesão a valores democráticos. Os objetivos específicos são: 1) explicar o papel da socialização política na formação de atitudes, comportamentos e valores políticos, investigando como configura-se a socialização juvenil e sua relação com o crescimento de valores antidemocráticos dos últimos anos, destacando o recente cenário político brasileiro; 2) compreender como a experiência da pandemia e seus desdobramentos, como o ensino remoto, podem interferir nas sociabilidades políticas entre jovens de diferentes sistemas de ensino e ; 3) examinar, nos anos recentes, o papel das mídias digitais e da internet no interesse político juvenil, no apoio à democracia e na intolerância política entre jovens estudantes. A hipótese é a de que o contexto de crises econômicas, políticas, e de fortalecimento de grupos políticos com narrativas autoritárias, a privação de espaços presenciais escolares em decorrência da pandemia, além da intensificação dos usos das mídias digitais afetaram negativamente a aquisição de valores democráticos e potencializaram sentimentos de intolerância entre os jovens. A metodologia utilizada é quantitativa, através de uma análise descritiva longitudinal na cidade de Curitiba, por meio de pesquisa *survey* realizada com estudantes do ensino médio em 2016 e 2022, aplicadas pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL). Os resultados na cidade de Curitiba apontam para um padrão decrescente de aquisição de valores democráticos entre os jovens, visão de futuro mais pessimista, expansão intensa das mídias digitais em substituição ao formato da escola tradicional e prejudicialidades na educação, que se distribuem desigualmente entre os sistemas de ensino. Além disso, a intolerância (sobretudo na vida online), a aversão à política formal, e também às pessoas com opiniões políticas diferentes são um retrato geracional de uma sociedade polarizada que não rompe com o padrão político de aquisição de valores anterior e pode constituir ameaça ao futuro democrático brasileiro.

Palavras-chave: Juventude. Socialização Política. Cultura Política. Pandemia. Mídias Digitais.

ABSTRACT

The last Brazilian decade (2012/2022) points to moments of political unrest and various attacks on national democracy, which culminated in the rise of the government of Jair Bolsonaro, a mirror of the consolidation of authoritarian and far-right groups in political life. Immersed in this scenario, Brazilians are also affected by the COVID-19 pandemic, an unprecedented global event. The need for social isolation deepens society's relations with digital media, which capillarize a universe of polarization, where far-right actors navigate with skill and mobilize hate speech. As only formal constitutional procedures do not automatically establish a democratic political culture in individuals, it is questioned how this scenario is affecting the pattern of youth political socialization and their adherence to democratic values. Thus, the research problem that guides this work is: How much did the context of the COVID-19 pandemic and the use of digital media affect young people's political socialization and adherence to anti-democratic values? The general objective is to understand how the COVID-19 pandemic, the political context described, and the intensification of media use affected youth political socialization and their adherence to democratic values. The specific objectives are: 1) to explain the role of political socialization in the formation of attitudes, behaviors and political values, investigating how youth socialization is configured and its relationship with the growth of anti-democratic values in recent years, highlighting the recent Brazilian political scenario ; 2) understand how the experience of the pandemic and its consequences, such as remote learning, can interfere with political sociability between young people from different education systems and ; 3) examine, in recent years, the role of digital media and the internet in youth political interest, support for democracy and political intolerance among young students. The hypothesis is that the context of economic and political crises, and the strengthening of political groups with authoritarian narratives, the deprivation of face-to-face school spaces as a result of the pandemic, in addition to the intensification of the use of digital media, negatively affected the acquisition of democratic values and potentiated feelings of intolerance among young people. The methodology used is quantitative, through a longitudinal descriptive analysis in the city of Curitiba, through a survey carried out with high school students in 2016 and 2022, applied by the Research Center on Latin America (NUPESAL). The results in the city of Curitiba point to a decreasing pattern of acquisition of democratic values among young people, a more pessimistic vision of the future, intense expansion of digital media in substitution of the traditional school format and harmful effects in education, which are unequally distributed between systems education. In addition, intolerance (especially in online life), aversion to formal politics, and also to people with different political opinions are a generational portrait of a polarized society that does not break with the previous political pattern of acquiring values and can constitute a threat to the Brazilian democratic future.

Keywords: Youth. Political Socialization. Political Culture. Pandemic. Digital Media.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Avaliação sobre efeitos da pandemia em aspectos de vida (%)	33
Gráfico 2 - Número de Docentes no Ensino Médio, segundo a faixa etária e o Sexo.....	37
Gráfico 3 - Indicador de Adequação da Formação Docente para o Ensino Médio, segundo a disciplina (%).....	39
Gráfico 4 - Pessoas que utilizaram a internet, por grupos de idade (%).....	52
Gráfico 5 - Além de estudar, você trabalha? (%).....	61
Gráfico 6 - Renda familiar percebida dos jovens durante a pandemia(%).....	63
Gráfico 7 -Diferenças de visão de futuro entre os jovens curitibanos (2016 x 2022) (%).....	64
Gráfico 8 - Como você se sente em relação à política? (2016 x 2022) (%).....	65
Gráfico 9 - Opinião sobre as seguintes instituições na pandemia (%).....	66
Gráfico 10 - Modalidades de ensino durante a pandemia (%).....	67
Gráfico 11 - Você pesquisa em outras fontes sobre notícias de política postadas em redes sociais? (%).....	73
Gráfico 12 - Qual sua principal motivação quando conecta-se à internet?.....	74
Gráfico 13 - Interesse político.....	76
Gráfico 14 - Interesse por política x confiança na internet.....	77
Gráfico 15 - Indicador de intolerância política atitudinal (2022).....	78
Gráfico 16 - Intolerância política comportamental (2022).....	79
Gráfico 17 - Confiança nas redes sociais x percentual de indivíduos que apresentaram intolerância política (2022).....	80
Gráfico 18 - Percepção sobre a política entre jovens estudantes curitibanos (2019)	83
Gráfico 19 - Valores políticos de jovens estudantes curitibanos (2016 e 2022)	84

Gráfico 20 - Valores democráticos/antidemocráticos entre os jovens.....85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Concordância com as afirmações sobre se é melhor a democracia ou um governo autoritário - 2019	58
Tabela 2. - Instituições de socialização política.....	60
Tabela 3 - Perdeu o emprego durante a pandemia x tipo de escola (2022).....	62
Tabela 4 - Aulas durante a pandemia e desigualdades entre sistemas de ensino.....	68
Tabela 5 - Marcadores de aprendizagem e atraso escolar na percepção juvenil, por sexo.....	70
Tabela 6 - Com quem você costuma conversar frequentemente sobre assuntos políticos? (2016 x 2022).....	72
Tabela 7 - Percentuais de confiança na internet dos jovens (2016 e 2022) (%).....	75
Tabela 8 - Opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula (2016 x 2022) (%).....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. CAPÍTULO 1: CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E AUTORITARISMO	08
1.1 - CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA.....	08
1.2. O BRASIL DA ÚLTIMA DÉCADA: CRISE POLÍTICA E RETORNOS AUTORITÁRIOS (2012-2022).....	12
2. CAPÍTULO 2: SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	20
2.1. ESTUDOS GERAIS SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	20
2.2. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NO BRASIL RECENTE	25
3. CAPÍTULO 3: OS JOVENS E A PANDEMIA	30
3.1 BRASIL PANDÊMICO E JUVENTUDE.....	30
3.2 EDUCAÇÃO BÁSICA, ENSINO REMOTO E DESIGUALDADES.....	34
3.3. MARCADORES DE DESIGUALDADE SOCIAL E SOCIABILIDADES JUVENIS NA PANDEMIA.....	39
4. CAPÍTULO 4: INTERNET, POLÍTICA E DEMOCRACIA	43
4.1 ESTUDOS GERAIS EM CULTURA POLÍTICA SOBRE INTERNET, POLÍTICA E DEMOCRACIA.....	44
4.2 ANALISANDO O CASO BRASILEIRO.....	50
4.3 JUVENTUDE E INTERNET: INTERESSE POLÍTICO, INTOLERÂNCIA E APOIO DEMOCRÁTICO.....	51
5. CAPÍTULO 5. ANÁLISE DOS DADOS	59
5.1 SOCIALIZAÇÃO E PANDEMIA.....	60
5.2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E INTERNET EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	71
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
ANEXOS.....	105
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE 2016.....	105
ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DE 2022.....	116

INTRODUÇÃO

Na esteira dos recentes choques econômicos, diplomáticos e políticos da contemporaneidade, a pandemia do SARS COV 2, ou corona vírus (COVID-19) trouxe alterações no cenário global, sendo considerada por alguns como o evento mais dramático da história humana desde a Segunda Guerra mundial (MORAES E MOISÉS, 2021). No Brasil, a pandemia deixa um saldo de mais de 668.000 mortes diretas (PAINEL COVID, 2022) e erige alterações nos modos de vida das pessoas, na dimensão das relações interpessoais e com as mídias digitais, produzindo isolamento social, incerteza e graves consequências nos indicadores de saúde mental e comportamentos (RIBEIRO, 2021). Além disso, o cenário pandêmico é permeado por momentos de graves conflitos políticos, omissões e ações insuficientes do Estado brasileiro, impactando a vida e os valores das populações (MOISÉS, 2021).

No Brasil, a situação da pandemia da COVID 19 foi ainda mais potencializada devido às posturas do governo de Jair Bolsonaro e o negacionismo explícito por parte de atores governamentais (e do próprio ex-presidente), o que levou a um comportamento desconfiado e negacionista por setores da população, ampliando conflitos de diversas ordens. Na Ciência Política, estudos sobre os valores da população fazem parte da área de Cultura Política, especialmente para identificar quais fatores podem solidificar ou desconsolidar as democracias (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011). A noção de que o sistema político democrático - independentemente de quais concepções o atravessem - é uma exceção na história da humanidade (GONZÁLEZ et al, 2020) subsidia as preocupações com a manutenção e desenvolvimento da ordem democrática.

Nas conjunturas políticas, coexistem com o cenário pandêmico a ascensão e consolidação de grupos, intelectuais, movimentos e pautas autoritárias, ou de extrema direita (SOLANO, 2018; LEVITSKY, 2018), de modo que o contexto mundial parece sustentar uma espécie de recessão democrática (MENEGUELLO, 2021). Muitas discussões são travadas para compreender as razões do avanço desses grupos e de que maneira sua relativa adesão pela população necessita ser estudada, para que se compreenda qual a relação entre (des)consolidação democrática e legitimidade política. A iminência de um movimento conservador com traços autoritários vem “gerando uma onda de ódio e violência institucional que, perigosamente, galga a simpatia de setores cada vez mais amplos de nossa sociedade” (OLIVEIRA, p. 14, 2019)

Na vida política brasileira, tais grupos conservadores apoiam-se na negação do estado democrático de direito, na retórica do discurso *outsider* e *anti-stablishment* (MACHADO,

2019), imputando os perversos efeitos das crises políticas e econômicas ao sistema político democrático. De acordo com González et al (2020) o desenvolvimento da operação Lava-Jato foi permeado por midiaticização e judicialização da política (aprofundadas pela eleição de Jair Bolsonaro) de modo a intensificar sua criminalização, gerando desconfiança e insatisfação popular com as instituições e a democracia, e afetando também a juventude.

Diante de países com fraca tradição democrática, como o Brasil, cuja história é permeada por longos períodos de regime autoritário, um dos problemas estudados é o processo de construção de valores, comportamentos e atitudes políticas democráticas em novas gerações (GONZÁLEZ et al, 2020). Baquero et al (2019) pontua que não basta existir consolidação do processo político democrático por meio das vias institucionais formais, é preciso que ele seja congruentemente acompanhado pela cultura política das pessoas, principalmente pelas novas gerações.

Destaca-se aqui que o conceito de cultura política ganha destaque a partir do trabalho de Almond e Verba (1989), sendo compreendido como “(...) orientações especificamente políticas, posturas relativas ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como atitudes com relação ao papel de si mesmo dentro desse sistema” (ALMOND e VERBA, 1989, tradução da autora). A cultura política pode, desta maneira, influenciar o desenvolvimento e formação dos sistemas de crenças, gerar participação política e influenciar na legitimidade (ou não) à ordem democrática, sendo reforçada socialmente por experiências positivas ou negativas com as instituições políticas e seu desempenho. Essas experiências compõem a noção de socialização política, que para Baquero (2016) trata-se do processo de internalização de valores políticos e normas sociais pelos indivíduos, de modo que altera-se ao longo da vida e está atrelado a agências tradicionais como família, igreja, escola, dentre outros.

Ainda que a socialização política seja um elemento contínuo na vida dos sujeitos, o período da juventude é destacado como um momento fecundo para a socialização, aquisição e formação de valores políticos¹ (BAQUERO, 2007). De acordo com a UNESCO (FAVERO et al, 2007), embora possa ser um conceito mais subjetivo, o período da juventude é compreendido entre 16 e 24 anos. Há um debate sobre o que se pode conceituar enquanto juventude (ou juventudes, no plural), já que, para Birman (2005), mudanças em curso na atualidade alteraram a temporalidade da juventude de forma significativa. Este movimento de transformação com relação às idades da vida é uma marca da contemporaneidade e projeta-se a partir de um

¹ Segundo Baquero (2007, p. 153) “o comportamento social e político é resultado de um processo de aprendizagem e essa aprendizagem começa na infância, e em muitos sentidos, é complementada na adolescência (SIEGEL, 1989)”.

alongamento do período da adolescência que avança em detrimento do encurtamento da infância e prorrogação da idade adulta. No que se refere à tradição brasileira, Birman (2005) pontua que diante do imperativo de sobrevivência, as classes populares são retiradas extremamente cedo de sua condição infantil, de modo que as crianças frequentam escassamente a escola e quando o fazem são compelidas a equilibrar trabalho e estudos para contribuírem com o sustento familiar. “Lançadas muito cedo na brutal experiência social, estas crianças são obrigadas a serem jovens e mesmo adultos muito cedo, convivendo precocemente com coisas terríveis e mesmo quase impossíveis, para as suas idades biológicas”. (BIRMAN, 2005, p.2).

Nesse sentido, as idades biológicas da vida devem ser contextualizadas de acordo com dimensões simbólicas que mediam a vida humana, como o trabalho, a família, a história, dentre outras. Dayrell (2007) pontua que a noção de juventude é heterogênea, sendo uma construção social mediada por experiências oriundas de diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido podemos falar então em múltiplas juventudes, com suas clivagens sociais, culturais, econômicas, raciais, de gênero, geográficas, etc. De acordo com Bernardi “(...) as diferentes juventudes terão diferentes *inputs* para compreender o processo democrático, bem como, compreender a democracia e as formas como ela se desdobra no país.” (BERNARDI, 2021, p. 187). Para fins de definição, esta dissertação usará o critério da UNESCO, ancorando-se nas idades escolares dos anos finais do ensino médio enquanto *proxy* de juventude, já que acreditamos e enfatizamos o papel da socialização escolar enquanto forte instrumento de socialização política.

Pensando no cenário brasileiro descrito anteriormente, pesquisas apontavam que os jovens constituíam uma das categorias políticas mais inclinadas a manifestar propensão à adesão de posições autoritárias e antidemocráticas² (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017; OLIVEIRA, 2019), o que pode trazer riscos à ordem e à legitimidade democrática (BAQUERO, 2016).

A crise sanitária, política e econômica trouxe consequências para os mais diversos estratos sociais, ampliando a pobreza e as desigualdades³ (CEPAL, 2021) e impondo práticas de isolamento social, trazendo privações das mais diversas ordens para os indivíduos. As juventudes viram-se afastadas dos espaços escolares presenciais por aproximadamente dois

² O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), através da construção de um índice de propensão ao apoio a posições autoritárias categoriza a faixa etária entre 16 e 24 anos enquanto uma das mais fortemente propensas a aderir-las.

³ “Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego” (CEPAL, 2021). Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>

anos, o que pode constituir grande prejudicialidade em seus processos formativos e de socialização política, uma vez que estudos políticos reconhecem a existência de relações positivas entre o efeito educacional, engajamento político e construção de conhecimentos e valores democráticos⁴ (ZORZI, 2016; FUKS, 2018).

Concomitantemente ao ensino remoto/híbrido, estudos também identificam intensificação e dependência dos usos das mídias digitais entre os jovens, potencializando elementos ligados à sociabilidade digital que podem criar condições para a intensificação da violência digital (DESLANDES, 2020). Há um debate⁵ sobre se a internet e as mídias sociais cumprem um papel de democratização, influenciando positivamente na socialização política, ou se preponderantemente produzem efeitos negativos, como atitudes de intolerância, antagonismo, polarização, hostilidade, desinformação (MORAIS, 2017). Este debate será revisitado em um dos capítulos dessa dissertação.

Diante de tal quadro, o problema de pesquisa deste trabalho consiste em compreender: *Quanto o contexto da pandemia da COVID-19 e o uso de mídias digitais afetou a socialização política e a adesão a valores antidemocráticos dos jovens? A ênfase da análise está em jovens no sul do Brasil, focando em estudantes na cidade de Curitiba.*

Levando o problema exposto em consideração, o objetivo geral deste trabalho trata de compreender como a pandemia da COVID-19, o contexto político descrito, e a intensificação do uso das mídias estão afetando a socialização política juvenil e sua adesão a valores democráticos ou antidemocráticos. Os objetivos específicos consistem em:

1. Explicar o papel da socialização política na formação de atitudes, comportamentos e valores políticos, investigando como configura-se a socialização juvenil e sua relação com o crescimento de valores antidemocráticos dos últimos anos, destacando o recente cenário político brasileiro
2. Compreender como a experiência da pandemia e seus desdobramentos, como o ensino remoto, podem interferir nas sociabilidades políticas entre jovens de diferentes sistemas de ensino (públicos e privados), além de:

⁴ Segundo o Fórum brasileiro de segurança pública (2017) “A variável “escolaridade” revela que, na amostra analisada, quanto menor a escolaridade, maior a propensão a posições autoritárias; e, em sentido inverso, à medida em que cresce a escolaridade, diminui a propensão de apoiar estas posições”

⁵ Este debate será revisitado em um dos capítulos da dissertação.

3. Examinar, nos anos recentes, o papel das mídias digitais e da internet no interesse político juvenil, no apoio à democracia e na intolerância política entre jovens estudantes;

A hipótese deste trabalho é a de que o cenário de pandemia afetou negativamente o processo de socialização política juvenil, influenciando na ampliação de valores antidemocráticos entre os jovens no sul do Brasil, no hiato de tempo estudado. Este processo está atrelado a um período marcado pelo fortalecimento de grupos políticos com narrativas autoritárias, privação física a espaços escolares, crises econômicas, além da intensificação dos usos das mídias de uma forma desigual entre diferentes classes socioeconômicas.

Este estudo está comprometido como a produção de conhecimentos voltados para identificação de como os fenômenos sociais (como a pandemia, os processos políticos e econômicos) afetam de formas heterogêneas jovens de diferentes classes sociais, refletindo sobre o impacto das desigualdades educacionais na estruturação de valores democráticos e antidemocráticos. A justificativa parte de uma literatura que aponta para um grau de afastamento dos jovens das instituições políticas e portanto, da necessidade do aprofundamento nos estudos entre juventude, cultura política e democracia - em um contexto em que a instauração de um regime de democracia híbrida (BAQUERO, 2014) afeta seus valores e percepções sobre os sistemas políticos.

Uma motivação para se estudar este tema também parte de experiências empíricas da autora deste trabalho como docente de sociologia na rede pública básica de Minas Gerais, onde, nas escolas em que lecionava, ocorreram episódios envolvendo adesão de alunos a grupos neonazistas⁶ interligados entre estados brasileiros (G1 SUL DE MINAS, 2021), investigados pelo ministério público diante de um alerta do *Cyber Lab* e da *Homeland Security* (HSI), órgãos do governo dos EUA. Somado a estes acontecimentos pessoais, acredita-se também que "(...) justifica-se a importância da dinâmica de compreender a construção democrática no Brasil a partir da perspectiva teórica da constituição de uma cultura política de jovens" (BAQUERO, 2014, p. 17). Entender, portanto, as configurações dos processos de socialização, bem como suas mudanças, faz-se necessário para compreender uma cultura política juvenil, e de certa forma, pensar na dimensão da própria democracia.

Além de revisões sobre os temas e objetivos propostos, que visam fornecer um retrato das pesquisas em andamento sobre cultura política juvenil, socialização, pandemia e internet,

⁶ “Adolescente apreendido durante operação feita em 7 estados guardava anotações de cunho nazista em Itajubá” Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2021/12/16/adolescente-apreendido-durante-operacao-feita-em-7-estados-guardava-anotacoes-de-cunho-nazista-em-itajuba-mg.ghtml>

para testar a hipótese apresentada será utilizada a metodologia quantitativa, com análise de pesquisa do tipo *survey*, que utiliza questionários semiestruturados com o objetivo de investigar valores e crenças de uma dada população. De acordo com Baquero (2009), a *survey* permite estudar uma população a partir de uma amostra que considera características sociais e demográficas, para a obtenção, por meio de questionário, de valores, atitudes e comportamentos.

Para entender as formas de socialização política dos jovens e como o horizonte de valores políticos democráticos e antidemocráticos se comporta nos últimos anos, propomos a realização de uma análise descritiva comparada, de forma longitudinal, entre os dados coletados por meio de *surveys* aplicadas pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), vinculado ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A análise visa comparar a pesquisa realizada em 2016 (período pós impeachment, atravessado por agitações sociais) e 2022 (um cenário de pós pandemia) buscando compreender variações neste hiato de tempo. As pesquisas do NUPESAL foram coordenadas pelos professores Marcelo Baquero e Rodrigo González, em “Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, aplicada de 2015 a 2016, e em 2022.

O intuito inicial da pesquisa era o de desenvolver uma análise comparativa longitudinal entre 2019 (período pré pandemia) e 2022 (pós pandemia) em diferentes cidades, como Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, mas diante de problemas práticos oriundos desta coleta e da inviabilidade de utilizar os dados de outras cidades, limitamo-nos a um estudo de caso com dados descritivos da cidade de Curitiba, comparando os anos de 2016 e 2022, visando investigar mudanças na socialização política e adesão de valores neste hiato de tempo. As pesquisas coletaram dados de estudantes de escolas públicas e privadas em 2016 e em 2022, mas para efeitos práticos da análise descritiva, consideramos apenas as respostas válidas, que variam numericamente de acordo com cada questão. Também excluimos da análise as respostas de escolas federais, pela baixa quantidade de respondentes e dissonância com a categoria ‘escolas públicas estaduais’, visando não enviesar a análise.

Objetivamente, buscamos observar, por meio das revisões teóricas e das *surveys*, dados relacionados aos efeitos da pandemia nas juventudes, considerando variáveis ligadas à socialização política e ao ensino remoto emergencial (ERE), considerando comparações entre o período pré pandemia e pré eleição de Jair Bolsonaro, e o ano de 2022, período imediatamente após a pandemia e após quatro anos de governo Bolsonaro. Nesse sentido, busca-se compreender quais mudanças principais ocorreram na socialização política dos jovens durante

este hiato de tempo, e se há uma potencialização ou ampliação dos usos e formas de usos das mídias digitais, além de um padrão de adesão à valores antidemocráticos.

Nesse sentido, o capítulo de análise dos dados está dividido em duas seções: a primeira mais relativa à socialização política e pandemia, e a segunda trata de socialização política e internet diante do contexto pandêmico, investigando valores políticos. É importante ressaltar que os anos de 2016 e 2022 têm a característica de serem anos de grandes mudanças na vida política brasileira (2016 sinaliza o momento do impeachment, e 2022 o primeiro ano pós-pandemia e marca o término de 4 anos de gestão do governo bolsonarista). De lá para cá, há uma intensificação nos usos das mídias digitais e visamos entender como as mudanças em curso afetaram os valores políticos de jovens brasileiros, assim como o interesse político, e a intolerância política.

Para o manejo dos dados obtidos nos bancos de dados do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), foi utilizado o programa IBM SPSS Statistics 23, de modo a permitir comparações entre as bases de dados de 2016 e 2022, averiguando frequência de respostas e realizando cruzamento de dados, em alguns casos com testes do tipo Qui Quadrado de Pearson⁷.

Há o entendimento de que uma análise descritiva não estabelece relações de causalidade entre as variáveis de pandemia, internet e socialização, mas pode fornecer um quadro geral dos valores de uma população, em um determinado momento histórico. Diante da carência da tradição das ciências sociais em realização de pesquisas do tipo *survey* para juventudes no quadro brasileiro (BAQUERO, 2023), sobretudo diante do precário contexto de pandemia, pondera-se a necessidade da continuidade de estudos longitudinais que investiguem valores e percepções das juventudes no tempo, visando investigar a dimensão do tipo de democracia que logramos. Baquero (2023) salienta que os estudos de painéis auxiliam no problema de estimar mudanças ao longo do tempo, sendo que é imperativo realizar pesquisas que tenham foco no estudo dos processos de estruturação de uma cultura política juvenil.

Além da introdução e das considerações finais, esta dissertação estrutura-se em cinco capítulos: o primeiro e o segundo descrevem alguns conceitos principais em cultura política utilizados nesta dissertação (como o de cultura política, socialização, dentre outros); o terceiro posiciona o contexto do jovem brasileiro e sua socialização escolar durante os anos de pandemia; o quarto investiga as relações entre internet, cultura política e democracia, e o quinto

⁷ “O Qui-Quadrado é um teste de hipóteses que visa identificar se há associação e significância entre as variáveis relacionadas(MORAIS, 2017)

dedica-se à analisar os dados das *surveys* de 2016 e 2022 em Curitiba, realizando cruzamentos e testando a hipótese proposta, à luz dos elementos teóricos resgatados em capítulos anteriores. Por trás da investigação das problemáticas na estruturação de valores para a juventude, o anseio é o de compreender como pode se dar a construção de uma democracia que permita aos jovens o usufruto de seu protagonismo e de seus direitos políticos.

CAPÍTULO 1. CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E AUTORITARISMO

Este capítulo propõe-se a realizar uma revisão teórica de alguns dos principais conceitos dessa dissertação, situando as reflexões da área de cultura política enquanto referencial analítico para se compreender o desenvolvimento democrático e a permanência de valores conservadores/autoritários na sociedade brasileira, sobretudo diante da chamada crise da democracia liberal (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018). Argumenta-se que a necessidade do desenvolvimento democrático requer não apenas o progresso de procedimentos formais, mas a estruturação de uma cultura política alinhada com seus princípios.

1.1 - CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA

A noção de sistema político democrático não é um consenso e tem sofrido modificações ao longo da história. De acordo com Dahl (2000, p. 7) há um problema de mensuração democrática pelo fato que a democracia “tem diferentes significados, para diferentes pessoas em diferentes contextos e lugares” (DAHL, 2000, p.3). No campo da Ciência Política, as perspectivas da cultura política enfatizam análises que não se ocupam apenas do estabelecimento de arranjos institucionais ou cumprimento de protocolos que garantam a implementação de aspectos formais democráticos, mas também da legitimidade desse sistema entre os cidadãos. Para Baquero *et al* (2019, p. 45) “uma cultura política se constrói por meio de uma conjugação entre a dimensão formal de regulação de relações sociais e a qualidade e natureza dos valores que são transmitidos de geração a geração.”

Nesse sentido, os estudos seminais de Almond e Verba (1989) definiram cultura política como “orientações especificamente políticas, posturas relativas ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como atitudes com relação ao papel de si mesmo dentro desse sistema” (ALMOND e VERBA, 1989, tradução da autora).” Estes autores propõem a estruturação de um modelo de cidadania democrática, traduzido pela noção de *cultura cívica*.

A teoria de Almond e Verba (1989) distinguia três tipos básicos de culturas políticas: a cultura política paroquial (ou tradicional), onde há incompleta diferenciação entre estruturas religiosas e políticas, baixos níveis de participação política e de associação; a cultura política de submissão (um estrato intermediário) e a cultura política de participação.

A noção de cultura cívica de Almond e Verba supõe a manutenção dos papéis paroquiais mais tradicionais, juntamente com o papel participativo do cidadão, em que convivem os três tipos de culturas políticas supracitadas, devendo haver um equilíbrio entre consenso e dissidências (cisões) sociais, de modo a evitar rupturas bruscas⁸ na ordem política (ALMOND E VERBA, 1989). Para estes autores, o desenvolvimento de um sistema político moderno não deve ocorrer de forma a remover os alicerces da comunidade original. De acordo com Silveira (2005, p. 156) “Os autores recebem críticas por associarem a cultura cívica ao paradigma liberal de democracia e por conceberem os países industrializados – particularmente os Estados Unidos e a Inglaterra – como modelos de democracia (Pateman, 1989).”

Ainda que muitas críticas sejam perfeitamente plausíveis com relação a estas teorias, o legado metodológico de suas pesquisas proporcionou o avanço de novos estudos em cultura política, além de possibilitar análises científicas não somente circunscritas às dimensões institucionais e formais do processo político. Ilustrando melhor este aspecto, tais autores pontuam que o desenvolvimento de instituições formais, como sufrágio universal, partidos políticos, legislatura eletiva, dentre outros, também podem estar presentes nos sistemas totalitários, sendo que o substrato do desenvolvimento democrático seria uma cultura política coordenada com seus princípios.

Posteriormente às análises de Almond e Verba, Inglehart (1977) relaciona os avanços do desenvolvimento econômico e da modernização com o processo de secularização e desenvolvimento de valores pós-materialistas e de auto-expressão nos indivíduos, que podem ter mais condições de dirigirem suas demandas a questões sociais, aumentando os valores democráticos e também a participação política. Nesse sentido, a necessidade de estudos que trabalhem não somente as concepções de democracia, mas o que os indivíduos entendem sê-la, pode ser vislumbrada em estudos longitudinais com bases do World Value Survey (WVS) realizados por Dalton e Welzel (2014), em que os autores apontam a incorporação de elementos autoritários na noção de democracia de indivíduos de países não democráticos. O modelo de cidadania assertiva desenvolvido por estes autores conjuga confiança institucional em

⁸ “Desse modo, o cidadão democrático é chamado a buscar dois fins contraditórios: ele deve ser ativo, mas passivo; comprometido, mas não muito influente, mas também deferente. ”(ALMOND E VERBA, 1989, p; 343, tradução própria)

concomitância com o estabelecimento de críticas por parte dos cidadãos, que por meio de manifestações e adesão à valores de autoexpressão podem desenvolver e aprimorar o funcionamento democrático, afastando-se do modelo de equilíbrio e polarização limitada preconizado por Almond e Verba (1989).

O reconhecimento de que os mecanismos institucionais formais não impediram a emergência de sistemas autoritários, seja no passado (com o nazismo ou fascismo) ou no período mais recente, engendrou a continuidade do desenvolvimento de teorias com ênfase no papel da cultura política e suas relações com os sistemas políticos, campo de conhecimento que agrega contribuições das áreas antropológica, sociológica e da psicologia ao debate político (GONZÁLEZ et al; 2020). Para Eckstein (1988) a cultura tem papel fundamental na estabilização dos sistemas políticos, mas também pode explicar mudanças. Em sua perspectiva, há uma tendência de “inércia”⁹ do ponto de vista dos padrões culturais sociais, de modo que um sistema político pode alterar-se, mas não ser necessariamente acompanhado na mesma proporção ou velocidade pela cultura, gerando dificuldades de consolidação do próprio sistema.

Uma crítica desenvolvida aos estudos sobre internalização de valores políticos¹⁰ é de que haveria um componente conservador, pois tais estudos não apreendem os processos de mudança cultural, somente o de manutenção de valores (BAQUERO, 2023), ou seja, a cultura política seria conservadora no sentido de que a manutenção do status quo seria a normalidade e qualquer ruptura seria um defeito do sistema – portanto mudanças seriam, em, tese algo ruim.

Levando em consideração a teoria de Eckstein e as críticas supracitadas, entende-se que, ainda que suas análises não desenvolvam o tema da determinação de padrões culturais por classes dominantes, como a teoria de Gramsci, o conceito de inércia é útil para discutir não somente a estabilidade, mas também mudanças (mesmo quando uma mudança pode significar reação a uma alteração política ocorrida), principalmente quando pensamos na reascensão de políticos e grupos conservadores no cenário global e sobretudo no Brasil, mesmo após um período de trinta anos de estabilidade democrática e consolidação formal de suas instituições, desafiando as noções de teleologia presentes em teorias da modernização.

Nas sociedades mais modernas, não se deve esperar que a cultura mude tão prontamente quanto às situações e as estruturas. As mudanças situacionais e estruturais tendem a ocorrer com grande frequência e rapidez nas sociedades modernas, e a suposição de inércia orientacional postula a resistência à reorientação frequente e rápida. Em vez disso, deve-se esperar que a rigidez da prescrição cultural

⁹ A inércia é entendida no sentido de uma expectativa ideal-típica, o fato de haver uma tendência de continuidade não exclui a possibilidade de alterações ou mudanças radicais (ECKSTEIN, 1988)

¹⁰ Baquero (2023) refere-se às críticas dos estudos sobre socialização política, conceito melhor aprofundado na próxima seção

relaxe, de modo que a cultura possa acomodar muita fluidez social (ECKSTEIN, 1988, p. 795)

Na dimensão dos estudos brasileiros em teoria política, Baquero (2016) observa uma erosão gradual da democracia em seu sentido social, a despeito da persistente negligência das necessidades básicas da maioria da população, gerando sentimento de abandono pelo Estado por parte dos cidadãos, materializando-se na ocorrência de conflitos e resultando num sistema político *híbrido*, em que coexistem estabelecimentos de procedimentos formais democráticos e velhas práticas de relacionamento político presentes no processo histórico brasileiro. Desta forma, persiste entre a população brasileira sentimentos de desconfiança e afastamento das instituições políticas. Uma explicação para tal fenômeno radica no fato de que o processo brasileiro de transição democrática pós-ditadura militar, transacionado por elites, impediu a ocorrência de rompimentos e condenação do passado histórico, de modo que não se imprime nas gerações subsequentes uma narrativa negativa deste passado (GONZÁLEZ et al, 2020).

De acordo com Moisés (1995), a transição democrática brasileira também não resolveu completamente seus dilemas político-institucionais, reservando aos militares margem excessiva de autonomia e proeminência em assuntos de ordem interna¹¹ (MOISÉS, 1995). Somam-se a este fator vícios herdados do passado autoritário, como apropriação privada da esfera pública, déficits de representação política, fragmentação partidária, falta de controle social sobre a ação do executivo e do parlamento, que se traduzem em crises de efetividade, além de legitimidade (MOISÉS, 1995). Reforçando esta perspectiva, Baquero *et al* (2018) pontuam:

A construção do sistema político no Brasil foi (...) profundamente marcada pela interferência do Estado e pela proibição de circulação de ideias progressistas. O primeiro partido de esquerda do país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi intermitentemente posto na clandestinidade. As greves de operários foram constantemente sufocadas pelas armas do Estado. O ápice dessa cultura autoritária implementada desde o Estado Novo se manifesta em golpes (BAQUERO *et al*, 2018, p. 4)

Pensando neste quadro, observa-se que a combinação de elementos de instabilidade com fatores identificados na literatura tradicional da ciência política brasileira - clientelismo,

¹¹ Além da relativa autonomia supracitada, o cenário recente resgata esta noção quando, segundo a recente reportagem da Folha de São Paulo (2022), desde 2021, os militares fizeram 88 questionamentos ao sistema de votação das urnas eletrônicas, além de sugestões sobre regras do pleito. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/militares-silenciaram-por-25-anos-sobre-urnas-ate-terem-88-duvidas-sob-bolsonaro.shtml>

personalismo, patrimonialismo - com questões procedimentais da democracia representativa que consolidam-se no pós redemocratização gera um processo definido como democracia inercial (BAQUERO *et al*, 2018), cujos efeitos traduzem-se em assimetrias visíveis, por meio de um difuso apoio democrático com pouca correspondência no campo dos valores entre a sociedade. A exemplo desta retórica, um estudo comparativo sobre justiça de transição nos países do cone sul, utilizando dados do *World Value Survey (WVS)* e da cobertura de jornais desses países e concluem que o Brasil, comparado ao grupo estudado (Argentina, Uruguai e Chile), é o que mais tende à relativização da democracia e apresentação de valores autoritários¹² (COSTA E GONZÁLEZ, 2019).

Refletindo sobre este contexto desafiador, pensar a qualidade da democracia poderia envolver a proposição da estruturação de uma cultura política crítica e indivíduos engajados socialmente no campo político, que exigiria uma transformação de valores e crenças e poderia envolver uma mudança intergeracional (INGLEHART, 1987). Mas diante de qual contexto político-social os brasileiros e sua população jovem estão se socializando? A próxima seção traz um breve resgate do cenário político dos últimos dez anos, ressaltando a emergência de grupos políticos com discursos autoritários diante de um país imerso em crises. É importante ressaltar que, ainda que as teorias da cultura política tenham contribuído fortemente para o campo da Ciência Política, entende-se que estão centradas em modelos de países desenvolvidos e de democracia liberal, diferentemente de países com tradição histórica permeada por processos democráticos instáveis, como o Brasil, que certamente requerem análises coordenadas com suas especificidades.

1.2. O BRASIL DA ÚLTIMA DÉCADA: CRISE POLÍTICA E RETORNOS AUTORITÁRIOS (2012-2022)

As eleições presidenciais de 2022 marcam o retorno do Partido dos Trabalhadores à presidência da república. Quando pensamos nesta última década, observamos um período de muitas mudanças. De 2012 a 2022, por exemplo, houve a primeira eleição com contestação do

¹² Variáveis usadas para compreender valores ligados ao autoritarismo foram “*Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições*”, além de “*Ter um governo militar é ótimo ou bom*” e “*É uma característica da democracia que os militares possam assumir o poder se um governo é incompetente*”. O Brasil teve os maiores percentuais dentre os três países, indicando o forte legado autoritário em sua cultura política (COSTA e GONZÁLEZ, 2019)

pleito eleitoral desde a redemocratização, seguida pelo impeachment da então presidente Dilma Roussef, destacado como golpe político parlamentar. O Brasil viveu o governo interino impopular de Michel Temer, a eleição de um representante da extrema direita, na figura de Jair Bolsonaro, e novamente, a eleição e vitória apertada de Lula em 2022, diante de um contexto de intensa polarização da sociedade brasileira.

Se a adesão a valores políticos é subsidiada por experiências sociais, históricas e individuais, o processo de socialização e de formação das culturas políticas nacionais deve estar atrelado às experiências políticas vivenciadas pela população de um dado país. O Brasil é um país com frágil histórico de manutenção do sistema democrático, mas desde o período de sua última redemocratização, no início dos anos 1990, até duas décadas seguintes, em meados de 2013, registra-se um período de alguma estabilidade social e política (MORAIS, MILANEZI, LIMA; 2021), com políticas públicas de minimização da extrema pobreza e das desigualdades, dirigidas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef.

Avritzer (2018) destaca que até 2013 indicadores apontavam para o fortalecimento e estabilização da democracia brasileira, até que uma sequência de eventos produz um “mal-estar” democrático possibilitador de uma inversão destas condições, alterando o cenário político nacional. Desde 2010, na verdade, havia uma deterioração do cenário econômico, permeado por recessão, queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (em 2008, de 7,5%, para menos de 2% em 2012%), aumento na dívida pública e a exposição de uma “nova classe C” à deterioração de seus níveis econômicos (HOFFMAN, 2022). Embora o PT não pretendesse produzir confronto com as classes dominantes, os efeitos das políticas de redução da pobreza os levavam a fazê-lo, diante a ampliação de direitos de categorias mais pobres, como os trabalhadores domésticos, por exemplo (SINGER, 2018). Personificando um ressentimento de classe, as palavras do ministro da economia de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, em 2020, definem “(...) empregada doméstica estava indo pra Disneylândia, uma festa danada¹³ (...)”

Diante de um quadro econômico recessivo, 2013 é um ano marcado por uma sequência de protestos em centenas de municípios brasileiros, entendido como as “Jornadas de Junho”. O

¹³ Ao se referir às políticas cambiais dos governos anteriores, Guedes exclama; “O câmbio não está nervoso, (o câmbio) mudou. Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada.” (VENTURA, Manoel). O Globo economia, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365> Acesso em 10/11/2022

gatilho impulsionador do movimento é dado por reajustes tarifários nas passagens de ônibus, seguido de protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), e posterior incorporação de pautas mais generalizadas no movimento¹⁴, incluindo temas antipolítica e pautas de direita (MACHADO, 2019). De acordo com Bringel e Players (2015) existem divisões teóricas nas leituras políticas concernentes às “Jornadas”: alguns autores enquadram-nas como movimentos e lutas anti-sistêmicas que se desdobram diante de crises globais e cujo efeito reside na produção de ondas mundiais de protestos (o movimento “*Occupy Wall Street*”, ou a chamada “Primavera Árabe”), enquanto outros autores acreditam que o caráter massivo de tais manifestações limitam-nas somente a um epifenômeno. De toda forma, a repercussão midiática e o caráter virtual de organização das mobilizações despertaram estudos (MESSENBURG, 2017; MACHADO, 2019, BRINGEL E PLAYERS, 2015) sobre a relação entre o universo virtual e midiático na participação política, além investigações sobre a própria influência midiática na opinião pública e nas pautas surgidas durante os protestos. Lima (2015) considera que o envolvimento político ativo da grande mídia, na realidade, faz-se presente desde a conspiração golpista de 1964.

Durante as mobilizações de 2013 há um deslocamento de pautas que se iniciam pela oposição de esquerda e conforme o movimento ganha caráter massivo, emergem temas vinculados à antipolítica (SINGER, 2018), à corrupção e também pautados por grupos de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL). O chamado “levante da classe média” (CARVALHO, 2019) emparelha-se com a operação Lava-Jato e produz figuras políticas como o juiz Sérgio Moro, que posteriormente integraria em 2018 o governo de Jair Bolsonaro, cujo concorrente principal, Luís Inácio Lula da Silva, fora preso diante da atuação pessoal do juiz (CARVALHO, 2019). A operação Lava-Jato inicia-se em março de 2014 e centra-se na busca de esquemas de corrupção nos sistemas de financiamento político, enquanto a mídia desempenha papel fundamental com elemento de convergência das mobilizações anti-lulistas (SINGER, 2018) propiciando um ambiente depreciador para a política e as instituições (BAQUERO *et al*, 2018).

¹⁴Lemas como “o gigante acordou” e “não é por 20 centavos” estavam presentes nesses protestos, que reivindicavam saúde, educação, investimentos e posteriormente aderiram ao mote anticorrupção. Ver mais em Teixeira (2018). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-crise-da-democracia>

Com um clima político exaltado, as eleições em 2014 são atravessadas pela crise econômica, pelo desgaste do Partido dos Trabalhadores diante de diversos protestos civis e um segundo turno apertado, em que Dilma vence com uma diferença de somente 3% dos votos válidos. Seu adversário, o senador Aécio Neves do PSDB, não reconhece a vitória e passa a questionar os resultados eleitorais (VEIGA, 2020), rompendo com o ciclo mais longo da história brasileira sem contestação de resultados eleitorais (que se estende de 1989 a 2010) e abrindo margem para diversas situações possíveis envolvendo contestação das urnas após isso (AVRITZER, 2018). De acordo com Baquero et al (2018), a qualificação do debate político é um importante elemento no processo político, de modo que processos eleitorais, por si só, não garantem uma cultura política de confiança e representação social. Ainda, “o ambiente político que antecedeu as eleições presidenciais de 2014 é assinalado por debates atomizados e por argumentos ad hominem” (BAQUERO *et al*, 2018, p. 99).

Além do universo eleitoral permeado pelo questionamento do pleito, que incita a desconfiança social, 2015 traz queda de popularidade da presidente Dilma Rousseff, diante de retrocessos no processo de redistribuição de renda (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017). Pressões sofridas por atores econômicos e políticos impelem o governo a adotar uma cartilha de austeridade fiscal, realizando mudanças econômicas, incluindo a troca do ministro da fazenda por outro ministro de orientação mais liberal, Joaquim Levy. Diante de uma cobertura midiática que reforçava o clima de intolerância e questionava a legitimidade do mandato político de Dilma, surgem em 2015 mobilizações massivas de protestos contra o governo, travando uma relação entre antipetismo e movimentos anticorrupção (TATAGIBA *et al*, 2015). Desta forma:

A primeira grande manifestação contra o governo se deu em março de 2015, e outras se seguiram durante o ano, além dos painelaços a qualquer ação pública da presidente. O apoio mais conspicuo entre as “classes produtoras” veio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mas ela não foi exceção. A oposição, portanto, adotou uma posição radical, partindo para o confronto e para o questionamento da legitimidade do mandato presidencial conquistado nas urnas. (LIMONGI; FIGUEIREDO; 2017, p. 92)

Manifestações de grupos conservadores marcaram os anos de 2016, operando como elemento catalisador do processo de impeachment que Dilma Rousseff viria a ocorrer, em 2016. Sem adesão de grupos mais conservadores e perda de apoio de parcela da esquerda, o PT disputa a presidência da Câmara e perde, de modo que a eleição de Eduardo Cunha acirra as relações de conflito. Cunha, como figura investigada na Lava-Jato, utiliza-se de ameaças e chantagens e quando sente que seu mandato está ameaçado faz uso de sua posição política para

aceitar o processo de impeachment e viabilizar o afastamento de Dilma (LIMONGI; FIGUEIREDO, 2017).

As alegações para o impeachment ancoraram-se na noção de crime de responsabilidade fiscal - noção distorcida, além de uma prática comumente realizada por atores políticos – e ainda acordos realizados entre figuras do governo que almejavam a retirada de Dilma (AVRITZER, 2018), algo que pode ser enquadrado como golpe político parlamentar (SANTOS, 2017; SINGER, 2018; WERMUTH, 2017). Estes fatores, somados ao reducionismo do debate político, e à falta de informações e exposições que pudessem fomentar o debate público (BECKER *et al*, 2017) auxiliaram a corporificar o processo de impeachment.

A data do impeachment parece simbólica e sintomática para entender o que Baquero (2018) aponta como traço marcado na cultura política brasileira, formada por elementos patrimonialistas e clientelistas - vide as justificativas públicas elucidadas por deputados neste dia, que envolviam majoritariamente as palavras “Deus”, “família”, “minha”¹⁵. Jair Messias Bolsonaro, então deputado pelo PSL ganha visibilidade pública ao homenagear o coronel Ustra, conhecido torturador¹⁶ da ditadura militar.

Os anos de 2017 e 2018 são governados por Michel Temer, ex-presidente de Dilma, que adota decisões políticas divergentes do programa pelo qual o PT foi eleito. De acordo com Silva (2018), elementos como a Medida Provisória (MP) nº726, que torna extintas as secretarias especiais - de igualdade racial, das mulheres, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Cultura (MinC) - além da concessão de bilhões de reais a servidores do judiciário e liberação de emendas parlamentares e cargos públicos a senadores e deputados; somados à da reforma da previdência, à PEC do congelamento de gastos públicos e a reforma trabalhista alimentam a agenda conservadora que se impunha diante da vida política.

A face conservadora do governo Temer ficou clara desde as suas primeiras medidas de governo quando assumiu a presidência no dia 12 de maio de 2016, após o golpe à presidente Dilma Rousseff. Seu ministério não contemplou nenhuma mulher e suas ações atingiram diretamente a área dos direitos humanos na mesma medida em que reforçou o aparelho repressor (SILVA, 2018, p. 505)

¹⁵ "Minha", "meus", "família"...: a lista das palavras mais citadas na sessão do impeachment". Uol Notícias. (ANDRADE, 2016). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/20/familia-e-democracia-sao-citadas-mais-de-100-vezes-por-deputados-veja-outras.htm>

¹⁶ Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro. Brasil de Fato (GUIMARÃES, 2018.). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>

Grohmann (2017) destaca que o campo aberto de desorganização de forças do referido momento propicia um ambiente favorável à imposição da agenda governamental, de modo que ao final do mandato, tendo em vista sua crescente impopularidade, Michel Temer sequer emplaca candidatura à reeleição. Ainda assim, o governo interino propicia o crescimento da polarização que abre espaço para o sucesso do campo conservador nas ruas e nas urnas (PUGLIA, 2018) culminando com a eleição de Jair Bolsonaro enquanto um passo na consolidação de um campo conservador no Brasil (GONZÁLEZ et al, 2020).

Levando o exposto em consideração, é possível perceber ao longo do mandato Temer e posteriormente, nos anos subseqüentes, a inscrição na esfera pública (e presença midiática) de intelectuais e militantes portadores de retóricas virulentas e assumidamente de direita, como Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, dentre outros, seja diante de produções no mercado editorial de livros, publicação de artigos de opinião em jornais de grande circulação ou projeção em plataformas digitais com milhares de visualizações e seguidores, pelo *Youtube*, *Facebook*, dentre outros. (CHALOUB, 2018).

De acordo com Machado (2019) os grupos políticos radicais de extrema direita apoiam-se em discursos antipolítica e anti-*stablishment*¹⁷, por meio de uma retórica *outsider*, e em militâncias de base. Através da conjugação entre liberalismo econômico e uma moral neoconservadora, que circunscreve o campo da direita radical, a chave antirrepublicana conservadora recusa a ideia de esfera pública e relega suas decisões ao terreno da família e da religião (CHALOUB, 2018). Nesse sentido, revisionismos históricos são alguns dos traços de grupos extremistas (destacando-se a figura de Jair Bolsonaro, que viria a ser eleito presidente em 2018), como a negação de violências históricas contra minorias: negros, imigrantes, mulheres, indígenas, extinção de direitos, dentre outros (LEVITKSY e ZIBLATT, 2018). Além de intelectuais, outras figuras públicas, como blogueiros e influenciadores, também envolveram-se, posteriormente, em casos públicos de disseminação de ódio e mensagens neonazistas nas redes, algo que será melhor abordado no capítulo 4, na discussão da relação entre mídias e democracia.

A partir de visibilidade em programas de tv, do intenso uso de redes sociais, do emprego de uma estratégia de pânico moral e uma retórica anticorrupção, Bolsonaro projeta-se como

¹⁷ Nesta mesma direção Puglia (2018) pontua: “(...) ao mobilizarem a teoria gramsciana para construir um quadro interpretativo próprio onde os inimigos de esquerda teriam logrado, ao longo das últimas quatro décadas, conquistar hegemonia no plano político e cultural nacional, os intelectuais de direita passam a se enxergar – dentro dessa leitura particular da realidade – como vítimas marginalizadas pelo establishment intelectual nacional. Munidos dessa autoimagem de resistência, o grupo afirma ter sido forçado pelas circunstâncias a atuar em sentido “contra-hegemônico”, na defesa do livre mercado capitalista e de pautas comportamentais conservadoras” (PUGLIA, 2018, p. 40)

uma espécie de antagonista (VISCARDI, 2020), intensificando o clima de polarização, violência e desinformação. O ataque às mídias tradicionais integra estratégias narrativas populistas (LACLAU, 2005) e inscreve-se em um imaginário político que identifica qualquer divergência enquanto ameaça ao seu modo idealizado de vida (MOUFFE, 2019). Assim, a disputa presidencial de 2018 acirra ainda mais os ânimos e o ambiente de hostilidade, com o aumento de relatos de agressões por motivação política¹⁸, disseminação de *fake news* e discursos de ódio (CIOCCARI, 2018).

O segundo turno eleitoral de 2018 é marcado pelo episódio da facada¹⁹ em Jair Bolsonaro durante ato de campanha, continuidade nas ausências nos debates públicos, finalizando-se com sua posterior eleição como presidente da república, com 55,13% dos votos válidos, contra 44,87% de Fernando Haddad (BRASIL, 2018). É importante lembrar que a prisão do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, considerada como motivação política, o impediu de concorrer às eleições presidenciais em 2018, contribuindo fortemente para a eleição de Jair Bolsonaro (CARVALHO, 2019).

Os quatro anos da gestão de governo Bolsonaro trouxeram muitas mudanças e grandes retrocessos na vida democrática brasileira. Limitamo-nos aqui a resgatar genericamente alguns acontecimentos políticos, sociais e econômicos aos quais a população brasileira esteve sujeita, para pensar a relação entre sua socialização e a construção de uma cultura política democrática. Nesse sentido, no ano de 2019 o governo Bolsonaro promove a diminuição e extinção de pastas ministeriais, como o Ministério do trabalho, Cultura, Cidades, Esportes e Integração Racial (BRASIL, 2019a), o reajuste do salário-mínimo abaixo da estimativa orçamentária da união (BRASIL, 2019b), desaceleração econômica, com crescimento de 1,1%, aumento no desemprego (COUTO, 2020), além de altas nos preços de bens básicos²⁰ e aumentos cambiais no dólar.

Para além do cenário de deterioração econômica, foram efetuados cortes a conselhos participativos e espaços de gestão da sociedade civil - a exemplo do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) (MOTORYN, 2022) e extinção de outros, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) (BRASIL, 2019c). O governo Bolsonaro

¹⁸Ver mais em: “Relatos sobre agressões por motivação política crescem nas redes sociais no 2º turno, mostra estudo” Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/12/relatos-sobre-agressoes-por-motivacao-politica-crescem-nas-redes-sociais-no-2o-turno-mostra-estudo.ghtml>

¹⁹“Jair Bolsonaro leva facada em ato de campanha em Juiz de Fora”.(G1 JUIZ DE FORA, 2018) Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>

²⁰ Ver mais na reportagem da revista Exame (2019). Disponível em: <https://exame.com/economia/15-numeros-que-marcam-a-economia-em-2019/>

também incorporou pauta conservadoras nos costumes, como promoção de atos religiosos no palácio, e planalto, promoveu a continuidade e aprovação da reforma da previdência (BRASIL, 2019d), sem contar a coleção de polêmicas e ataques acumulados por Bolsonaro e seus ministros a minorias, como indígenas, LGBT's, negros, mulheres, dentre outros²¹.

Após um ano de gestão conturbada e sendo alvo de denúncias de corrupção²², o governo Bolsonaro precisa lidar com a pandemia da COVID-19, que irrompe em 2020 e estende-se por mais de um ano, deixando um saldo de mortes de mais de meio milhão de pessoas, caos no sistema de saúde público e produzindo isolamento social com o fechamento presencial de escolas e espaços públicos. Sobre o efeito da pandemia nas culturas políticas, Moraes e Moisés (2022) destacam que:

Pode ainda ser cedo para avaliar qual papel a pandemia de covid-19 tem desempenhado nos processos de mudança política ao redor do globo, mas já parece certo que, tal como enfatizado pelo International IDEA em seu último relatório, a democracia se encontra numa encruzilhada no mundo pós-pandêmico: por um lado, um mundo cada vez mais autoritário, marcado não apenas por mais repressão em ambientes já autoritários, mas igualmente pelo uso de táticas autoritárias em regimes democráticos, arrisca a sobrevivência de normas e instituições democráticas; por outro, há sementes auspiciosas de inovação e reforma governamental sendo plantadas em diversos contextos, pois muitos governos e cidadãos percebem que as liberdades políticas básicas só sobreviverão se a democracia se adaptar e se revitalizar para as novas gerações, que enfrentam grandes desafios (INTERNATIONAL IDEA, 2021). (MORAES e MOISES, 2022, p.98)

Compreendendo o cenário pandêmico no Brasil durante o governo Bolsonaro, que será melhor explicitado no capítulo 3, os anos de 2020 e 2021 destacam-se pela inação e pelo negacionismo do governo em relação à COVID (MORAES e MOISÉS, 2021), além de atraso e escândalos de corrupção envolvendo compra de vacinas (TAVARES, 2022), aumento das desigualdades de renda e o retorno do Brasil ao mapa da fome (MARTINS, 2022). Diante deste contexto, o ano 2022, sobretudo por seu caráter eleitoral, destaca-se por um clima de alta polarização, níveis crescentes de intolerância política, desgastes públicos e episódios de explícita violência política envolvendo atores do governo²³. A escrita deste capítulo é produzida entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, sendo que o cenário

²¹ A reportagem do G1 esclarece sobre parte desses escândalos. Ver mais em Mazui (2019): Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/27/retrospectiva-2019-relembre-o-que-marcou-o-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro.ghtml>

²² Esta reportagem do Estadão (2022) traz um resumo de alguns escândalos até a metade de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>

²³ Para ver a descrição de alguns destes episódios, checar capítulo 4, seção 4.2

congressual para indicar a consolidação de um campo da direita conservadora no Brasil, com a eleição de Sérgio Moro, Damare Alves, dentre outras figuras.²⁴

Resgatando a importância da socialização política, que consiste em elemento fundamental para a compreensão do processo de internalização de crenças e valores sociais, o capítulo seguinte dedica-se a revisar teoricamente o conceito de socialização política, destacando sua importância na compreensão do mecanismo de internalização de valores, atitudes e comportamentos políticos entre os indivíduos. O capítulo também busca inserir a dimensão da socialização política na vida das juventudes, resgatando estudos que tratam do processo de socialização juvenil e construção de valores democráticos e antidemocráticos, com ênfase no sul do Brasil.

CAPÍTULO 2. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Esta seção pretende explorar o conceito de socialização política, um dos fundamentos teóricos desta dissertação. Com esta finalidade, o tópico 2.1 revisa alguns estudos seminais sobre o tema, trazendo diferentes perspectivas sobre os modelos de socialização, além do papel das agências, como escola e família, na orientação de valores políticos dos indivíduos. O tópico 2.2 opera com o resgate de estudos sobre socialização política e juventude no Brasil, relacionando o processo de socialização política à aquisição de valores democráticos ou antidemocráticos, diante de um quadro político marcado por instabilidade democrática, e pandemia.

2.1 ESTUDOS GERAIS SOBRE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Descrito como o processo de internalização das normas e valores políticos da sociedade para o indivíduo ao longo do processo de aprendizado (ALMOND e VERBA, 1989), o mecanismo da socialização política é o substrato da formação de orientações, atitudes e comportamentos políticos. Estudos clássicos sobre este tema (GREENSTEIN, 1965; HYMAN, 1959; EASTON e DENNIS, 1969), que remetem aos anos 1950 e 1960, tratavam do conceito

²⁴ Ver mais na reportagem de Lima (2023). Disponível em : <https://noticias.r7.com/brasil/congresso-tem-perfil-conservador-em-2023-e-exige-mais-articulacao-do-governo-01022023>

de socialização e suas inter-relações com agentes e instituições, além de investigarem estas relações com diferentes estágios da vida dos indivíduos. Há um grande aumento em pesquisas dedicadas à socialização política no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, paralelamente à consolidação de seu campo no contexto da ciência política (WASBURN, 2017). Na compreensão de Baquero e González (2011):

A socialização política é um elemento que só pode ser compreendido no conjunto do sistema político; sua função é propiciar condições psicoculturais favoráveis à persistência do sistema; mas persistência inclui tanto estabilidade, quanto mudança, e a socialização não se confunde com a reprodução do status quo, na medida em que pode potencializar os elementos de instabilidade. A relevância teórica da pesquisa sobre cultura e socialização política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia nas suas dimensões formal e societal, ou seja, indo além da perspectiva formalista, restrita aos marcos do liberalismo, que prevaleceu em boa parte dos estudos desde a década de 1960. (BAQUERO E GONZÁLEZ, 2011, pg 372)

Dessa forma, em termos da disciplina de Ciência Política, a socialização política adquire significado não somente por investigar os processos de internalização de valores dos indivíduos, mas por relacionar sua influência na manutenção (ou ruptura) de sistemas políticos (EASTON e DENIS, 1969) bem como seus desdobramentos. Para Reich (1980) havia uma espécie de “vácuo narrativo” na explicação de como os processos de internalização da superestrutura materializam-se concretamente nos indivíduos

Almond e Verba (1989) enfatizam o papel da socialização como mecanismo necessário para incutir nos indivíduos as sutilezas do que denominaram como *cultura cívica*²⁵. A socialização inclui mecanismos que vão além do ensino formal, como experiências e internalizações da política por meio de outros espaços (ALMOND E VERBA, 1989). A perspectiva de socialização política elucidada neste trabalho situa o conceito de socialização partindo da constituição de uma cultura política de jovens.

De modo geral não há amplo consenso sobre quais os principais agentes do processo de socialização, se tal processo estrutura-se principalmente durante uma faixa de idade ou se perdura ao longo da vida (além de sua intensidade), se ocorre de forma dinâmica ou estática, por quais principais instituições é permeado, quais agentes são responsáveis por constituí-lo, dentre outros dissensos. Wasburn (2017) resume quatro perspectivas²⁶ centrais estruturantes na

²⁵ A cultura cívica para os autores é sinônimo de cultura política democrática e é considerada requisito para institucionalização e estabilidade da democracia.

²⁶ Tais perspectivas concorrentes, para Wasburn (2017), ignoram os paradigmas umas das outras, tratando-os como irrelevantes, razão pela qual propõe uma complementaridade entre estes paradigmas

compreensão da socialização e formação de orientações políticas: a perspectiva da persistência, a perspectiva da abertura vitalícia, a perspectiva dos anos impressionáveis e a perspectiva do ciclo de vida.

Em termos mais sintéticos, a perspectiva da persistência elucidada, por meio do princípio primário²⁷, que os resultados das orientações políticas antes da fase adulta tendem a perdurar ao longo da vida, ou seja, são relativamente refratários às mudanças. Antítese da primeira, a perspectiva da abertura enfatiza uma capacidade aproximadamente uniforme para a mudança em todas as idades, salientando a importância dos papéis sociais ocupados pelos indivíduos, como na família, no trabalho, dentre outros. A perspectiva dos anos impressionáveis compreende a formação de crenças e atitudes políticas como excepcionalmente sensíveis no início da vida adulta e final da adolescência e resistentes à mudança nas demais fases, aprofundando a influência de eventos históricos em grupos de nascimentos. A compreensão da perspectiva do ciclo de vida está amparada na noção de que certas disposições políticas desenvolvem-se em diferentes estágios de vida (WASBURN, 2017).

O modelo de socialização política de Wasburn (2017) é subsidiado por compreensões relacionadas aos quatro paradigmas supracitados, desassociando a noção de contraditoriedade e propondo complementaridade entre os princípios que estruturam as teorias, trazendo a socialização política como processo permanente durante a toda a vida dos sujeitos, de modo que é permeada por fatores históricos, estruturais, institucionais, psicossociais, dentre outros.

(...) em um determinado ponto do tempo histórico, as orientações políticas de determinado adulto, ocupando um conjunto distinto de localizações nas estruturas de classe, idade, gênero e relações raciais/étnicas, e tendo atingido um certo nível de maturação psicossocial, não são apenas um reflexo da atual exposição e processamento de mensagens politicamente relevantes provenientes da família, igreja, escola, organizações de trabalho, associações voluntárias e mídia, bem como por eventos pessoais em andamento. Em parte, são também um reflexo de algumas orientações duradouras adquiridas na infância, conforme especificado pelo princípio primário, e por algumas adquiridas na adolescência e no início da idade adulta, conforme especificado pelos anos impressionáveis e princípios estruturantes (WASBURN, 2017)

A capacidade de interpretar conceitos políticos abstratos, como conhecimentos sobre instituições, eventos políticos, dentre outros, são proporcionados pelo desenvolvimento das estruturas cognitivas do indivíduo, amparadas no processo de socialização política. A

²⁷ Tal princípio concentrou a atenção das primeiras pesquisas sobre socialização política - sobretudo na dimensão da infância - no que concerne ao desenvolvimento de orientações contributivas para a estabilidade de sistemas políticos e/ou democráticos. (WASBURN, 2017)

socialização política investiga como formam-se comportamentos e *atitudes* políticas nos indivíduos através da transmissão de valores e crenças numa perspectiva geracional, e são estas crenças e valores que condicionam certos tipos de culturas políticas (BAQUERO e GONZÁLEZ, 2011). A atitude, no sentido psicológico, não é um componente diretamente observável, mas consiste em uma predisposição individual a responder e comportar-se de determinada maneira, tendo recebido conjuntos de informações, que envolvem dimensões afetivas, cognitivas e comportamentais (SPILBERGER, 2004). Neste sentido, estudos em cultura política usualmente utilizam, em medições por *surveys*, elementos que envolvem tais dimensões, para aferir valores e posicionamentos políticos nos indivíduos.

Explorando as contradições entre valores e atitudes, Spilberger (2004) pondera que, se é possível classificar padrões de valores existentes em determinada sociedade com relação a certos parâmetros, é possível mapear e quantificar a presença dessas dimensões na sociedade, propondo análises e comparações. De modo geral, as atitudes podem ser mudadas pelo convencimento, por propaganda, dentre outros fatores, mas há um custo, de acordo com Spilberger (2004), para a mudança de padrão de valores, diante da tendência de manutenção de um *statusquo*. Além disso, podem haver incongruências entre valores e atitudes (SPILBERGER, 2004).

Ainda que haja uma compreensão do processo de socialização política como um elemento presente durante a vida toda dos indivíduos, estudos elucidam que, embora alguns valores nucleares formam-se cedo na vida dos indivíduos, processos de socialização ocorridos depois da infância também afetam crenças e atitudes (FUKS, 2014). O período da juventude tem sido enfatizado em alguns estudos, que destacam a importância da adolescência no processo de formação de valores e comportamentos políticos. “É na fase da adolescência que a maioria das atitudes e comportamentos políticos são adquiridos” (BAQUERO e BAQUERO, 2014, p. 62).

A literatura dos estudos sobre socialização política nos anos 1960-70 destacou o papel da família enquanto a instituição mais influente na conformação de crenças, orientações políticas, atitudes e comportamentos dos indivíduos, sobretudo dos jovens (VERBA *et al*; 2003). O fator da classe social a qual pertence a instituição familiar influi significativamente no desenvolvimento político dos jovens, de modo que alguns estudos (GREENSTEIN, 1965) apontam para uma relação positiva entre crianças mais tolerantes, com melhores níveis de informação e compreensão política e níveis mais altos de escolaridade formal dos pais. Reich

(1980), ainda na década de 1930, ao buscar compreender as origens das inconsistências²⁸ entre situação econômica e estrutura psíquica das massas populares diante do contexto fascista, situava a família como instituição em que convergem interesses econômicos e políticos do sistema.

As pesquisas produzidas após a década de 1970 tendem para uma maior relativização do papel da família em relação a outras agências na formação de atitudes e crenças políticas (FURTADO, 2017), como religião, classe econômica, escolarização e, mais recentemente, o papel das mídias (MORAIS, 2017; BAQUERO *et al*, 2019) no processo de socialização política dos indivíduos, sobretudo entre os jovens. Com relação à escolarização, Verba *et al* (2003) demonstram a transmissão intergeracional da educação,

Não só a educação tem impacto direto na atividade política, mas o nível de educação afeta a aquisição de cada um dos conjuntos de fatores que facilitam a participação: os bem-educados são mais propensos a ganhar altos rendimentos no trabalho; desenvolver habilidades cívicas no trabalho, em organizações não políticas e, em menor grau, na igreja; estar nas redes sociais através das quais os pedidos de atividade política são mediados; e ser politicamente interessado e conhecedor (VERBA *et al*, 2003, p. 6, tradução da autora)

A escola figura como instituição socializadora e também tem papel no processo de aquisição de conhecimentos, valores, orientações e atitudes dos indivíduos. A instituição escolar pode possibilitar a ampliação de experiências participativas e desenvolvimento de consciência social, sendo capaz de realizar socialização política de maneira *formal* ou intencional, através de conhecimentos específicos transmitidos em sala de aula, ou de maneira *informal* ou não intencional, por meio de atividades práticas e das relações travadas entre colegas, professores, alunos e agentes escolares (SILVEIRA, 2005). Estudos políticos reconhecem que o efeito educacional tem relação com o engajamento político e com a construção de conhecimentos de valores democráticos (FUKE, 2018), ao passo que também pontuam assimetrias na distribuição e aquisição destes conhecimentos entre diferentes redes de ensino (ZORZI, 2016; SILVEIRA, 2005). Algumas pesquisas sobre socialização política apontam que as instituições escolares têm socializado padrões autoritários através de suas práticas educativas, desestimulando as juventudes a participar e organizar-se politicamente (SILVEIRA, 2005). Mas questiona-se: o afastamento das instituições escolares em detrimento de outros espaços seria positivo?

²⁸ Reich questionava-se como a opressão material dos trabalhadores não convertia-se no processo revolucionário projetado pela luta de classes, mas, ao invés disso, as massas encontravam-se suscetíveis a regimes autoritários.

Em um contexto de globalização permeado pelo processo da quarta revolução industrial (SCHAWB, 2016), a internet e as mídias digitais também constituem agência de socialização política, sobretudo entre os mais jovens, considerados nativos digitais (MORAIS, 2017). Há um debate posto sobre se mudanças tecnológicas podem empreender mais empoderamento social e uma cultura política participativa ou seu aspecto negativo é mais sobressalente, podendo trazer conflitos, exclusão, apatia e continuidade do *statusquo*. Esta discussão será resgatada no quarto capítulo desta dissertação.

A próxima seção propõe uma revisão de estudos sobre socialização política e juventude no Brasil, com ênfase na região Sul, refletindo como tais jovens podem estar internalizando valores democráticos e anti-democráticos diante de um quadro de crise, instabilidade política, e mais recentemente, de pandemia. Propõe-se uma agenda de pesquisa de continuidade na investigação destes efeitos sobre as redes de confiança, adesão a valores democráticos, de modo a investigar se o sentido que caminham as culturas políticas juvenis converge com princípios e orientações democráticas.

2.2. SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA JUVENIL NO BRASIL RECENTE

Até o momento nos detivemos em situar o cenário de mudanças políticas mais recentes no Brasil, destacando o papel que a formação das culturas políticas pode desempenhar na instabilidade ou legitimidade de regimes democráticos. Também exploramos brevemente o conceito de socialização política, alguns dissensos e convergências nos estudos sobre este tema, e introduzimos a importância dos estudos em cultura política sobre os jovens. Pretendemos resgatar algumas pesquisas brasileiras e sua compreensão do cenário de socialização juvenil recente diante de um contexto de crise política.

As juventudes são alvo de alguns dos principais estudos no campo da socialização política, sobretudo alguns estudos nacionais. Apesar disso, para Sposito *et al* (2009) ainda há na Ciência política um déficit de pesquisas com ênfase na juventude. De acordo com Baquero *et al* (2019):

Fundamental para a construção de uma cultura política ativa e participativa é o processo por meio do qual os valores e normas sobre a política são internalizados pela juventude contemporânea. Tal processo de transmissão intergeracional de valores é denominado de socialização política (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS, 2019)

Mobilizações brasileiras ocorridas nos últimos anos, como as Jornadas de Junho em 2013, ou a chamada primavera secundarista (ocupações escolares no Brasil em 2015 e 2016) evidenciaram novas formas de organização via redes sociais e suscitaram diversos debates sobre o papel das juventudes diante da vida política. Apesar da importância de tais manifestações nas esferas políticas e sociais, argumenta-se que as muitas dificuldades impostas à socialização dos jovens pelo quadro estrutural da cultura política brasileira ainda se constituem como fatores de constrangimento ao desenvolvimento de valores democráticos. (BAQUERO; BERNARDI; MORAIS; 2019). Para compreender este cenário, muitos trabalhos recentes (DAYRELL, 2007; BAQUERO *et al*, 2011, 2014, 2016, 2018, 2019; BERNARDI, 2017; GONZÁLEZ, 2020; MORAIS, 2017; ZORZI, 2016; FUKS, 2018) partem da investigação de diferentes agências na construção das socializações políticas juvenis e sua relação com a construção de valores, orientações e comportamentos democráticos (ou autoritários), realizando análises comparativas - também de forma longitudinal - com dados produzidos por núcleos de pesquisa que realizam estudos e *surveys* periódicas, a exemplo do Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL), do *World Value Survey* (WVS) ou o Latinobarômetro. Relações entre socialização e democracia em juventudes também são estudadas nas áreas de Sociologia Política ou Antropologia, como nas pesquisas de Oliveira (2019) e Faber (2017).

Alguns estudos sobre socialização política juvenil no Brasil no início dos anos 2000 relatavam um distanciamento dos jovens para com os partidos políticos, falta de interesse na política, baixa confiança institucional, níveis preocupantes de apatia e participação política (SCHMIDT, 2000; NAZZARI, 2005; SILVEIRA e AMORIM, 2006). De acordo com Nazzari (2005), é bem evidente que as diferenças entre as realidades e situações enfrentadas cotidianamente pelos jovens brasileiros divergem fortemente em relação àquelas vividas por jovens de países desenvolvidos - os jovens brasileiros têm, em grande maioria, narrativas atravessadas pela exclusão, desemprego, miséria e falta de perspectivas com relação ao futuro. Dezesete anos após a observação desta autora os jovens ainda parecem lidar com um quadro de precariedade e exclusão.

De acordo com o relatório final da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP, 2019), dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constataam que a crise econômica atinge com intensidade os mais jovens e com menor escolaridade, por possuírem mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho e maiores possibilidades de

serem dispensados, com menores encargos trabalhistas. Nazzari (2005) encontrou altos níveis de desconfiança nas instituições representativas, além de baixa motivação na participação, retratando problemas no processo de socialização juvenil e na formação de capital social, que subsistem também em instituições escolares e outros espaços.

(...) os jovens vêm sofrendo os efeitos dramáticos e devastadores das transformações e exclusões da atualidade. No Brasil, a crise de valores, dos símbolos e das agências socializadoras clássicas se conjuga às profundas mutações tecnológicas e econômicas. A situação da juventude brasileira, pautada por obstáculos, impasses e conflitos que dificultam o desenvolvimento de redes de confiança, cooperação e reciprocidade entre os jovens, coloca as ciências sociais e em especial, a ciência política diante do desafio de criar alternativas e estratégias que permitam transcender os limites impostos pela crise atual, de forma a permitir o empoderamento dos jovens, estimular a geração de capital social e promover a participação política e a socialização para a democracia. (NAZZARI, 2005, p. 153)

Ainda na dimensão dos estudos sobre socialização política no Brasil do início dos anos 2000, Schmidt (2000) encontrou fortes níveis de apatia, baixo interesse político, sentimentos como indiferença ou desilusão com relação à política, além de baixos níveis de conhecimento, informação e sofisticação política (neste aspecto há uma clivagem que aponta para a projeção da desigualdade socioeconômica entre classes mais e menos favorecidas). Além disso, o autor apontava a ocorrência de expressivos níveis de confiança das juventudes nas forças armadas, polícia e igreja em detrimento da confiança em instituições democráticas representativas, o que se revela como indício da herança autoritária na cultura política brasileira (ZORZI, 2016).

Da produção das pesquisas supracitadas no início dos anos 2000 até o ano de 2022 muitas mudanças no cenário político ocorreram, tal como resgatado no primeiro capítulo. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, compreendido como um golpe parlamentar (CHALOUB, 2018), aprofunda os problemas políticos e econômicos. O ambiente de polarização política, permeado pela operação Lava Jato, instaura tensões, como a judicialização da política, midiaticização, além da eleição de Jair Bolsonaro como líder de um bloco neoconservador (GONZÁLEZ et al, 2020). Questiona-se como os efeitos deste contexto podem interferir na formação das crenças democráticas juvenis que, diferentemente da juventude dos anos 1990 (cujo cenário político de abertura democrática e plano real era permeado por algum otimismo²⁹) estão vivenciando um momento político e econômico marcado por profundas tensões.

²⁹ Para González et al (2020) “houve um período de otimismo em que se propunha que a democracia liberal tendia a tornar-se o modelo político dominante, no que Huntington (1991) denominou terceira onda.”

Diante dos questionamentos supracitados, na perspectiva da Ciência Política, alguns trabalhos brasileiros recentes suscitam questões: Para Baquero (2016), a juventude tem sido classificada como um dos grupos que mais desconfiam das instituições políticas, sendo que este fator se constitui em “constrangimento grave de constituição de uma cultura política democrática” (BAQUERO, 2016, p. 15)

Para alguns pesquisadores a ausência de uma normalidade democrática ao longo da formação histórica do Brasil impediu a transmissão de uma “memória democrática” por parte dos adultos para os jovens, perpetuando a noção do uso da força como *modus operandi* (BAQUERO, BERNARDI, MORAIS; 2019). Castro (2014) identifica, inclusive, o movimento contrário, uma espécie de “nostalgia do autoritarismo”, em que atribuem-se características positivas mesmo entre aqueles que não viveram o período. Zorzi (2016) busca compreender como a literatura de cultura política pode explicar o impacto da educação na formação da cidadania, destacando a influência das instituições escolares como importantes agentes socializadores. Através de um exame comparativo entre escolas públicas e privadas no sul do Brasil, a pesquisa reflete sobre os impactos das desigualdades na formação de orientações democráticas em jovens, concluindo que a qualidade da educação produz impactos diferenciados na dimensão da competência cívica entre os jovens.

A pesquisa de González et al (2020) destaca uma queda no interesse por política do jovem porto-alegrense entre 2015 e 2019, aumento da desconfiança e sentimentos negativos com relação à política, com exceção da desconfiança nas forças armadas, em que houve uma queda. Os autores relatam que de 2002 a 2019, há um aumento da concordância com a asserção de que “Em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível a um governo democrático”, passando de 34,6% para 45% dos jovens. Em contrapartida, em 2002 52,4% dos jovens afirmavam que “Democracia é a melhor forma de governo”, enquanto em 2019 este percentual sobe para 89,6%, o que reforça o caráter de cultura política híbrida, descrita por Baquero (2016), em que valores autoritários coexistem com certo apoio genérico à democracia. Os maiores índices de intolerância registrados em 2019 foram aqueles concernentes a “pessoas com opiniões políticas diferentes”, fornecendo um relato da “polarização da política no país, e o retrato de quem pensa diferente como inimigo.” (GONZÁLEZ et al; 2020)

Além do problemático quadro descrito na pesquisa de González et al (2020), trabalhos recentes têm destacado o impacto dos meios de comunicação e das mídias digitais na estruturação das culturas políticas juvenis (MORAIS, 2017; BAQUERO *et al*, 2019;

RAMPERSAD; 2020), enfatizando como a internet e as redes sociais têm potencial de exercer o papel de agentes socializadores dos jovens.

Tendo alterado profundamente as configurações do mundo moderno, as mídias sociais podem induzir novas formas de acesso e relações com o universo de informações, também exercendo influência nas dimensões políticas, podendo expor os indivíduos a informações falsas ou mesmo propiciar mais espaço para debate de assuntos políticos, pelo seu caráter de engajamento (ANDREEVA, 2019). Para Baquero *et al* (2019), as gerações das sociedades contemporâneas nascem em um ambiente de meios de comunicação e informação sofisticados e sua socialização difere dos modos tradicionais - sendo compreendidos como “nativos digitais” - de modo que realizam um processo de *auto-socialização*. Além disso, jovens também estão entre as categorias mais suscetíveis a aceitação de *fakenews* (RAMPERSAD, 2020). Alguns estudos apontam que a desigualdade social também pode reproduzir-se no *ciberespaço*, de modo que jovens de classes econômicas mais empobrecidas utilizam a internet mais para fins de entretenimento que informação (PUTNAM, 2015).

Embora haja um extenso debate teórico sobre se as novas mídias promovem a institucionalização de uma cultura política juvenil democrática e participativa (ANDREEVA, 2019) ou somente reproduzem velhas práticas de relacionamento político (BAQUERO E MORAIS, 2016) é impossível desatrelar o cenário da pandemia da COVID-19 e os efeitos do ensino remoto nos sistemas escolares, pensando da intensificação dos usos da internet, das mídias e do aprofundamento de desigualdades entre os jovens brasileiros.

Pensando neste contexto de mudanças, milhões de jovens viram-se por cerca de dois anos afastados das escolas, já descritas anteriormente como importante espaço de socialização política juvenil. Com a pandemia e o ensino remoto consequente do fechamento dos espaços presenciais também se criou, no nível do ensino, uma dependência maior dos usos da internet e das ferramentas digitais para a realização de tarefas escolares e acompanhamento de aulas remotas (em alguns casos, inexistentes). Há um aprofundamento das desigualdades entre os ensinos públicos e privados, com docentes da rede pública trabalhando sem recursos e alunos sem acesso (GONÇALVES, 2020). Para Gonçalves (2020, p.774) “O fechamento das escolas públicas limita a realização das funções de educar, mas também as funções de proteção social assumidas pelo Estado, gerando aprofundamento de desigualdades sociais”.

Fica, portanto, a questão: como os jovens estão internalizando este contexto em suas vidas e há influência deste cenário em seus valores políticos? Partimos da hipótese que o quadro de pandemia e ascensão de valores antidemocráticos - inscritos no contexto polarização, negligência governamental e conflitos políticos de diversas ordens - permeiam negativamente o cenário de socialização juvenil, afetando suas atitudes, orientações e valores sobre o que entendem como democracia e suas práticas. Atrelado ao quadro já citado de desconfiança, afastamento da política e tendência à reprodução de valores autoritários pelos jovens, há uma necessidade de dar continuidade às agendas de pesquisas dedicadas a estudos entre cultura política, valores democráticos e juventudes, investigando se os efeitos da pandemia conformam-se como elementos potencializadores de valores antidemocráticos, por afetarem o processo de socialização política juvenil.

Uma das etapas mais complexas no processo de consolidação democrática consiste no fortalecimento não somente institucional, mas de uma cultura política crítica e participativa, já que, do ponto de vista dos estudos em cultura política, a legitimidade também importa no fortalecimento e consolidação dos regimes democráticos. Desta forma, diante de crises econômicas, políticas e sociais, os valores que norteiam mudanças políticas estarão atrelados à crença das pessoas de que a vida democrática é preferível a outras formas políticas de mudanças (BAQUERO, 2016).

No próximo capítulo são feitas reflexões sobre como a experiência da pandemia interferiu no processo de socialização política juvenil, destacando o ensino remoto enquanto um potencializador das desigualdades entre os marcadores sociais que permearam e impactaram a vida dos jovens neste período.

CAPÍTULO 3: OS JOVENS E A PANDEMIA

3.1 BRASIL PANDÊMICO E JUVENTUDE

Conforme resgatamos em seções anteriores, a gestão da pandemia da COVID-19 foi marcada por escândalos, negacionismo e pela inação política do Estado brasileiro, ou ainda, de acordo com alguns autores, pela implementação de uma necropolítica. O capítulo 2 descreveu a importância do processo de socialização na formação das culturas políticas, além de situar os contornos da socialização política juvenil diante da emergência ou continuidade de governos

autoritários, e mais recentemente, diante da crise sanitária. O questionamento da pandemia enquanto fator capaz de influenciar a cultura política nacional tem sido debatido por alguns autores (BAQUERO E MORAIS, 2021; CASTRO et al, 2021, MENEGUELO e DEL PORTO, 2021; MORAES e MOISES, 2021; RIBEIRO et al, 2021;).

Para Castro et al (2021) os países latino-americanos foram afetados severamente pela pandemia, sobretudo o Brasil. Nesse sentido

Os brasileiros têm sentido o aumento dos níveis de insegurança existencial no país, por perdas humanas e sequelas após a contração da doença, por falta de clareza sobre medidas que evitem a propagação do vírus ou promovam o seu combate (...) por perdas de emprego e redução da renda (Barbosa, Costa & Hecksher, 2020), o que tem aprofundado as desigualdades e as vulnerabilidades de diversos setores da população (...) respostas oficiais à crise têm estimulado o negacionismo e a desinformação, dentro dos padrões de polarização política preexistentes no país (Vizcarra Castillo, Santos & Castro, 2020). A gravidade da situação levou diversos pesquisadores a apontarem o país como um pária em termos de saúde global (...) (CASTRO et al, 2021, p. 35)

A experiência brasileira na gestão dos anos da COVID 19 é entendida como turbulenta e ineficaz, por envolver episódios de negacionismo explícito da doença³⁰ por parte do presidente da república, e posteriormente, do processo vacinal³¹, sendo que a própria informação sobre a vacinação de Bolsonaro fora incluída no chamado sigilo dos 100 anos³², resultando em efeitos deletérios e podendo desestimular a cobertura vacinal, na contramão das orientações de órgãos sanitários.

A organização mundial da Saúde (OMS) (2020) descreve o termo *infodemia* enquanto um excesso informacional, também que inclui informações falsas circulantes em ambientes físicos e digitais, causando confusão, desconfiança nas autoridades e comportamentos sociais de risco que podem prejudicar a saúde, como a hesitação vacinal, por exemplo (BARBERIA e ROSA, 2021) e mesmo prorrogar o surto de uma doença. Levando em consideração o enfrentamento inoperante da doença por parte de referido governo, Baquero e Morais (2021) destacam que a produção de uma sindemia – situação de agravamento de crise diante de sua

³⁰ Checar reportagem da BBC: 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

³¹ Bolsonaro critica “pressa” por vacina contra a covid: “Não se justifica”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/12/19/bolsonaro-questiona-pressa-por-vacina-contra-a-covid-nao-se-justifica.htm>

³² Ver a notícia do portal Congresso em Foco, “Planalto impõe sigilo de cem anos ao cartão de vacinação de Bolsonaro”. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/planalto-sigilo-cartao-vacinacao-bolsonaro/>

interação com o papel de autoridade máxima - pode resultar na fragilização das redes de laços coletivos e sociais, deteriorando a formação de capital social.

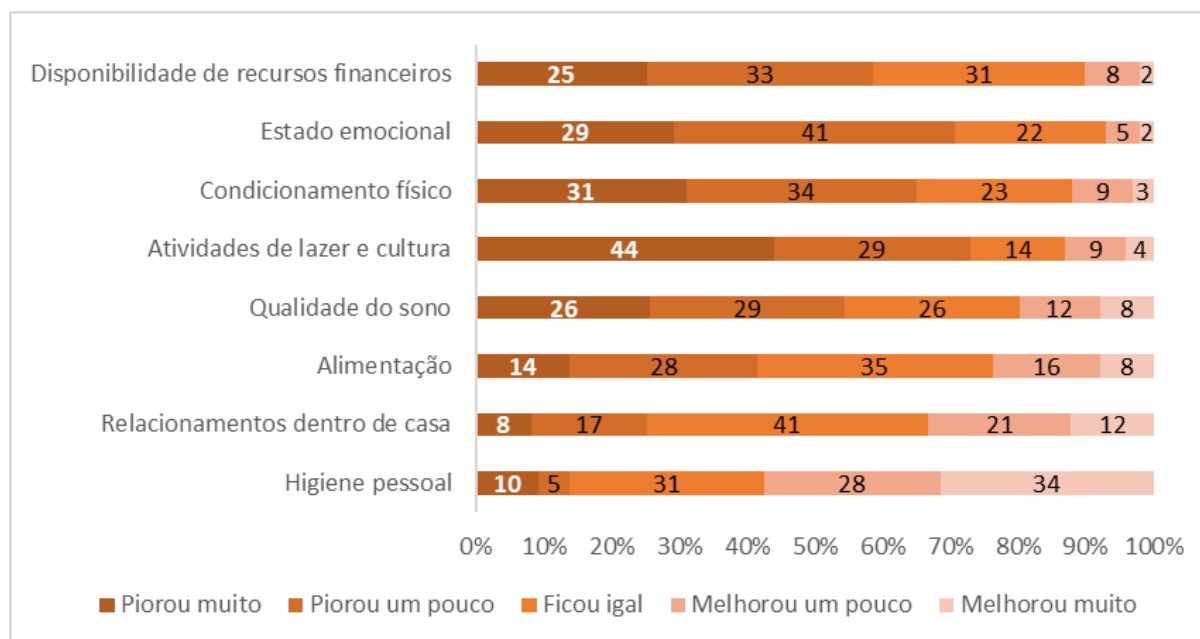
A pandemia não deixou somente um saldo de milhares de mortes, mas redirecionou novamente o Brasil para a fome, atingindo sua maior marca desde 2004, com pelo menos 19 milhões de famintos e 14 milhões de desempregados (BAQUERO e MORAIS, 2021). Estes efeitos projetam-se no cotidiano da população brasileira, gerando questionamento sobre se a adesão a valores democráticos alterou-se durante a pandemia. Para Inglehart e Welzel, embora haja uma consolidação de valores adquiridos na infância e adolescência, eventos traumáticos podem interferir relevantemente nos valores básicos que orientam o cotidiano das pessoas de diferentes faixas etárias (RIBEIRO et al,2021)

Como defendemos a construção democrática a partir do fortalecimento de uma cultura política democrática juvenil, é importante compreender onde estava o jovem na pandemia. Os efeitos do isolamento em sua socialização certamente não foram triviais. De acordo com o relatório final do Atlas da Juventude, nos últimos anos (2021)

(...) a população jovem vive uma realidade de constante violação dos seus direitos e também está mais exposta a uma série de vulnerabilidades sociais. As evidências apontam para um contexto excludente, violento e desafiador que acaba por impor barreiras para o desenvolvimento das juventudes. Com o avanço da pandemia, a situação se tornou ainda mais grave, ampliando os índices de jovens sem oportunidades de trabalho e também da evasão escolar, com uma parcela significativa da população sofrendo impactos em seu processo educacional. Para além destes pontos, é inevitável ressaltar o agravamento das desigualdades sociais e de acesso à serviços essenciais, dos impactos na saúde mental de jovens, na segurança alimentar e também na segurança pública (BARÃO, 2022, p.10)

A pandemia trouxe grandes impactos nas realidades das populações jovens, que correspondem a quase um quarto da população brasileira, com cerca de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos (BARÃO, 2021). A incidência de fortes impactos na educação, emprego, direitos e saúde mental das juventudes é ainda mais profunda para jovens em países de baixa renda com precário acesso à internet e outros problemas estruturais, como falta de espaço, suporte, dentre outros (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020). O gráfico 1 ilustra alguns aspectos deste impacto, de acordo com a pesquisa Juventudes e Pandemia do Coronavírus (CONJUVE, 2020)

Gráfico 1 – Avaliação sobre efeitos da pandemia em aspectos de vida (%)
(CONJUVE, 2020)



Fonte: Juventudes e a pandemia do coronavírus (CONJUVE, 2020)

É possível observar uma deterioração geral dos indicadores sobre os efeitos da pandemia quando consideradas as categorias “piorou muito” e “piorou um pouco”: 58% relatam piora na disponibilidade de recursos financeiros; 70%, piora no estado emocional. Além disso, de acordo com o Atlas da Juventude (2021), 65% dos jovens apontam déficit nos aprendizados durante a pandemia. Este quadro pode ser ainda mais alarmante quando consideramos as clivagens de renda, sexo, raça e os tipos de sistemas escolares de ensino (públicos ou privados).

Pesquisadores que investigam a relação entre socialização política e sistemas escolares ponderam que a desigualdade de recursos entre as instituições públicas e privadas afeta diretamente o processo de socialização política (FUKS, 2011; ZORZI, 2016; BERNARDI, 2017), fornecendo condições desiguais ao desenvolvimento de habilidades políticas, que afetam o interesse por política, atitudes assertivas e competência cívica (GONZÁLEZ e CHIODI, 2021). Levando em consideração o processo educacional, destacamos que o desenvolvimento de recursos e capacidades que garantam aos indivíduos autonomia e empoderamento é impreterível para a democracia, de modo que os indivíduos possam se organizar visando a participação política para além dos instrumentos formais de votação (BERNARDI, 2017).

3.2 EDUCAÇÃO BÁSICA, ENSINO REMOTO E DESIGUALDADES

De acordo com Bernardi (2021), por meio da materialidade da ação do Estado, o sistema educacional projeta-se enquanto reflexo das concepções da sociedade, já que “ Como colocado por Paiva “a educação é prática que se realiza em um contexto social que é histórico e que possui dimensões culturais, econômicas e políticas” (2012, p. 82) (BERNARDI, 2017, p. 32). Durante a realização desta de dissertação, experiências empíricas puderam subsidiar um olhar mais aprofundado para os sistemas de ensino, tendo em vista de que a atividade laboral da autora deste trabalho era a de professora na rede pública nos anos finais do ensino médio, atuando por quatro anos (2018-2021) e acompanhando a implementação do chamado Ensino Remoto Emergencial (ERE) em escolas públicas de diferentes cidades do estado de Minas Gerais. De acordo com Hodges et al (2021), O Ensino Remoto emergencial é um desdobramento temporário no ensino oriundo de crises ocasionais, diferentemente do modelo de Educação à Distância (EaD), cujos objetivos, ferramentas e técnicas são planejados de forma mais cuidadosa.

Ao vivenciar a experiência como docente do ensino público básico, mas trazendo o olhar da pesquisa sobre os fenômenos, a experiência empírica permite refinar o olhar sobre os processos de socialização juvenil durante a pandemia, por meio do contato com os estudantes, pais, com as instituições escolares e com as secretarias de educação. Embora esta experiência empírica não se atenha diretamente aos jovens da região Sul e sim da região Sudeste, algumas similitudes saltam à vista, não somente no nível individual da realidade desigual entre os jovens, mas no que concerne à estrutura da ingerência dos estados no fornecimento de suporte, recursos e estrutura fornecida aos professores e gestores da rede pública. Questiona-se, assim, se a agenda educacional implementada durante o período de isolamento social garante qualidade e igualdade de acesso a todos (CUNHA et al, 2020), o que possibilitaria fortalecimento democrático.

Dessa forma, após a suspensão das atividades presenciais em março de 2020 em razão da medida de isolamento social contra a propagação da COVID-19

Em menos de uma semana e de forma apressada/improvisada, a maioria das secretarias de educação do Brasil já tinha um planejamento para dar continuidade às atividades escolares e garantir a aprendizagem dos estudantes de forma não presencial. Nele, o ensino remoto a partir do uso de plataformas on-line, vídeo-aulas gravadas e compartilhamento de materiais digitais foi a estratégia adotada pelas secretarias estaduais de educação (CIEB, 2020). Em abril, o CNE, por meio do

Parecer Nº 5/2020, posicionou-se dizendo que as atividades pedagógicas não presenciais serão computadas para fins de cumprimento da carga horária mínima anual. O órgão destacou que essas atividades podem ser desenvolvidas por meios digitais (vídeo-aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e/ou seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos (BRASIL, 2020c). Quanto a essa reorganização escolar, o CNE considerou-a como um ciclo emergencial que visa à mitigação dos impactos da pandemia na educação em razão da longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nas escolas. (CUNHA, 2020, p.29)

Embora o Conselho Nacional de Educação considerasse a reorganização escolar enquanto um processo emergencial cuja finalidade seria dirimir os impactos pandêmicos da longa suspensão presencial escolar na educação, o órgão destacava algumas obrigações das redes de ensino, como cumprir a carga horária mínima constante na Lei de Diretrizes e Bases, evitar retrocesso de aprendizagem, assegurar padrão de qualidade previsto em lei, evitar o aumento da evasão e abandono escolar provendo as mesmas oportunidades a todos, observando as realidades e limites dos estudantes às diversas tecnologias, dentre outros (BRASIL, 2020). Contudo, o relatório de pesquisa da Rede de Pesquisa Solidária (2020) destaca:

Na pandemia, o Ministério da Educação não orientou nem difundiu metodologias bem-sucedidas de ensino à distância. Os estados definiram suas próprias estratégias e colheram resultados bem diferentes com as atividades escolares realizadas remotamente. (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2020)

Sabe-se que as obrigações definidas pelo CNE implicariam na necessidade do provimento de recursos adicionais aos sistemas de ensino, sendo que, de acordo com Cunha (2020) apenas os estados de São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro “patrocinaram” internet para os estudantes. É importante destacar, contudo, que o provimento da internet não resolve os problemas da falta de equipamentos e materiais (como computadores ou *smartphones*), ou mesmo do letramento digital necessário para acessar plataformas. Para os alunos sem condições totais de acesso ao ensino ambientado nas tecnologias, as estratégias foram aulas transmitidas pela rádio ou televisão, e materiais impressos (CUNHA, 2020), quando disponibilizados.

Em Minas Gerais, as aulas foram suspensas a partir do decreto nº 113, em 12 de março de 2020, que declara situação de emergência diante de crise sanitária – em meio à uma greve de professores da educação básica, havendo pressão judicial para o retorno remoto mesmo sem

o fornecimento de condições necessárias aos estudantes, profissionais³³ e diversas críticas ao modelo implementado³⁴. No Estado do Rio Grande do Sul (RS), a suspensão das aulas é dada a partir de 19 de março, e em Porto Alegre há a emissão de decreto municipal no dia 16 (SARAIVA et al, 2020) interrompendo as atividades presenciais escolares.

No governo do Estado do RS há um plano de retomada educacional em cinco etapas apresentada pelo governo, que torna obrigatórias as atividades remotas em escolas privadas e públicas, embora o sistema escolar privado em abril já funcionasse com 98% das instituições oferecendo atividades remotas (SARAIVA et al, 2020), o que já evidencia a clivagem entre os dois tipos de sistema de ensino. Nesse sentido, no Rio Grande de Sul,

Quanto às escolas públicas, embora muitas já estivessem realizando esforços nesse sentido, não havia um controle muito rígido. Segundo o Decreto, no dia 15 de junho, poderiam voltar às atividades de laboratório nas Universidades e escolas técnicas e alguns cursos livres. As escolas de Educação Básica poderiam retomar suas atividades, na melhor das hipóteses, no dia 1º de julho, porém isso não foi possível, já sinalizando que o plano não conseguiria ser mantido. (SARAIVA et al , 2020, p.4)

O ambiente de incerteza e pressões leva os professores a criar práticas adaptadas e improvisadas, custeando de seus próprios bolsos recursos para que não houvesse desassistência total dos estudantes, ainda que isso implicasse em sobrecarga laboral. As denominadas “atividades domiciliares” no estado do RS centravam-se em acessos a conteúdos programados pela escola ou professores, que utilizavam recursos digitais ou materiais impressos e distribuídos no espaço escolar, entregando atividades aos familiares, que deveriam auxiliar na execução (SARAIVA et al, 2020).

Essa pronta entrega de conteúdos também esteve presente em outros estados, como é o caso do Programa de Ensinos Tutoriais (PET) em Minas Gerais, e desconsidera não somente a pedagogia subjacente aos processos educativos (SARAIVA et al, 2020), como também a própria realidade das famílias brasileiras, permeada por desigualdades de acesso digital, falta de letramento digital ou mesmo escolarização formal. Eram frequentes os casos de pais perdidos sem condições de orientar seus filhos, pressionando a comunidade escolar por assistência. A comunidade escolar, por sua vez, desassistida de recursos econômicos e

³³A briga entre o estado de MG, na figura do governador Romeu Zema (NOVO) e do ministério público está melhor detalhada em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/19/interna_gerais.1195991/retorno-de-aula-anunciada-para-esta-segunda-em-minas-nao-ocorre.shtml

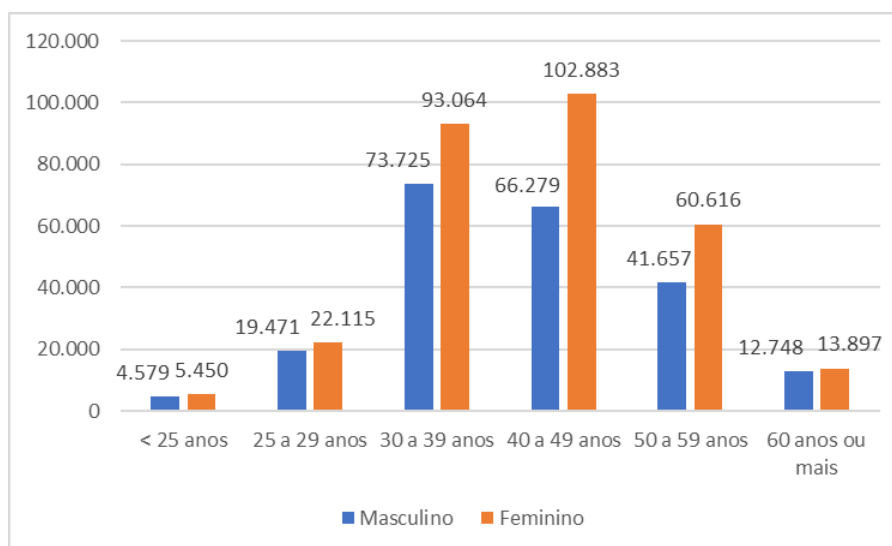
³⁴“Quem elaborou não está na sala”, diz sindicato sobre volta às aulas em Minas.”(LOVISI, 2020). Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/13/interna_gerais.1147132/quem-elaborou-nao-esta-na-sala-diz-sindicato-sobre-volta-as-aulas.shtml

humanos, operava sob condições de restrições e riscos. A despeito da orientação de mediadores familiares do conteúdo, proposta pelo Ministério da Educação (MEC)

(...) o MEC destaca que esse mediador não substitui a atividade profissional do professor. O mediador/supervisor apenas acompanha e orienta o aluno na organização de sua rotina diária de estudos. O processo educativo, essencialmente pedagógico, é função do professor (BRASIL, 2020c)

Se o processo educativo está intimamente atrelado às práticas docentes, é necessário entender minimamente sobre a condição docente no Brasil durante a pandemia. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2021 foram registrados 2.190.943 docentes na educação básica brasileira (INEP, 2021) - desses, um total de 516.484 no ensino médio. O gráfico 2 mostra a distribuição do número de docentes, indicando as faixas etárias e a divisão por sexo:

Gráfico 2 – Número de Docentes no Ensino Médio, segundo a faixa etária e o sexo



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica

É possível observar que a distribuição etária das(os) docentes concentra-se nas faixas de 30 a 49 anos, sendo que a fração de docentes abaixo dos 30 anos representam somente 9,9% da amostra (ou apenas 51.615 professores). Este é um dado relevante para se compreender que os estratos etários que representam 90% dos professores do ensino médio são de pessoas nascidas antes da virada do milênio. Ainda que, deste percentual, uma parte desses professores possa enquadrar-se no que Prensky (2001) classificou como a primeira geração de “nativos

digitais”, é notável que, no Brasil, outros estratos etários não foram socializados no universo das Tecnologias da Informação e comunicação (TIC’s).

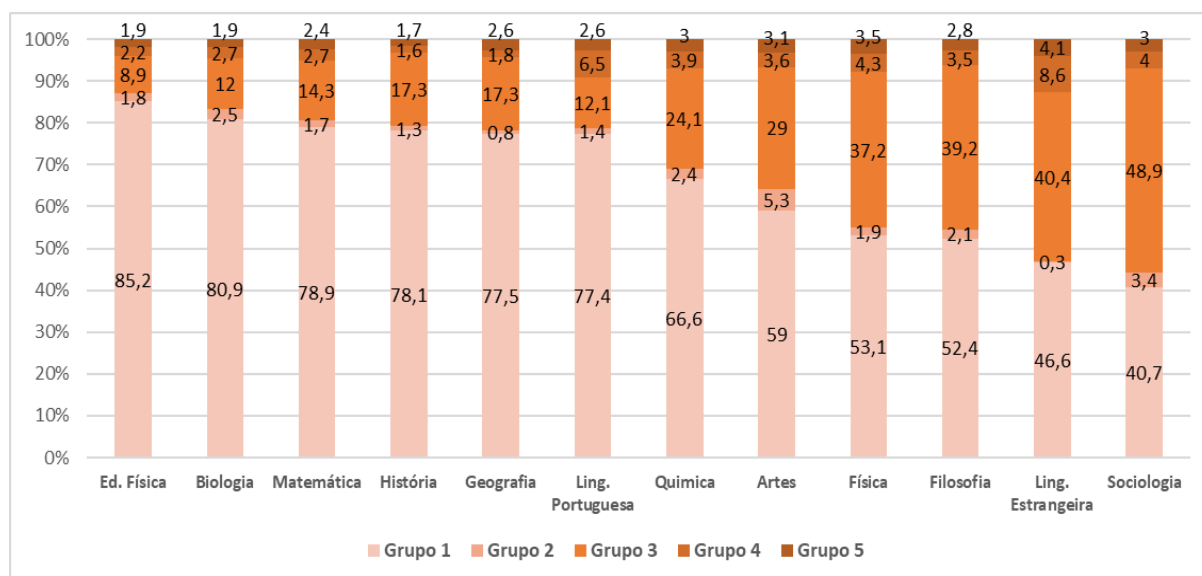
Ao quadro supracitado somam-se informações do relatório técnico³⁵ em 2021 do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a saber: apesar de dispor em algum nível de recursos tecnológicos, mais da metade dos professores não têm preparo para ministrar aulas não presenciais. De acordo com esta pesquisa, apenas 3 em cada 10 professores da educação básica possuíam recursos tecnológicos e preparo necessário para acompanhar remotamente seus alunos.

Fatores como a pandemia, a transição para o ensino remoto emergencial e a sobrecarga laboral dos docentes no ensino básico foram relatados, resultando na chamada exaustão docente (SARAIVA et al, 2020). Na dimensão das desigualdades de gênero, o cenário de sobrecarga é ainda pior para as professoras, que precisam conciliar o ensino remoto com o aumento de tarefas domésticas e/ou maternas que lhes são imputadas, podendo prejudicar sua saúde e atividade docente (SALAS, 2020).

Outro dado produzido pelo relatório do INEP em 2021 chama atenção – o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, que sinaliza se os professores possuem formação adequada para ministrar disciplinas. O grupo 1, na legenda, corresponde aos percentuais de professores que possuem formação adequada para suas disciplinas.

³⁵ A pesquisa contou com uma amostra de 15.654 professores da educação básica atuantes nas redes federais, municipais e estaduais.

Gráfico 3 – Indicador de Adequação da Formação Docente para o Ensino Médio, segundo a disciplina (%)



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica. (2021)

O gráfico 3 sinaliza que o pior resultado observado no indicador de adequação da formação docente é o da disciplina de Sociologia. De acordo com o indicador de adequação de formação docente, somente 40,7% dos estudantes tem professores com formação adequada nessa área de conhecimento, o que pode impactar nos níveis de conhecimento, informação política, competência cívica, dentre outros, já que os agentes escolares podem influenciar atitudes e valores políticos (EHMAN, 1980) e a sociologia, apesar de não ser a única, é uma disciplina que se propõe a trabalhar historicamente com temáticas e reflexões políticas. Outras produções também destacam o papel do professor enquanto agente central de socialização dentro do espaço escolar (RIBEIRO e FARIA, 2004; ARAÚJO, 2009).

3.3. MARCADORES DE DESIGUALDADE SOCIAL E SOCIABILIDADES JUVENIS NA PANDEMIA

As seções anteriores resgataram como a experiência da pandemia e seus desdobramentos -como o Ensino Remoto Emergencial - trouxeram mudanças e ampliaram o cenário de desigualdades já existentes na educação brasileira. A mudança nos níveis de aprendizagem, o isolamento produzido pela pandemia da COVID, e seus efeitos - somados à consolidação de grupos políticos com discursos radicalizados - atravessou o processo de

socialização juvenil. Defendemos que a construção de valores democráticos na juventude é subsidiada pela construção de recursos que garantam autonomia e empoderamento e, de acordo com o quadro descrito até o momento, os anos de pandemia ampliaram as desigualdades de oportunidades para os jovens.

A presença de conteúdos pré-estabelecidos, além do precário contato com professores desassistidos, somados a problemas estruturais e baixa aprendizagem foram constantes na vida dos estudantes dos sistemas públicos de ensino (MACEDO, 2021). Para se entender a socialização política destes jovens, além da ausência nos espaços escolares e outros efeitos resultantes disso, é necessário considerar as outras segmentações entre os jovens – marcadores sociais de diferença, como renda, sexo, raça e tipo de sistema escolar que o jovem faz parte.

Com relação às clivagens de renda, Macedo (2021) traz dados da Rede de Pesquisa Solidária³⁶ em 2020, apontando que durante a pandemia 8 milhões de crianças de 6 a 14 anos não fizeram nenhum tipo de atividade escolar em seu ambiente familiar - “enquanto apenas 4% das crianças mais ricas ficaram sem qualquer atividade escolar, tal número saltou para 30% entre as crianças mais pobres” (MACEDO, 2021, p.267). Macedo (2021) destaca que na rede estadual de São Paulo, ainda que o aplicativo de transmissão de aulas online não consumisse os dados de internet, só 27% dos estudantes acompanhavam as atividades de ensino. Outras informações do relatório incluem:

Os estudantes mais pobres do Sudeste e do Sul tiveram acesso às atividades escolares em proporção semelhante aos mais ricos do Norte e Nordeste (...) com a omissão do Estado no acompanhamento das famílias mais pobres, a diferença de atividades realizadas em casa, entre pobres e ricos, pode chegar a 224 horas, o equivalente a 50 dias letivos (...) A desigualdade da proficiência em português, entre estudantes de classes baixas e altas, pode dobrar no período. Para matemática, o crescimento da desigualdade pode ser de 70% (REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA, 2020, p.1)

Levando em consideração a diminuição efetiva do papel do professor nas realidades escolares juvenis (trabalhada na seção anterior) e diante da necessidade de acompanhamento das atividades por parte da família, o que enfatiza ainda mais seu papel, os hiatos entre os perfis socioeconômicos dos pais, como escolaridade, tempo disponível, letramento digital e posse de aparelhos tecnológicos podem projetar-se em seus filhos.

O afastamento da escola significou uma exposição mais intensa a outras instituições, sobretudo aos meios digitais e aos núcleos familiares durante a pandemia. Compreendendo que

³⁶ A Rede de Pesquisa Solidária é composta por mais de 100 pesquisadores de centros de pesquisa nacionais e internacionais, mobilizados no aperfeiçoamento de políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal diante das crises impostas pela COVID-19

os efeitos da pandemia também foram sentidos pelas famílias, especialmente as mais pobres, os jovens de classes socioeconômicas mais desfavorecidas tiveram que lidar não somente com o afastamento presencial, mas uma diminuição substantiva na renda. O relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) destaca que entre o final de 2020 e o início de 2022 houve redução significativa da proporção de famílias em segurança alimentar – em pouco mais de um ano, a fome dobrou nos domicílios de extrema pobreza. Havia 19,1 milhões de famintos em 2020, número que sobe para 33,1 milhões ao final de 2022 – mais da metade da população brasileira vive algum grau de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022). Além disso, a fome tem cor e gênero: 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem com restrição de alimentos ou fome e 6 em cada 10 lares comandados por mulheres convivem com a fome ou insegurança alimentar (PENSSAN, 2022)

O relatório ainda aponta para uma relação entre escolarização entre o responsável pela renda familiar e as famílias mais impactadas pela carência de alimentos durante a pandemia – em sua maioria, os responsáveis pela renda têm menos de 4 anos de estudo, podendo haver uma perpetuação de um ciclo de pobreza, já que durante a pandemia cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes não estavam frequentando a escola - destas, 4% das classes AB e 17% das classes DE (UNICEF, 2022). Dentre as que pararam de estudar, 48% alegam a necessidade de trabalhar fora para completar a renda familiar, 30% não conseguiram acompanhar explicações e atividades no ERE, 28% por ter que cuidar de outros familiares da casa, dentre outros (UNICEF, 2022). O cenário de pauperização dos alunos pode ser identificado no retorno híbrido durante a volta às aulas presenciais no pós-pandemia, com diversos relatos empíricos de alunos que afirmavam ter comido menos³⁷ refeições, ou mesmo passado fome, com a falta da merenda escolar.

Com relação à clivagem de sexo, dados produzidos em periódicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) apontam que o tempo dispendido com tarefas domésticas para as mulheres é de, em média, cerca de 7,5 horas a mais que os homens, em todas as estratos etários contados a partir dos 10 anos, entre brancas pardas ou pretas. Silva et al (2021) destacam que diante do cenário pandêmico, a situação de meninas e adolescentes longe do acolhimento escolar é preocupante, de modo que ao expressivo aumento da carga doméstica de trabalho, tarefa social e historicamente imposta à mulher, somam-se o crescimento relatos de agressões e estupros, normalmente cometidos por familiares dentro de

³⁷ 'Minha aluna desmaiou de fome': professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras (CARRANÇA, 2021). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59215351>

seus núcleos residenciais (SILVA et al, 2021). Este é um problema mundial, de acordo com Campbell (2020) há ascensão das denúncias de violência doméstica na Itália, na China e na França. Além dos problemas da violência, as jovens brasileiras parecem sofrer com o abandono de suas atividades para dedicar-se à uma rotina de cuidados e atividades domésticas familiares, ou à maternidade precoce (SILVA et al, 2021).

Quando consideramos as desigualdades étnicas, os indicadores da juventude durante a pandemia são bastante sensíveis – com base nos dados da PNAD-COVID19 de 2020, pesquisa da Fundação Carlos Chagas (PAGAIME et al, 2021) mostrou que entre meninos negros entre 15 a 17 anos são aqueles com menos acesso às atividades escolares durante a pandemia (42,4%), e somam 39,5% (contra 18,3% de brancos) do total de alunos que não frequentaram a escola no período. Ainda, 10% das garotas brancas nessa faixa etária afirmam não ter recebido atividades escolares, contra 33,1% de meninas negras (FCC, 2021). Além do quadro de precarização do ensino e trabalho, as juventudes preta, parda e indígena foram mais expostas à morte por COVID 19, frequentando, em sua maioria, escolas públicas.

Com relação à estrutura de oportunidades nos sistemas público e privado, por meio da proposição de um indicador síntese que mensura horas dedicadas por cada estudante no aprendizado à distância e através de microdados da PNAD Covid, Neri e Osório (2021) pontuam que alunos das redes públicas tiveram não apenas menos tempo de dedicação para a escola em comparação a alunos de escolas privadas, além de terem recebido menos atividades escolares. Em recente pesquisa do NUPESAL (2019), Bernardi (2021) também evidenciou, no período pré-pandemia, a diferenciação na distribuição de diferentes tipos de capital, entre os ensinos público, privado e federal - capital econômico familiar por tipo de escola, capital político e cultural familiar dos alunos (mensurado pela frequência com que os jovens conversam com seus pais sobre política e percentual de pais que tem preferência partidária).

Com relação ao capital econômico, dado pelo percentual de salários-mínimos por residência, a Bernardi (2021) traz dados que reforçam a desigualdade – entre as famílias que recebem até 1 salário-mínimo por família, a maioria é dos alunos frequentam escolas privadas públicas ou periféricas; das famílias que recebiam mais de cinco salários-mínimos, metade dos alunos estão em escolas privadas e apenas 8,2% em escolas periféricas. Com relação ao capital político familiar dos alunos, a pesquisa aponta que 43,9% dos alunos conversavam nunca ou raramente sobre política com seus pais, e a clivagem entre as escolas públicas e privadas se mantém: este percentual é de 30,6% em escolas privadas, de 48,7% em escolas públicas centrais, e 52,2% em escolas públicas periféricas.

Além da pandemia, temos o retorno híbrido no pós pandemia, que confluiu problemas como retorno de profissionais e alunos ainda sem cobertura vacinal, potencializando tensões. Assim, o cenário de clivagens no ensino e fortes marcadores de desigualdade que a juventude brasileira esteve exposta durante a pandemia é grave, mas ainda carece de um elemento fundamental para a análise, que trata do papel da internet e das mídias digitais na vida da juventude, no contexto de ataques à democracia por grupos políticos radicais e antidemocráticos. Embora o mundo virtual possa ser espaço de participação política, estudos recentes argumentam que a internet e as mídias podem influir negativamente no processo de socialização, produzindo, além de desinformação, sentimentos e atitudes de intolerância (BAQUERO et al, 2016; MORAIS, 2017). Argumenta-se que, nos últimos anos, mais de um meio de entretenimento e informação, a internet e as mídias sociais intensificaram seu papel como mecanismo de aprendizagem durante a pandemia (ousamos dizer, o único) e por consequência assume e amplia o papel de agência de socialização política.

Este capítulo circunscreveu-se a fornecer um breve esboço descritivo do período a nível do ensino, e suas consequências para a socialização dos jovens, trazendo alguns elementos como o hiato de acesso e letramento digital entre grupos sociais, mas não aprofundou a relação entre os usos da mídia e o processo de adesão à valores democráticos (ou autoritários) nos jovens, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: INTERNET, POLÍTICA E DEMOCRACIA

Como destacado no capítulo três, os anos de pandemia trouxeram muitas mudanças na vida cotidiana das pessoas, sobretudo entre jovens em idade escolar. Nesse sentido, este capítulo visa investigar, nos anos recentes, o papel das mídias digitais e da internet no interesse político juvenil, na intolerância política e no apoio à democracia entre os jovens.

De acordo com dados do IBGE (2022), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) a internet era utilizada em 90% dos domicílios brasileiros em 2021, aumentando percentualmente o uso com relação ao período antes da pandemia - se compararmos com os dados da mesma pesquisa em anos anteriores, 66,1% da população de 10 ou mais anos de idade utilizava a internet em 2016, passando para 79,5% em 2019 e atingindo 84,7% em 2021. Destaca-se neste período o aumento da conectividade em

domicílios rurais³⁸ (IBGE, 2022). Este quadro evidencia o quanto o universo digital ganha volume nos últimos anos, chamando a atenção para seu papel como agência de socialização política. Diante destes dados, este capítulo traz um debate em torno das mídias digitais e seus impactos na cultura política.

4.1 ESTUDOS GERAIS EM CULTURA POLÍTICA SOBRE INTERNET, POLÍTICA E DEMOCRACIA

O desenvolvimento de tecnologias digitais e sua rápida expansão nos meios de informação e comunicação, sobretudo após a virada do milênio, tem motivado estudos empenhados em compreender as relações entre o universo virtual e o mundo político (DOS SANTOS et al, 2019). Inscritas no bojo da quarta revolução industrial (SCHWAB, 2017), a internet e as mídias digitais online impactaram os modos de interação social - inclusive dos agentes políticos para com a sociedade, interligada globalmente em rede³⁹ (CASTELLS, 2003). O mundo virtual propicia novas oportunidades de acessibilidade informacional aos indivíduos, redesenha disputas eleitorais e formatos de participação política (MORAIS, 2017).

Ao contrário de pesquisas que se dedicam a compreender como os agentes políticos disputam e se projetam no mundo virtual (DOS SANTOS, 2019; SOLANO, 2019), o interesse deste capítulo está centrado no impacto da internet na política, em especial na cultura política juvenil, seguindo a tendência de estudos interessados nas inter-relações entre a internet e qualidade da democracia (SUSTEIN, 2003; ANDREEVA, 2019; MORAIS, 2017).

A internet e as mídias digitais⁴⁰ estão cada vez mais presentes na vida humana. A pandemia da COVID-19 evidenciou, inclusive, o aumento e a dependência das formas de comunicação online - sejam nas esferas escolares, laborais, ou mesmo em razão da simples

³⁸ De acordo com o IBGE (2022, p.5) “De 2019 para 2021, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada passou de 88,1% para 92,3%, em área urbana, e aumentou de 57,8% para 74,7%, em área rural.”

³⁹ De acordo com Castells (2005) a sociedade em rede é um desdobramento da evolução tecnológica e reestruturação do sistema capitalista, de modo que há a presença da individualização de formas de trabalho e globalização de atividades econômicas, caminhando em uma sociedade com uma cultura virtual presente em todo o globo, interconectada e que altera as relações espaciais e temporais.

⁴⁰ “Mídias digitais” é um termo utilizado para criar uma separação conceitual das mídias analógicas, formas de comunicação em massa existentes até a década de 1980, das chamadas “novas mídias” (GONZÁLEZ e CHIODI, 2021, p. 167)

necessidade de comunicação com outras pessoas diante de medidas de isolamento social, acenando para o que Newman (2020) chamou de um futuro digital.

Diferentemente da mídia convencional que está centrada na transmissão de informações e notícias, no universo online as mídias digitais permitem espaços de interação e deliberação entre os usuários sem a mediação direta de veículos tradicionais, podendo proporcionar oportunidades de publicização das opiniões dos indivíduos e participação em atividades cívicas, debates e tomada de decisão (SCHWAB, 2017). O campo dos valores e da consolidação democrática também podem ser afetados pelas mídias digitais e por redes sociais, por meio da interferência na aquisição de sentimentos e valores sociais através das redes, incluindo os que tangem o universo político (ANDREEVA, 2019).

Existem duas visões da internet enquanto fenômeno, uma de caráter mais positivo (teorias da mobilização) e outra que ressalta aspectos mais negativos (MORAIS, 2017). Por trás da teoria, o que se questiona efetivamente é se a internet e os novos meios de massa têm a capacidade de auxiliar na resolução de um déficit democrático presente na sociedade contemporânea (GOMES, 2005) ou se corroboram para o aumento desse déficit. Dessa forma:

As duas teorias, de efeitos negativos e mobilização, não podem ser excludentes, é necessário relativizar os efeitos dos meios de comunicação, pois é perceptível que os conteúdos veiculados podem ocasionar tanto efeitos negativos quanto positivos. Além de ser necessário verificar os efeitos em diferentes aspectos da cultura política (crenças, valores e comportamentos) (...) para poder ter uma análise mais ampla. (...) isso vai depender do contexto histórico, social e político, além da cultura política de cada país ou região e, no aspecto mais individual, os efeitos de fatores como idade, sexo, religião, renda e escolaridade (MORAIS, 2017, p. 70)

Na versão mais otimista sobre o uso das mídias digitais enquanto reforço do sistema democrático, autores destacam a reorganização das comunidades virtuais e a possibilidade de mobilizações sociais, novas formas de participação política (ANDREEVA, 2019) e interações sociais. A internet do século XXI difere muito daquela no final do século XX (ANDREEVA, 2019, ANDERSON E MACCABE, 2012) por ser mais participativa e orientada para redes, que não se circunscrevem apenas ao fornecimento de notícias, mas possibilitam a criação, interação e compartilhamento de conteúdos e opiniões (ANDREEVA, 2019). Neste sentido, a internet pode ser vista enquanto um elemento potencializador do interesse da participação política, sobretudo entre os segmentos etários que mais a utilizam, como os jovens. Além disso, a própria articulação dos movimentos sociais é alterada pela internet, resultando em impactos sociais

diversos na sociedade e nos próprios movimentos (DA GLÓRIA GOHN, 2020). Castells (2013) afirmava

Além disso, a comunicação sem fios conecta dispositivos, dados, pessoas, organizações, tudo isso com a nuvem emergindo como repositório de uma ampla constituição de redes sociais, como uma teia de comunicação que envolve a tudo e a todos. Assim, a atividade mais importante da internet hoje se dá por meio dos sites de rede social (...), e estes se tornam plataformas para todos os tipos de atividade, não apenas para amizades ou bate-papos pessoais, mas para marketing, e-commerce, educação, criatividade cultural, distribuição de mídia e entretenimento, aplicações de saúde e, sim, ativismo sociopolítico. (CASTELLS, 2013, p. 136)

Exemplos de movimentos que saíram do campo online e que geraram discussões sobre novos formatos de participação política foram as Jornadas de Junho, no Brasil, os Indignados na Espanha, a Primavera Árabe (CASTELLS, 2013), dentre outros. Ainda que não haja um consenso sobre as razões e efeitos destes movimentos, é importante lembrar suas implicações são multidimensionais - Lynch (2015) destaca que a euforia revolucionária da chamada primavera árabe não duraria, de modo que muitos dos elementos da mídia que auxiliaram a organização e o surgimento dos grandes movimentos de protesto também foram danosos para a solidificação das transições democráticas: ampliando vozes extremas e alimentando rumores funestos, as redes sociais ampliaram a polarização, a atmosfera sensacionalista e tóxica que endossou as piores tendências políticas. Destacamos que estas semelhanças com a história brasileira pós Jornadas de Junho não são apenas coincidência, dado a similitude entre os fatos supracitados e os acontecimentos políticos pós Jornadas de Junho, como o impeachment, a eleição de Jair Bolsonaro e um congresso conservador. Desta forma

(...) o que ajuda o ativismo não necessariamente ajuda na consolidação da democracia. A aceleração e intensificação da comunicação política alimenta uma sensação de crise constante, enquanto o fluxo de boatos pelas redes partidárias e sectárias exacerba o distanciamento social. Infelizmente, as mesmas qualidades que tornaram o Facebook e o Twitter tão úteis para coordenar protestos durante o período de mobilização antiditatorial também tornaram esses sites preocupantes, portadores de boatos altamente destrutivos e falsidades durante o período de transição. (LYNCH, 2015, p. 97, tradução da autora)

Lynch (2015) salienta que para países divididos social, étnica e politicamente, as implicações do ambiente de comunidades fechadas proporcionado pelas redes têm implicações avassaladoras – as mídias conseguem canalizar de forma muito eficiente o ressentimento de grupos, a divisão política e mobilizar fúria contra grupos diferentes ou externos. Para o autor, “O ódio cultivado contra os inimigos internos abriu caminho para a adesão entusiástica do público ao golpe de 2013 no Egito, enquanto o sectarismo e o *ihadismo* correm facilmente

pelas redes sociais dos países do Golfo”. (LYNCH, 2015, p.97, tradução da autora) Desta forma, é importante destacar que o universo digital pode não ser usado apenas para fins democráticos, pois há um debate sobre como o ativismo digital ou *cyberativismo* pode ser utilizado por grupos da nova direita⁴¹ com viés ultraconservador (OLIVEIRA et al., 2021).

No campo de pesquisas que exploram os efeitos negativos da internet, destacam-se temas como a produção de *fake news* (RAMPERSAD, 2020), o isolamento produzido no ambiente online, e como a seletividade de informações pode corroborar para um ambiente socialmente mais hostil (SUNSTEIN, 2002). Nessa perspectiva, refletindo sobre a doutrina do fórum público, Sunstein (2002), ainda no início do milênio, salientava que as novas tecnologias, sobretudo a internet, produzem um ambiente personalizado aos usuários cuja filtragem de informações pode ser nociva ao convívio democrático. A falta de acesso a pessoas e pontos de vista heterogêneos, além da possibilidade de poder evitar certos conteúdos, imputa aos ouvintes um autoisolamento que é limitador. Os mecanismos que possibilitam os indivíduos terem controle total sobre seu ambiente comunicacional podem criar câmaras de eco, ou casulos de informação (SUNSTEIN, 2002) que podem gerar fragmentação, produzindo dificuldade de entendimento mútuo pelos grupos, extremismo e mesmo violência e ódio⁴²

Alguns estudos dedicam-se a compreender a polarização política gerada na internet a partir de um universo que propicia essa seletividade de informações (YANG et al., 2016; FIORINA E ABRAMS, 2008; QUATTRICIOCCHI et al., 2015). Polarização neste caso pode ser entendida enquanto uma tendência que existe com o deslocamento de uma população de um estágio de consenso para o sentido oposto (FIORINA E ABRAMS, 2008) e pode pertencer às dimensões ideológica e afetiva (FUKS, 2023). Para Yang (2016), a polarização pode se dar no nível de atitudes individuais, mas é importante compreender a polarização social no nível agregado, sendo que o modo dos eventos políticos feito pela mídia condiciona/afeta as percepções dos indivíduos sobre o sistema político. Nesse sentido

Quando as pessoas pensam que o eleitorado de massa e os partidos políticos estão polarizados, elas podem adotar preferências políticas mais extremas (...) as pessoas adotam normas sociais percebidas de grupos de referência para afirmar sua identidade

⁴¹ Para um resgate de como grupos e figuras públicas conservadoras utilizaram estratégias de comunicação política dentro das mídias digitais, ver mais em Oliveira et al (2021)

⁴² “Mas a liberdade propriamente compreendida consiste não apenas na satisfação de quaisquer preferências que as pessoas tenham, mas também na chance de ter preferências e crenças formadas em condições decentes - na capacidade de ter preferências formadas após a exposição a uma quantidade suficiente de informações e também a um gama adequadamente ampla e diversificada de opções” (SUNSTEIN, 2002, p. 78)

sociopolítica que decorre de seus membros do grupo (YANG, 2016, p. 351, tradução própria)

Utilizando amostras representativas em dez países, Yang et al (2016) evidenciam uma relação positiva (em nove dos dez países) entre polarização no nível agregado e consumo online de notícias, quando comparado com a polarização e o uso da mídia tradicional – isso significa que, na pesquisa, o consumo online de notícias induziu a uma maior polarização que o consumo de notícias via mídia tradicional. Em pesquisa sobre como usuários americanos e italianos do Facebook relacionam-se com algumas narrativas, Quattricocchi et al (2015) destacam a formação de câmaras de eco, estruturadas em um ambiente em que os usuários desta rede social estão altamente polarizados, tendendo a assimilar somente afirmações confirmatórias sobre suas crenças pré-existentes ao concentrarem-se em suas narrativas preferidas, por meio do algoritmo.

Somado ao problema da polarização, temos a questão da desinformação - Dos Santos et al (2018) investigaram o comportamento coletivo de 90 grupos nas redes de WhatsApp que formavam redes de apoio aos principais presidenciáveis das eleições brasileiras de 2018, trazendo compreensão sobre a desinformação segmentada promovida pelas características de rede de tal aplicativo. Neste sentido, Schwab (2017) destaca que a apropriação da mídia digital por atores não estatais configura-se em riscos para o poder democrático, sobretudo por meio de propagandas e cooptação de seguidores para movimentos extremistas.

4.2 - ANALISANDO O CASO BRASILEIRO

Este debate sobre como a internet e as mídias sociais permeiam a constituição das culturas políticas e podem fomentar movimentos polarização e intolerância nos recorda alguns episódios recentes da história brasileira. Em 2022, o Brasil contabilizou, até a metade do ano, 26 assassinatos diretos por motivações políticas, sendo o maior número registrado em momentos de campanhas eleitorais desde a redemocratização⁴³⁴⁴. O observatório da violência política e eleitoral no Brasil (2022) mapeia trimestralmente crimes de violência política como agressões, ameaças, homicídios, atentados, ameaças ou agressões familiares, sequestro, dentre

⁴³ Para o observatório do 3º setor “O assassinato do tesoureiro do PT, Marcelo Aloizio de Arruda, de 50 anos, em Foz do Iguaçu (PR), também não consta na última lista de crimes computados pelo estudo. Marcelo foi morto enquanto comemorava seu aniversário com o tema do candidato Lula.” (GARCIA, 2022)

⁴⁴Em 2022, mortes por intolerância política superaram as 4 eleições nacionais pós redemocratização (NOSSA, 2022)

outros, e evidencia que há um aumento da violência política no Brasil de 2019 a 2022. Quando pensamos especificamente na evolução do número de casos de violência contra lideranças políticas, há um aumento de 148 casos em 2019 para 557 em 2022, uma variação percentual de 276,3% (BORBA et al, 2022). Como não compreender as agressões, mortes, ameaças ocorridas durante a campanha eleitoral de 2022 enquanto um dos efeitos da polarização política, endossada pelas redes?

Além de casos explícitos e registráveis de violência no universo político, também há a presença de intelectuais, figuras públicas ou influenciadores digitais que envolveram-se em casos de disseminação pública de mensagens de ódio no espaço online (ROCHA, 2022), como o blogueiro Monark, que defendeu o reconhecimento de partidos nazistas por lei (DECLERCQ, 2022), do influenciador Allan dos Santos, investigado⁴⁵ por disseminação de *fakenews* no inquérito das milícias digitais e ameaças contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ou o próprio ex-secretário de Cultura do governo de Jair Bolsonaro, que em vídeo⁴⁶ (ALESSI, 2020) online dissertou trechos idênticos ao discurso do ministro nazista da propaganda de Hitler.

De acordo com Rocha (2022), influenciadores e criadores de conteúdo da extrema direita apresentam-se enquanto marginais e *antistabishment*, cuja retórica parte da suposta “hegemonia esquerdista”, instaurada no estado democrático de direito, que traz ameaças às suas crenças e costumes. Crescem matérias sensacionalistas com roupagem jornalística, mobilizando linguagem simples descredibilizando a suposta imprensa ‘esquerdista’, permitindo lucros⁴⁷ financeiros para criadores de conteúdos digitais, tanto por meio de envio de dinheiro ou de anúncios (ROCHA, 2022). A autora destaca que

(...) a criação de uma narrativa bolsonarista homogênea facilita a circulação de determinadas ideias de forma implícita entre influenciadores ligados a nichos específicos. Cristãos conservadores, grupos antifeministas, setores ligados ao Exército e às polícias, trabalhadores e empresários do agrobusiness, artistas

⁴⁵ Esta reportagem do G1 traz os inquéritos contra Allan dos Santos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/21/quem-e-allan-dos-santos-e-quais-sao-as-acusacoes-contra-o-blogueiro-bolsonarista.ghtml>

⁴⁶ O vídeo está disponível na reportagem de Alessi (2021) no seguinte link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>

⁴⁷ O levantamento feito pela Novelo Data aponta que desde janeiro de 2022 houve remoção de mais de 10 mil vídeos de canais pró bolsonaristas. Valores angariados por estes canais ultrapassavam milhares de reais – no hiato de 2019 e 2021, apenas 11 canais bolsonaristas com conteúdos falsos sobre urnas já arrecadavam o valor superior a dez milhões de reais. (ROCHA, 2022). “Os canais que mais lucraram antes de serem bloqueados judicialmente foram o Folha Política, com 2,5 milhões de reais, e o youtuber Allan dos Santos, com 1,7 milhão de reais.” (ROCHA, 2022, p. 59)

sertanejos, gamers, defensores de criptomoedas e profissionais de classe média e alta ligados ao mercado financeiro são exemplares nesse sentido. Por fim, a própria dinâmica de compartilhamento de conteúdos nas plataformas incentiva a produção de determinados conteúdos em formatos específicos. Afinal, teorias da conspiração e conteúdos que provocam emoções como raiva e medo são incentivados por seus algoritmos, o que faz com que o público de tais influenciadores seja mais amplo do que a parcelas da população brasileira que de fato apoiam Jair Bolsonaro (ROCHA, 2022, p. 60)

Quando figuras públicas destilam discursos de ódio contra minorias ou espalham deliberadamente notícias falsas, questiona-se como a qualidade da informação contribui para a qualidade democrática. Silva et al (2011) define o discurso de ódio como um elemento com conteúdo segregador, que se manifesta pelo ataque à identidade de um grupo

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor (SILVA et al, 2011, p. 447)

Levando em consideração os acontecimentos ocorridos antes das eleições presidenciais brasileiras de 2022 e o clima de violência política instaurada no país, episódios envolvendo atores institucionais do governo e sua rápida exposição na mídia geraram um clima de tensão com poucos precedentes na história democrática do país. Antes das eleições, o episódio em que o ex-deputado bolsonarista Roberto Jeferson⁴⁸ descumpra medidas de postagem em suas redes sociais (até então proibido por lei e em prisão domiciliar), ameaça a ministra do Supremo Tribunal Federal, atira em agentes da polícia federal, jogando granadas e se recusando-se a se entregar, é simbólico para refletir sobre o uso das redes por agentes políticos que fomentam a polarização ao questionar a legitimidade democrática. Outro episódio envolvendo a deputada federal bolsonarista Carla Zambelli⁴⁹ nas vésperas das eleições - em que a deputada saca uma arma, persegue e atira livremente em um eleitor adversário - nos lança para uma cena de barbárie institucional. Estes e outros episódios projetam uma visão extremamente negativa da política para a cultura política dos brasileiros.

As seções 4.1 e 4.2 exploraram elementos que interrelacionam o universo online e as problemáticas da sustentação democrática dentro de uma atmosfera política nacional permeada por violência, polarização e intolerância. Resgatamos diferentes visões sobre a relação entre

⁴⁸ O episódio teve rápida expansão nas redes sociais e pode ser visto melhor em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/10/23/roberto-jeferson-resiste-a-ordem-de-prisao-do-stf-e-atira-em-policiais-federais.htm#:~:text=Em%20um%20v%C3%ADdeo%2C%20o%20pr%C3%B3prio,entregaria%20ap%C3%B3s%20horas%20de%20tens%C3%A3o.>

⁴⁹ O vídeo pode ser visto no seguinte link do jornal Estadão: <https://www.estadao.com.br/politica/video-mostra-deputada-carla-zambelli-com-arma-em-punho-assista/>

internet, mídias e fortalecimento democrático, mas algo central está faltando: como os jovens internalizam e respondem a este ambiente político? Apesar da ênfase dos papéis da escola e da família no processo de socialização juvenil, alguns autores (ANDERSON E MACCABE, 2012) consideram a internet enquanto um contexto de socialização e desenvolvimento da identidade do adolescente. Nesse sentido, no que diz respeito à socialização no ambiente online, há um movimento inverso daquele em que os adolescentes precisam aprender as normas de um mundo já estabelecido, pois a internet não se configura como um mundo já estruturado em que adultos já dominam, e este processo resulta em um ambiente de auto socialização juvenil (ANDERSON e MACCABE, 2012).

Argumenta-se que este papel da internet enquanto agência socializadora juvenil amplia-se ainda mais durante e após a pandemia do coronavírus, à medida que o universo digital substitui temporariamente a escola e outros ambientes presenciais. No entanto, a ideia de que os jovens podem socializar-se simultaneamente por diversos mundos sociais em ambientes e “bolhas” online é algo preocupante, já que o “(..) padrão ativo de adoção de tecnologia sugere a continuação da auto-socialização e novos contextos de socialização sem os freios e contrapesos de agentes de socialização mais experientes.” (ANDERSON e MACCABE, 2012, p. 243, tradução própria). Nesse sentido, a próxima seção busca explorar como as mídias podem exercer papel no interesse político juvenil, na intolerância política e no apoio democrático entre jovens estudantes.

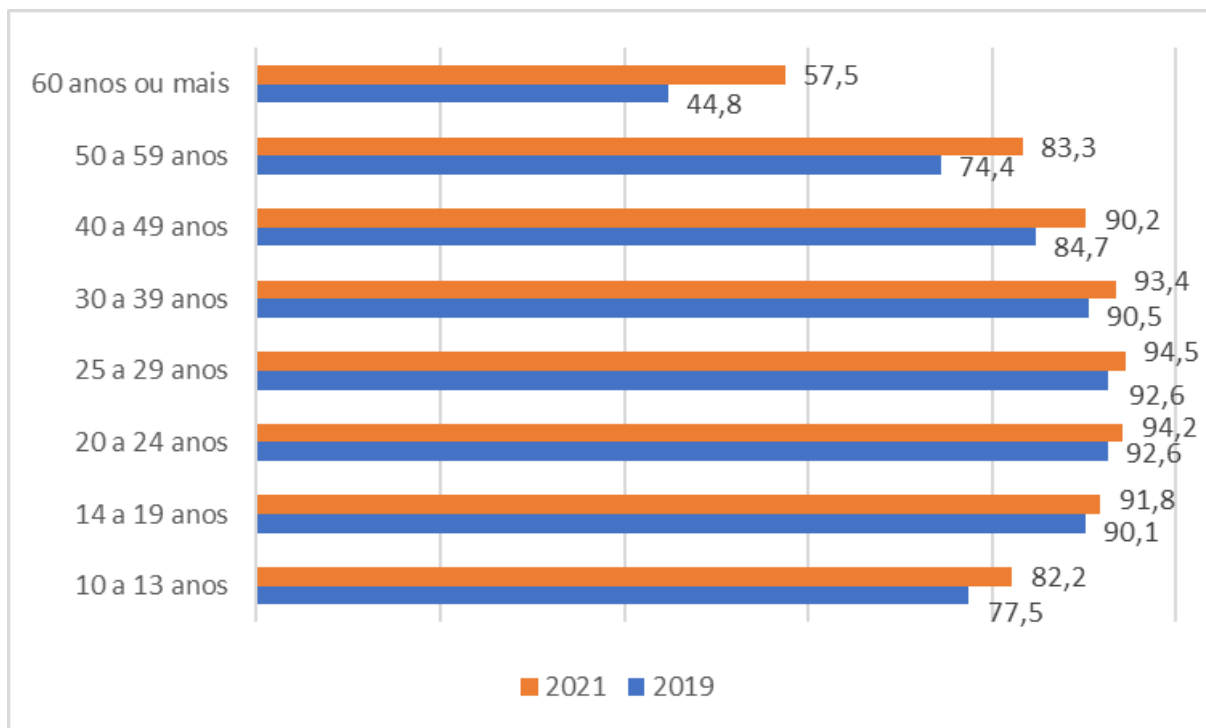
4.3 JUVENTUDE E INTERNET: INTERESSE POLÍTICO, INTOLERÂNCIA E APOIO DEMOCRÁTICO

Como vimos até o momento, a vida política brasileira após mais de 20 anos de redemocratização ainda segue permeada por escândalos institucionais, tentativas de interrupção do regime e contestação dos procedimentos e normas democráticas, confluindo para a institucionalização de uma cultura política híbrida no país. No que diz respeito à transmissão intergeracional de valores para a juventude, este é um cenário negativo que pode desestimular o interesse por política e aumentar a desconfiança institucional, já que, de acordo com Baquero (2016), a ausência da transmissão de uma memória democrática no pós-redemocratização, aliada ao mau desempenho das instituições políticas e à continuidade das mazelas sociais do país têm fomentado a apatia da população e o desinteresse pela política entre os jovens.

Procuramos entender, assim como González e Chiodi (2023, p. 121) “(...) como a redução do processo político a um campo de batalha verbal despido de regras de civilidade afeta o processo de socialização das novas gerações e seu interesse por política”. Diante deste cenário, poderiam as mídias digitais estimular o interesse político entre os jovens, sobretudo em tempos pós pandêmicos onde a vida online ganha mais importância?

De acordo com dados da PNAD, das categorias etárias que mais utilizam a internet, os jovens são os que mais se destacam, aumentando seu consumo ao longo dos anos, e também após a pandemia. O gráfico 4 indica que, em 2021 o percentual de acesso à internet cresce, em relação à 2019, em todas as categorias etárias, sendo ascendente da infância aos 29 anos de idade, período em que a juventude está compreendida. Neste mesmo hiato de tempo também cresce a posse de telefone móvel celular para uso pessoal em todos os grupos etários, também entre os jovens (IBGE, 2022)

Gráfico 4. Pessoas que utilizaram a internet, por grupos de idade (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019/2021.

A ocorrência de protestos com presenças juvenis no Brasil em 2013, nas jornadas de junho, ou em 2015 nas greves secundaristas do ensino médio (MACHADO, 2019), suscitou um debate sobre o interesse e o engajamento político juvenil por meio das mídias digitais nos

últimos anos. Nesse sentido, como a seção anterior apresentou, surgem visões otimistas que compreendem o espaço online enquanto uma “ágora virtual” capaz de gerar mecanismos promissores de engajamento cívico e participação massiva em assuntos públicos (NORRIS, 2005). Mas, de acordo com Morais (2017)

No caso brasileiro (...) a internet parece estar protagonizando efeitos positivos e negativos, ao mesmo tempo, na estruturação de culturas políticas juvenis. No lado positivo, percebe-se a ampliação dos espaços para mobilização, enquanto no lado negativo, constata-se o estímulo de sentimentos de ódio e intolerância às opiniões divergentes. (MORAIS, 2017, p. 72)

Em pesquisa com dados do NUPESAL, González et al (2020) ilustram que o universo online é destacado entre os jovens como a segunda maior fonte para a formação de opiniões políticas, ficando somente atrás da família. Entende-se que, diante de um processo de auto socialização (ANDERSON E MACCABE, 2012), os jovens também estão desenvolvendo suas identidades políticas no ambiente online, debatendo questões públicas em mídias sociais, fóruns de opinião, dentre outros (MORAIS, 2017). A existência do debate virtual, contudo, não é elemento suficiente para garantir um aumento do interesse por política, sobretudo quando a arena virtual também está permeada por espaços de intolerância e desinformação. Além disso, a ocorrência de manifestações no universo online não transpõe automaticamente a continuidade deste engajamento na vida material (ANDREEVA, 2019).

Em pesquisa com dados oriundos de *surveys* do NUPESAL (2015 e 2019) Baquero e Bernardi (2021) ilustram que há um aumento de sentimentos negativos com relação a política entre os jovens, além de queda no interesse político, revelando baixa eficácia política. González e Chiodi (2023) evidenciam que no período recente, entre os jovens porto-alegrenses, há um aumento do desinteresse em assuntos políticos – entre os que concordavam totalmente ou em parte com a afirmação de “não gostar de discussões políticas”, há um aumento de 52,6% para 77,7%, além do percentual dos que concordam totalmente subir para o patamar de 40%. Os autores indicam que os conflitos criados por eleições polarizadas podem subsidiar esta aversão ao debate político. Também aumenta, neste hiato de tempo, a opinião entre os jovens de que política não é lugar na sala de aula – o aumento é preocupante, pois de acordo com os autores

(...) alienar-se do debate político é uma opção baseada numa valoração negativa de seu resultado, e não uma questão de falta de preparação para intervir (...) os jovens participantes manifestam, assim, uma visão da política como algo ruim, dominado por práticas criminosas. (GONZÁLEZ E CHIODI, 2023, p.143)

Esta percepção juvenil atrelada à uma valoração negativa do sistema político é subsidiada por experiências e visões negativas com a política no presente recente, como já destacamos, além de estar perigosamente sujeita à afeição pelo discurso *outsider* encampado por grupos políticos com vieses conservadores que utilizam o espaço online como estratégia comunicacional, como mencionamos na seção anterior. Além disso, por sua baixa afeição e desinteresse no campo político e por passarem muito tempo online, os jovens são potenciais alvos para a desinformação (BERNARDI e BAQUERO, 2021).

Sabemos que no Brasil existem grandes desigualdades sociais entre os jovens, que também se projetam no acesso e nas formas de uso do ambiente virtual, o que pode estimular diferentes níveis de interesse e percepção do sistema político entre a juventude. A pesquisa de Putnam (2015) com jovens americanos revelou que, a despeito da tendência de diminuição nas clivagens de acesso digital entre famílias de classes sociais mais pobres e ricas, a questão preponderante reside nos tipos de usos que as classes sociais fazem da internet. De acordo com a pesquisa de Putnam (2015), jovens de famílias mais pobres tendem a utilizar as redes mais com fins de entretenimento e menos para educação, se comparados aos jovens de classes mais ricas, que canalizam os usos das redes também para educação, empregos, pesquisas e engajamento social. “Os americanos ricos usam a Internet de maneiras que aumentam a mobilidade, enquanto os americanos mais pobres e menos educados normalmente a usam de maneiras que não o são.” (PUTNAM, 2015, p. 225)

Pensando nas desigualdades entre os jovens, dados de acesso online dos brasileiros, publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022, afirmam que o percentual de acesso à internet dos estudantes das redes privadas em 2021 foi de 98,2% contra 87% dos estudantes de escolas públicas, com grandes disparidades distribuídas entre as macrorregiões (IBGE, 2022). A maioria dos estudantes de escolas privadas e públicas brasileiras (98% e 97,6%, respectivamente) acessa a internet por celulares e telefones móveis, mas quando trata-se de computadores, o percentual de utilização por estudantes de escolas privadas é de 80%, contra menos da metade (38,3%) de estudantes de escolas públicas (IBGE, 2022). Estes dados de acesso sugerem justamente que a diferença de acesso às redes entre estudantes de diferentes classes não é tão substantiva, mas quando consideramos o uso do computador (que pode ser mais adequado que um smartphone às ferramentas educativas e de trabalho) há uma grande clivagem, o que nos permite refletir sobre os usos das redes pelos jovens de diferentes classes, sobretudo durante e após a pandemia da COVID 19. Estas

informações parecem nos dar subsídios para corroborar com a compreensão de Putnam (2015) de que acessar a internet não incita, automaticamente, participação ou engajamento cívico nos jovens.

Além do debate sobre o potencial das mídias em fomentar o interesse político juvenil, também questiona-se como a internet e as mídias sociais estão relacionadas com a ocorrência da intolerância⁵⁰ política entre os jovens. Essa discussão é fundamental em um momento em que recentes polêmicas envolvem redes sociais e sua interferência na opinião pública, como o caso do Twitter⁵¹, em que a advogada da rede social afirmara, em reunião com o ministro da justiça, que um perfil com fotos de assassinos de crianças incentivando ataques escolares não era apologia ao crime ou mesmo violava⁵² os termos de uso da rede.

Os diversos ataques em creches e escolas nos anos de 2022 e 2023 com dezenas de crianças, adolescentes e adultos feridos ou mortos repaginam o questionamento entre pesquisadores (BOBADILLA, 2019, BRUM e SILVA, 2021; VINHA e GARCIA, 2023) sobre relação entre eventos de violência e redes sociais. De acordo com a BBC⁵³, somente em 2022 e 2023, a quantidade de ataques em escolas no Brasil é maior que aquela registrada em 20 anos anteriores. Vinha e Garcia (2023) mostram que o perfil predominante dos ataques se centra em jovens, do sexo masculino, brancos, com indícios de transtornos mentais variados, envolvidos com grupos extremistas online⁵⁴, com gosto por violência, além de culto às armas. Ainda que estes ataques tenham relações com fenômenos internacionais, as redes sociais promovem espaços de interação e articulação de grupos de ódio onde jovens são expostos a conteúdos e ideias que alimentam a intolerância e o ódio às minorias (SCHURIG, 2023; SEVASTI, 2014).

De acordo com o relatório ao governo de transição promovido pela Campanha Nacional pelo Direito à educação, os ataques violentos em ambientes escolares relacionam-se com um

⁵⁰ Ao contrário do conceito de intolerância, já trabalhado na seção, Ribeiro et al (2019, p.2) definem a tolerância, na dimensão política “(...) como a aceitação da fruição de direitos políticos procedimentais e liberdades civis para grupos com os quais o indivíduo não simpatiza ou tem divergências substantivas de ideias e interesses (Sullivan, Piereson e Marcus, 1982)”

⁵¹ Para mais discussões sobre o twitter e discurso de ódio online, ver Sevasti (2014)

⁵² Ver a reportagem do Estadão (2023) “Ataque em escolas: Twitter cria desconforto em reunião com ministro da Justiça”. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ataque-em-escolas-twitter-cria-desconforto-em-reuniao-com-ministro-da-justica>

⁵³ Ver Granchi (2023) “Fatores que contribuem para ataques em escolas” <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0610zm35vo>

⁵⁴ Vinha e Garcia (2023) descrevem articulações em comunidades mórbidas online, como fóruns, “chans”. Se antes a interação circulava mais na deepweb, hoje já encontra-se na superfície da internet, como redes sociais (Instagram, TikTok, Facebook, discord, Twitter, dentre outros)

contexto social de deterioração socioeconômica “imerso na escalada do ultraconservadorismo e extremismo de direita no país e a falta de controle e/ou criminalização desses discursos e práticas, bem como de sua difusão através de meios digitais (PELLANDA et al, 2022, p.3). O relatório ainda destaca

No contexto brasileiro também é importante apontar a preocupante existência de grupos neointegralistas como a Frente Integralista Brasileira (FIB), Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrela (ACCALE), e Nova Resistência; movimentos separatistas como "O Sul é o meu país" e análogos, destacando a atuação desses grupos no ecossistema virtual da extrema-direita brasileira. Aqui é importante frisar: ainda que não tenham relação com atos violentos, os discursos desses grupos alimentam programaticamente o ultraconservadorismo, colaborando para a ascensão extremista no país (PELLANDA et al, 2022, p. 3 X)

Diante de um contexto político permeado pela emergência e exposição midiática de líderes, políticos, influenciadores e figuras autoritárias, que os jovens brasileiros estão submetidos, além do isolamento em bolhas ou câmaras de eco, e a impunidade que tangencia a ocorrência de crimes no universo virtual, é de se esperar que o ambiente de tensão, intolerância e visão da política como algo negativo esteja presente entre os jovens.

Refletindo sobre a relação de intolerância política e mundo virtual, Morais e Baquero (2018) destacaram a internet enquanto um fator contributivo que permite o direcionamento de atitudes de intolerância política, o que fomenta a polarização e o discurso de ódio. Ainda que a internet não seja o fator que gera a intolerância política, mas sim um instrumento que a canaliza, os autores destacam que as novas tecnologias informacionais e comunicacionais subsidiam a continuidade de uma cultura política apática e conservadora entre os jovens (MORAIS E BAQUERO, 2018). Por meio de entrevistas em profundidade com jovens porto-alegrenses, os autores categorizam a intolerância online em intolerância geral⁵⁵ e intolerância política⁵⁶, e concluem que até mesmo entre os jovens, ambas as dimensões de intolerância são percebidas e vividas no mundo online. Os jovens entrevistados relacionam a intolerância com a sensação de anonimato, impunidade, além de violência e ódio. Com base em dados do WVS e em entrevistas qualitativas, os autores argumentam que “o uso da internet estimula significativamente a polarização de opiniões políticas e, por consequência, a intolerância política entre os jovens no Sul do país. (MORAIS E BAQUERO, 2018, p.72).

⁵⁵ “A intolerância geral diz respeito a atos intolerantes a qualquer tipo de opinião, ou seja, quando as pessoas julgam e criticam as postagens dos demais usuários.” (MORAIS e BAQUERO, 2018, p.70)

⁵⁶ A intolerância política é direcionada para as postagens sobre as opiniões e os posicionamentos políticos das pessoas” (MORAIS e BAQUERO, 2018, p.70)

Recente pesquisa de Moraes, Milanezi e Lima (2023) buscou compreender as relações entre confiança na internet e intolerância, e entre intolerância e valores democráticos juvenis. Por meio da diferenciação entre intolerância atitudinal (relativa ao campo dos valores e crenças) e comportamental (relativa a alguma ação material, como exclusão do contato com pessoas de opiniões divergentes), o estudo destacou que os maiores percentuais de intolerância entre os jovens são aqueles relacionados a opiniões políticas divergentes (36,3%). Ainda que os percentuais não sejam tão altos, em 2019, 23% dos jovens desta amostra disseram já ter excluído amigos ou familiares de redes sociais, contra 14,7% que afirmaram fazê-lo fora das redes, mostrando uma propensão maior à intolerância no ambiente online (MORAIS, MILANEZI e LIMA, 2023). No cruzamento de informações entre confiança na internet e intolerância política a grupos, o estudo mostra que os jovens que afirmam confiar na internet são os mais intolerantes (43,2%) a opiniões políticas divergentes quando comparados aos que não confiam (30,2%). A pesquisa ainda indica que tanto jovens que se auto categorizam como direita ou esquerda têm níveis mais altos de intolerância em relação a imigrantes, religião, homossexuais. Ainda de acordo com os autores

(...) os dados, em geral, apontam para uma menor adesão de jovens intolerantes a opiniões e valores democráticos. Pode-se observar maior aceitação de saídas autoritárias pelos mais intolerantes, bem como menor disposição para a participação política. Esses valores reforçam a cultura política das gerações anteriores, fortemente marcada pela apatia e distanciamento da política, bem como por valores como autoritarismo e machismo. (MORAIS, MILANEZI E LIMA, 2023, p. 186)

O movimento de aumento da intolerância suscita o questionamento mais direto sobre outro tema que nos interessa diretamente: o apoio à democracia, fundamental para a estabilidade do regime democrático. Baquero e Bernardi (2021) comparam longitudinalmente dados das juventudes em 2002 e 2019, identificando um aumento percentual de 10,4% entre os jovens que afirmam “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível a um governo democrático”. O percentual de apoio à democracia também cresce concomitantemente, demonstrando o caráter híbrido da cultura política juvenil brasileira.

Com relação à adesão a valores antidemocráticos, González e Chiodi (2023) evidenciam que, entre os jovens porto-alegrenses, apenas um pequeno percentual discorda da afirmação “democracia é a melhor forma de governo”. Contudo, afirmam que o perigo reside nas faixas intermediárias, ou ambivalentes: 42,4% concordam em partes que a democracia é a melhor forma de governo, e 36,8% em partes que o governo autoritário também seria melhor. Transcrevemos, na tabela 1, alguns desses dados.

Tabela 1. Concordância com as afirmações sobre se é melhor a democracia ou um governo autoritário - 2019 – Porto Alegre

	Democracia (%)	Governo autoritário (%)
Concordo	47,3	8,2
Concordo em Parte	42,4	36,8
Discordo	10,4	55,0
Total	100	100

“Democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo” – n = 821. Afirmação 2: “Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é melhor do que um governo democrático” – n = 820
FONTE: González e Chiodi (2023)

González e Chiodi (2023) também analisaram a posição pessoal dos jovens em relação à uma escala direita/esquerda, incluindo os pontos extremos (extrema esquerda e extrema direita), observando uma diminuição percentual entre os moderados (centro), concomitante a um aumento de jovens que posicionam-se em pontos extremos. Com relação à interferência da mídia nesse processo, Yang (2016) já encontrava resultados envolvendo polarização no nível agregado e consumo online de notícias, mas ainda carecem estudos empíricos explorando estas informações a nível de juventudes. De acordo com Morais (2016) “Percebe-se que a intolerância política, a polarização política e o discurso de ódio estão entrelaçados nessa nova cultura política que a internet está constituindo.” (MORAIS, 2016, p. 127).

Levando em consideração os elementos explorados até o momento, podemos compreender que os jovens brasileiros - recentemente imersos em uma atmosfera de isolamento imposto pela pandemia - sofreram com a minimização de espaços presenciais escolares, de modo que a internet e as mídias digitais ampliam fortemente seu papel no contexto recente, em detrimento da escola, antes uma agência de referência para os alunos no universo de discussões políticas (BERNARDI, 2023). A suposta “facilidade” em transitar no mundo online pelos jovens, além do aumento do acesso digital entre jovens de diferentes classes não implicam, contudo, que estejam fazendo o uso das mídias de forma crítica, algo perigoso no mundo da pós-verdade na política (BERNARDI, 2023). Bernardi (2023) questiona-se como a educação formal tem incorporado as novas tecnologias e o estudo de habilidades de letramento midiático enquanto instrumentos promotores de criticidade e competência cívica entre os jovens. Com base na teoria de Mihailidis (2018), a autora constrói um índice para avaliar como as escolas

porto-alegrenses aplicam em suas práticas e currículos o que denomina como educação crítica midiática, enfatizando que as desigualdades de recursos entre as instituições escolares (públicas, privadas e federais) cerceiam o desenvolvimento destas ferramentas entre os professores.

Complementando a pesquisa de Bernardi (2023), acredita-se que a pandemia isolou os jovens da instituição presencial escolar, aprofundando o papel da internet enquanto agência de socialização política, inserindo-os sem ferramentas críticas em um universo hostil, onde são canalizadas a intolerância e a polarização, endossadas por um contexto em que grupos extremistas tem voz no universo online. Argumenta-se que este é um cenário extremamente negativo para o fortalecimento do interesse na política, afetando a adesão a princípios democráticos. Como esperar juventudes engajadas e críticas politicamente se a vida política brasileira endossa a intolerância e entrega aos jovens iniquidade e escândalos políticos?

Esta seção buscou explorar, em anos recentes, o papel das mídias digitais no interesse político juvenil, e diante da projeção e impunidade de grupos extremistas, resgatou pesquisas sobre intolerância política juvenil, com ênfase no aspecto online, e adesão a princípios democráticos entre os jovens. Estas pesquisas trabalharam com informações coletadas de surveys até 2019, mas ainda há uma lacuna no que diz respeito aos anos pandêmicos e pós pandêmicos entre os jovens. A hipótese é que estes fenômenos tenham se potencializado nos últimos anos, diante da ampliação do digital em detrimento dos espaços físicos escolares. A próxima seção dedica-se a investigar como os anos de pandemia corroboraram para este cenário.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo final tem a intenção de produzir algum nível de continuidade nas pesquisas sobre socialização política em jovens brasileiros, resgatadas pelos capítulos desta dissertação. Tendo em vista o problema de pesquisa, “Quanto o contexto da pandemia da COVID-19 e o uso de mídias digitais afetou a socialização política e a adesão a valores antidemocráticos dos jovens?”. O capítulo está dividido em duas subseções: a seção 5.1 trata de algumas variáveis de socialização durante a pandemia, e a seção 5.2 trabalha com a perspectiva da socialização online e suas implicações para estes jovens neste hiato de tempo.

5.1 SOCIALIZAÇÃO E PANDEMIA

Diante do resgate sobre o contexto brasileiro na pandemia da COVID-19 e seus impactos na juventude, é necessário verificar se o quadro descrito pelo capítulo 3, que explicita uma situação de ampliação de desigualdades e desordem no ensino, é verificável entre os jovens estudantes da cidade de Curitiba. Nesse sentido, enfatizamos desigualdades que permeiam o processo de socialização a partir de marcadores sociais, como tipo de sistemas de ensino (público e privado) que o jovem estuda, raça e sexo. Vamos trabalhar variáveis de socialização e variáveis que impactam no processo de socialização política. A tabela 2 elucida alguns agentes do processo de socialização política entre os jovens curitibanos em 2016 e 2022. Em razão da necessidade de compreender o papel das instituições sociais na formação política dos jovens, perguntou-se: “Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera a mais importante?”

Tabela 2. Instituições de socialização política⁵⁷

Instituições	2016 (%)	2022 (%)
Família	37,9	40,6
Igreja	3,2	5,8
Escola	17,8	15,2
Amizades	2,1	2,6
Televisão	13,2	6,4
Rádio	1,5	0,3
Jornal impresso/revista	7,9	6,7
Internet/redes sociais	16,3	22,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das pesquisas do NUPESAL (2016/2022) n (2016) = 718 e n (2022) = 342

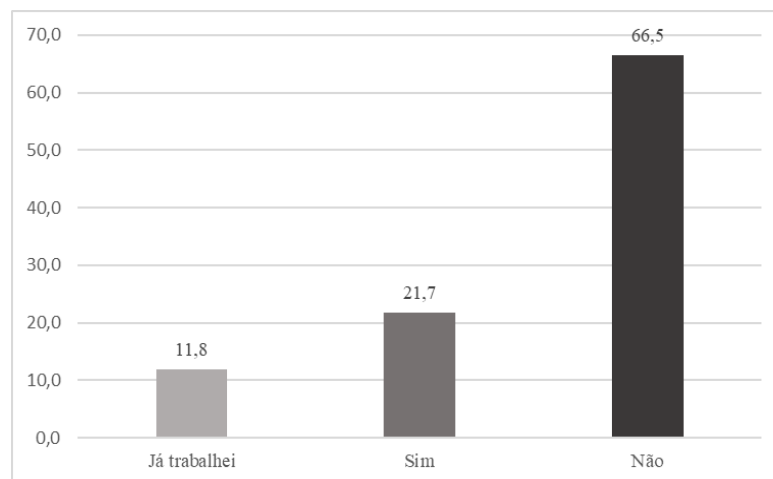
A tabela 2 mostra que em 2022 a família continua (e consolida-se) como a instituição mais influente no processo de socialização política, aumentando seu papel neste hiato de tempo. Tal como em Baquero (2016), verifica-se que a internet também expande seu papel no processo

⁵⁷ Pergunta dos surveys: Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, qual das instituições abaixo você considera mais importante?

de socialização política entre os jovens, sendo a segunda instituição considerada a mais importante para a formação de opiniões políticas e apresentando um aumento percentual positivo de 5,9% em relação a 2016. Mesmo que timidamente, há um movimento de aumento da importância da família (2,8%) e diminuição do papel da escola (2,6%) na vida dos jovens, o que pode ser explicado pelo momento pandêmico e o afastamento presencial da instituição escolar. Além disso, também há um aumento da importância da igreja (que quase dobrou seu percentual), e de diminuição em meios de comunicação convencionais, como a televisão, rádio, jornais e revistas. Como pontuado no capítulo 2, a escola tem ganhado ênfase nos estudos de socialização política, e pesquisas reconhecem a relação entre o efeito educacional, o engajamento político e a aquisição de valores democráticos (FUKS, 2018; ZORZI, 2016). Dessa forma, perceber a diminuição desta instituição de socialização em detrimento das outras, como a internet, pode ser um elemento preocupante.

Um dos pontos destacados no terceiro capítulo diz respeito às mudanças nos dados econômicos de trabalho e de renda nas famílias dos jovens brasileiros (em razão da crise econômica e política) que permearam seu processo de socialização. O gráfico 5 trata da pergunta sobre estudo e trabalho dos jovens estudantes curitibanos em 2022.

Gráfico 5. Além de estudar, você trabalha? (%):



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2022)
n = 203⁵⁸

O fato de a maioria não trabalhar não sinaliza, necessariamente, um cenário completamente favorável, podendo ser um indicativo de desemprego entre os jovens, principalmente entre os de classes econômicas mais vulneráveis. Como resgatado

⁵⁸ Total de respostas válidas, retirando as questões em branco

anteriormente, Nazzari (2005) afirma que jovens brasileiros possuem realidades atravessadas por exclusão, desemprego, miséria e falta de perspectiva com relação ao futuro, e estes elementos estão presentes no gráfico 5, na tabela 3, e também no gráfico 7, mais adiante. Nesse sentido, perguntou-se aos estudantes “Você ou alguém do seu domicílio perdeu o emprego na pandemia?”.

Tabela 3. Perdeu o emprego durante a pandemia x tipo de escola (2022)

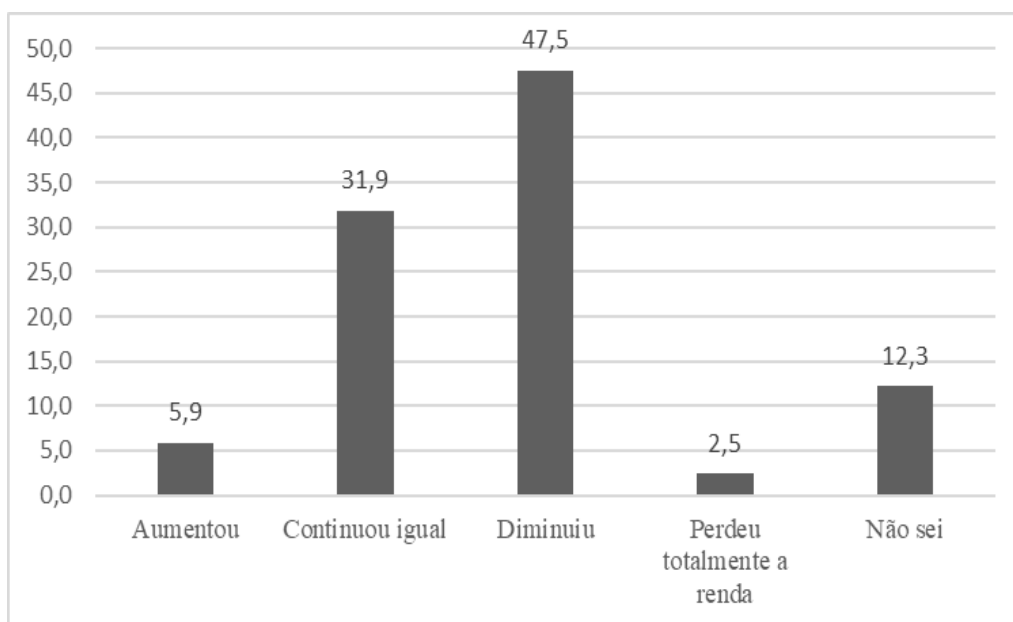
Você ou alguém de seu domicílio perdeu o emprego durante a pandemia?	Escolas Públicas	Escolas privadas
Sim	37,0%	20,0%
Não	63,0%	80,0%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados no NUPESAL (2022) (N = 200)
(Qui quadrado de pearson $R > 0,05$; $R = 0,064$)

Ainda que a maioria dos estudantes sinalize a opção “não”, observa-se que um percentual considerável dos jovens, sobretudo em escolas públicas (37%), sinaliza que ele ou alguém de sua família perdeu o emprego na pandemia. A tabela 3 ilustra uma diferença de 17% entre aqueles que perderam o emprego provenientes de escolas públicas, em relação aos jovens estudantes de escolas privadas. Esse dado pode ser um indicativo do hiato de desigualdades sociais que se projeta entre os diferentes sistemas de ensino, conforme resgatamos na seção 3, por meio dos dados da Rede Penssan (2022), que destacam aumento expressivo da proporção de famílias em insegurança alimentar, sobretudo em domicílios de extrema pobreza, comandados por mulheres, ou pessoas pretas e pardas.

Ainda em termos de renda, exploramos no gráfico 6 a percepção dos jovens curitibanos sobre suas rendas familiares durante o momento de pandemia.

Gráfico 6. Renda familiar percebida dos jovens durante a pandemia (%):



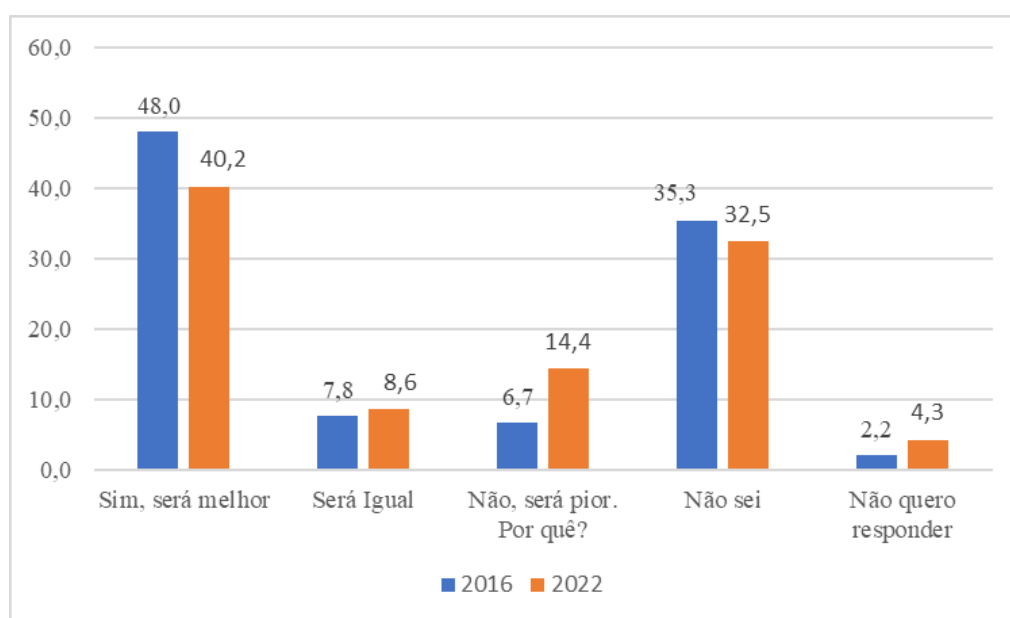
Fonte: Elaboração própria a partir de dados no NUPESAL (2022)

n = 204⁵⁹

Da amostra coletada, 50% dos jovens indicam que suas rendas familiares diminuíram parcial ou totalmente, o que é coerente com o cenário de deterioração econômica das famílias no momento da pandemia. Nesse sentido, a deterioração econômica familiar ajuda a contribuir para sentimentos mais negativos com relação ao futuro, como pontuou Nazzari (2005). Isso está explicitado no gráfico 7, que retrata as diferenças de perspectiva de futuro entre os jovens curitibanos entre 2016 e 2022.

⁵⁹ Total de respostas válidas, que não estavam em branco

Gráfico 7. Diferenças de visão de futuro entre os jovens curitibanos⁶⁰ (2016 x 2022) (%):

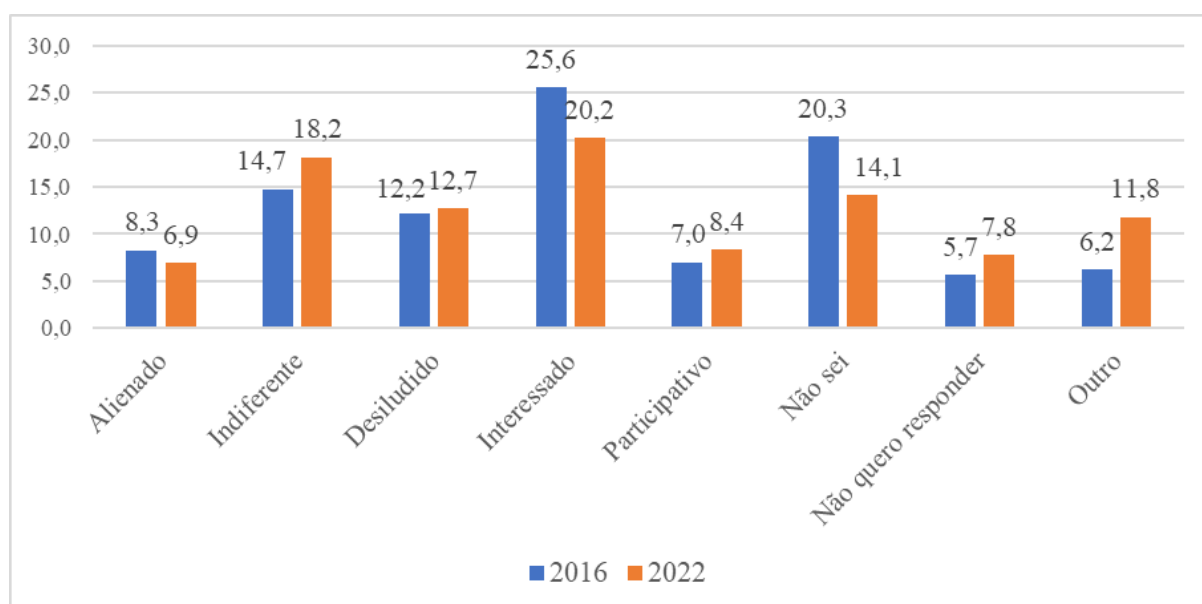


Fonte: Elaboração própria a partir de dados no NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 771 e n (2022) = 348

Embora não sejam diferenças muito díspares, é possível notar uma queda de 7,8% entre os jovens que acreditam em um futuro melhor e um aumento percentual de 7,6% entre aqueles que acreditam que será pior, uma variação percentual de 85% nestas categorias, o que indica um aumento do pessimismo entre os jovens neste hiato de tempo. Baquero (2023) sinaliza que, em momentos de crises imprevistas, há aumento do grau de vulnerabilidade juvenil, que passam a identificar o futuro como mais ameaçador. Não somente experimentar transições rápidas torna a juventude vulnerável e temerosa ao futuro, mas este resultado é fruto da inacessibilidade das instituições responsáveis por seu bem estar, além descaso institucional (BAQUERO, 2023). Levando esta reflexão em consideração, comparamos como os jovens se sentiam com relação à política, nos anos de 2016 e 2022, e explicitamos estas diferenças por meio do gráfico 8.

⁶⁰ Questão do survey: “Você acha que seu futuro será melhor que o do seus pais?”

Gráfico 8. Como você se sente em relação à política?⁶¹ (2016 x 2022) (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 772 ; n (2022) = 347

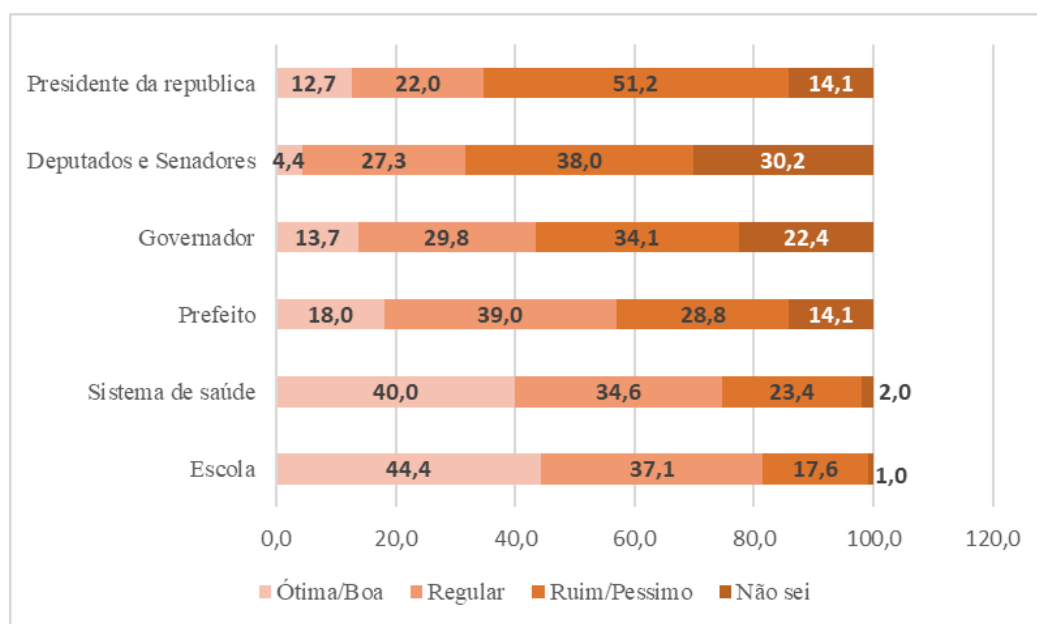
Conforme podemos observar, o gráfico 8 sinaliza para uma pequena queda percentual (de 5,4%) no sentimento de interesse com relação à política, ao passo que aumentam timidamente os percentuais dos que se declaram indiferentes (em 3,5%), desiludidos (em 0,5%), ou participativos (em 1,4%). Acredita-se que o ano de 2022, por ser um ano eleitoral permeado por um clima de tensão e polarização, conforme ilustrado em capítulos anteriores, possa ter contribuído para o aumento no sentimento “participativo”, mostrando que o jovem percebe o sistema político, mas desinteressa-se em função de seus resultados negativos, tal como pontuado em González e Chiodi (2023).

A queda no interesse por política também pode estar correlacionada com a eficácia política de um sistema, tal como pontuado em Easton e Denis (1969). Nesse sentido, o que se observa é que a preponderância do aumento em sentimentos de indiferença, desilusão e interesse são consequências de uma crise progressiva no Brasil, aprofundadas no momento de pandemia. O gráfico também ilustra que diminuem os que declaram sentir-se alienados, ou não sabem. Para finalidades comparativas, também compõe, em 2022, na categoria ‘outros’, aqueles que se declaram isolados (6,3%, dos 11,8%) em razão da pandemia (embora não esteja ilustrado).

⁶¹ Visando estabelecer critérios comparativos, a categoria “outro” foi agregada na base em 2022 com o sentimento de “isolado”, que representava apenas 6% da amostra.

Tendo em vista o contexto da pandemia da COVID-19, e diante do quadro do quadro supracitado, buscamos investigar como os jovens estudantes avaliam as instituições durante a pandemia.

Gráfico 9: Opinião sobre as seguintes instituições na pandemia (%)

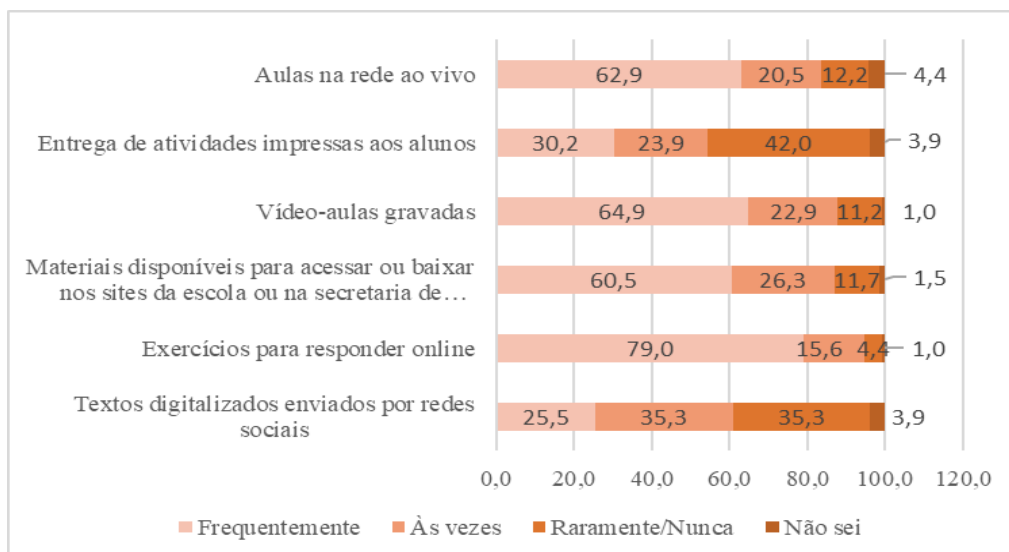


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2022)
n = 205

O gráfico 9 evidencia que as instituições mais bem avaliadas foram a escola, em que 44,4% consideram ótima ou boa, e o sistema de saúde, com 40% de avaliações ótimas ou boas. Quando partimos para o campo da política institucional, observa-se que os resultados positivos somam sempre minoria percentual: apenas 18% avaliam o desempenho do prefeito com ‘ótimo/bom’, 13,7% assim consideram o desempenho do governador e somente 12,7% e 4,4% avaliaram positivamente, respectivamente, o presidente da república e deputados e senadores. Esta percepção poderia suscitar, em primeira leitura, a impressão no leitor de que se o governo de Jair Bolsonaro foi mal avaliado seria em razão dos jovens estariam fortalecendo valores democráticos. Acredita-se que os resultados negativos atribuídos principalmente na avaliação presidencial e de deputados e senadores (figuras mais “distantes”) estão alinhados com a rejeição à política formal, além do momento de percepção das crises econômica e sanitária pelos jovens. Diante de escassas possibilidades fornecidas pelo Estado brasileiro, há uma tendência de aumento do pessimismo com relação à política formal. Quando pensamos nos estudos de socialização política brasileiros no início dos anos 2000 (SCHMIDT, 2000; NAZZARI, 2005; SILVEIRA e AMORIM, 2006) citados em capítulos anteriores, a avaliação

da pandemia pode ser um reflexo da continuidade do distanciamento juvenil com relação à política. Em alguma medida, a retórica *outsider* (MACHADO, 2019), mobilizada por partidos de direita e extrema direita, pode estar atrelada à essa rejeição. Além disso, é impossível desatrelar o cenário de precariedade da cobertura vacinal e dos sistemas de saúde, produzidas pelo governo bolsonarista (BARBERIA e ROSA, 2021), com a avaliação negativa dos jovens, em um momento de sindemia (BAQUERO e MORAIS, 2021). Outro aspecto trabalhado por esta pesquisa diz respeito ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), mencionado no terceiro capítulo. No intuito de sintetizar como a pandemia afetou a vida escolar dos estudantes dessa amostra, e sobretudo porque nos interessamos com o contato juvenil com o mundo virtual, construímos o gráfico 10.

Gráfico 10. Modalidades de ensino durante a pandemia⁶²



Fonte: Elaboração própria com base em dados da pesquisa do NUPESAL (2022); n = 205

É possível notar que a maioria das categorias frequentes que os jovens indicaram ter acesso, durante o sistema de ensino remoto, foram: exercícios para responder online (79%), vídeo-aulas gravadas (64,9%), aulas na rede ao vivo (62,9%), materiais disponíveis para acessar ou baixar no site da escola ou secretaria de educação (60,5%). Estes percentuais indicam forte presença do componente online, quando comparado, por exemplo, às atividades impressas entregues aos alunos, em que 42% apontam como presentes “raramente/nunca”, e 23,9% “às vezes”. Além disso, chama a atenção o fato de apenas 25,5% apontarem que textos digitalizados enviados por redes sociais fossem presentes (enquanto 70,6% apontam “às vezes”, “raramente”

⁶² Questão do survey: “Com que frequência cada uma dessas modalidades de ensino foi utilizada quando as aulas presenciais foram suspensas por causa da pandemia?”

ou “nunca”), sugerindo uma desconexão entre o espaço escolar e o das redes sociais. Esta análise é coerente com o que mencionamos no terceiro capítulo sobre dificuldades do ambiente de incerteza e pressões enfrentados por docentes da educação básica pública que, desassistidos de recursos, precisaram prover práticas adaptadas (SARAIVA et al, 2020). Podemos visualizar este cenário nos dados da tabela 4, que retrata as opiniões de estudantes de diferentes sistemas de ensino sobre o momento do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Optou-se por realizar um cruzamento entre os sistemas de ensino público e privado, visando explorar algumas clivagens.

Tabela 4: Aulas durante a pandemia e desigualdades entre sistemas de ensino.

	Escolas Públicas Estaduais (%)			Escolas Privadas (%)		
	Concordo em partes/totalmente	Discordo em partes/totalmente	Total	Concordo em partes/totalmente	Discordo em partes/totalmente	Total
4.1. Foi difícil encontrar espaço para estudar dentro de casa**	57,5	42,5	100	60,5	39,5	100
4.2. A escola possuía recursos necessários para fazer ensino à distância *	44,4	55,6	100	73,0	27,0	100
4.3. Não tive acesso a equipamentos apropriados (internet, celular, computador)**	22,8	77,2	100	18,4	81,6	100
4.4. Os professores se adaptaram bem ao ensino à distância *	46,8	53,2	100	69,4	30,6	100
4.5. Sobre a afirmação abaixo, você: Sinto que não aprendo sem estar na escola**	76,3	23,8	100	65,8	34,2	100
4.6. A qualidade da educação não diminuiu com a pandemia *	27,1	72,9	100	34,2	67,6	100
4.7. Será difícil recuperar o atraso no ensino provocado pela pandemia**	80,1	19,9	100	68,4	31,6	100
4.8. A pandemia agravou a desigualdade na educação na sociedade brasileira*	91,6	8,4	100	85,3	14,7	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de pesquisa do NUPESAL⁶³ (2022).

n (4.1 e 4.5) = 198 ; n (4.2) = 197 ; n (4.3) = 196; n (4.4 e 4.6) = 192 ; n(4.7) = 194; n (4.8) = 189; (* $r < 0,05$ e ** $r > 0,05$).

⁶³ Foi excluída da análise a única resposta de um estudante de um colégio federal, para não haver enviesamento.

A tabela 4 auxilia na compreensão de como a experiência pandêmica do ensino remoto afetou estudantes de diferentes sistemas de ensino, afetando seu processo de socialização, em que a aquisição de valores políticos acontece. Ainda que o cruzamento apresente apenas três perguntas relevantes do ponto de vista dos testes qui-quadrado, tomamos o cuidado de não generalizar, mas acreditamos que é possível trabalhar os percentuais da amostra. Das três perguntas que apresentaram associação estatisticamente significativa, destacamos que 73% dos estudantes de escolas privadas concordam totalmente ou parcialmente com a asserção de que a escola possuía recursos necessários para o ensino a distância, contra apenas 44,4% dos estudantes de escolas públicas, uma diferença de 28,6%.

Além disso, 53% dos estudantes de escolas públicas discordam em partes ou totalmente de que seus professores se adaptaram bem ao ensino à distância, contra apenas 30% dos estudantes de escolas particulares com a mesma opinião. Esse dado evidencia prejudicialidade no processo de socialização política, já que, de acordo com Ehman (1980), os agentes escolares podem influenciar atitudes e valores políticos. Este dado está em consonância com as informações que mobilizamos no terceiro capítulo, sobre a desassistência e despreparo dos docentes durante o momento pandêmico (MACEDO, 2021), bem como as pressões imputadas à esta categoria. Ainda, 91,6% dos estudantes de escolas públicas concordam que a pandemia agravou a desigualdade na educação brasileira, contra 85,3% de estudantes de colégios particulares com a mesma opinião. Esta diferença de percepção indica que os jovens percebem a prejudicialidade de sua condição, o que pode corroborar para o pessimismo supracitado.

A pergunta “Foi difícil encontrar espaço para estudar dentro de casa?” revela pequenas diferenças entre os sistemas de ensino, assim como “Não tive acesso a equipamentos apropriados”, “sinto que não aprendo sem estar na escola” e “a qualidade da educação não diminuiu com a pandemia”, ainda que os percentuais de quem concorda sejam maiores no sistema público, nos três casos. Além disso, 80,1% dos estudantes das escolas públicas afirmam que será difícil recuperar o atraso provocado pela pandemia, 11,7% a mais que os estudantes de escolas particulares. A percepção na deficiência na aprendizagem também é coerente com os dados mobilizados por Macedo (2021), o qual aponta a diferença entre crianças mais ricas e pobres na não realização de atividades escolares (4% das crianças mais ricas não o fizeram, contra 30% das mais pobres). Neri e Osório (2021) também mencionam que alunos de escolas públicas tiveram menos atividades escolares e menos tempo de dedicação para a escola. Dessa forma, de modo geral, é possível observar que estas diferenças podem interferir nos

mecanismos de socialização, e mesmo de socialização política, quando sua condição escolar pode associar-se a outros componentes, como em quem confia para receber informações políticas, como se sente em relação à política, seus interesses, visões de futuro, dentre outros. Em um universo em que o papel da escola é minimizado e as desigualdades aumentam, também é afetada a socialização política.

Durante a escrita da dissertação, além do tipo de sistema escolar também resgatamos outros marcadores sociais com que apresentaram clivagens, como sexo e raça. Visando somente ilustrar um dos pontos relativos a este tema, trouxemos duas asserções que apresentaram relevância estatística e mostram estes marcadores, como no caso do sexo.

Tabela 5. Marcadores de aprendizagem e atraso escolar na percepção juvenil, por sexo

		Homens (%)	Mulheres (%)
5.1 Sinto que não aprendo sem estar na escola (n =200)	Concordo totalmente/em partes	68,9	79,1
	Discordo totalmente/em partes	31,1	20,9
	Total	100,0	100,0
5.2 Será difícil recuperar o atraso no ensino provocado pela pandemia (n = 196)	Concordo totalmente/em partes	73,5	81,6
	Discordo totalmente/em partes	26,5	18,4
	Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2022)
n(5.1) = 200; n (5.2) = 196
r1 = 0,017 e r2 = 0,005

A tabela 5 ilustra duas perguntas que indicam, por distinção de sexo e na percepção juvenil, se os(as) estudantes estão aprendendo fora do ambiente escolar e também o quanto se sentem atrasados. Enquanto 79% das mulheres concordam totalmente ou em partes, que não aprendem sem estar na escola, este percentual é 10,2% menor entre os homens. Além disso, 81,6% das mulheres concordam totalmente ou em partes que “Será difícil recuperar o atraso no ensino provocado pela pandemia”, contra 73,5% dos homens com a mesma opinião. Estas variáveis podem corroborar com a persistência de desigualdades nas esferas domésticas, citadas

no terceiro capítulo com dados do IPEA (2017), no que diz respeito à divisão de tarefas nos lares brasileiros.

Esta seção buscou subsidiar as reflexões elaboradas no terceiro capítulo desta dissertação, tentando responder ao objetivo específico “*Compreender como a experiência da pandemia e seus desdobramentos, como o ensino remoto, podem interferir nas sociabilidades políticas entre jovens de diferentes sistemas de ensino (públicos e privados).*”. Nesse sentido, observou-se que, seis anos após a pesquisa de 2016, a família continua sendo a principal agência de socialização política, com retração do papel da escola e expansão da internet, sobretudo durante a pandemia. Além disso, os jovens apontam que o momento de pandemia está atrelado à crise econômica sentida por suas famílias, com aumento do desemprego e diminuição das rendas familiares.

Com relação à visão de futuro, há uma tendência pessimista se compararmos ao ano de 2016, com a diminuição dos jovens que acreditam que seu futuro será melhor que seus pais e aumento de sentimentos de desinteresse e indiferença com relação à política. Este desinteresse mostra-se enquanto resultado da avaliação negativa sobre a política formal (GONZÁLEZ, 2023), e isto fica evidente sobretudo quando perguntamos como o jovem avalia algumas instituições durante a pandemia. Além disso, ao investigar a presença de modalidades de ensino virtuais durante a pandemia, observou-se uma volumosa transposição das atividades escolares para os meios virtuais, ainda distantes das redes sociais. Indagamos, nesse sentido, como os estudantes de diferentes sistemas de ensino avaliam as consequências do ensino remoto emergencial em suas vidas, observando clivagens que se projetaram entre os sistemas públicos e privados.

5.2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E INTERNET EM TEMPOS DE PANDEMIA

Esta seção propõe-se a investigar, a partir do estudo de caso, como a intensificação dos usos das mídias digitais pode afetar o processo de socialização política juvenil. Interessa a esta seção investigar se há ampliação dos usos das mídias digitais e seu papel diante dos níveis de interesse político, intolerância política e adesão a valores antidemocráticos entre os jovens. Vimos na seção 5.1 que em 2022 a internet é a segunda maior instituição que o jovem recorre na hora de formar opiniões sobre assuntos políticos. Outro dado que achamos conveniente mobilizar está formalizado na tabela 6.

Tabela 6. Com quem você costuma conversar frequentemente sobre assuntos políticos? (2016 x 2022) ⁶⁴

Instituições	Frequentemente (%)	
	2016	2022
Pais	18,1	17
Familiares	8,7	13,9
Amigos	11,2	17,3
Contatos nas redes sociais	3,1	13,8
Colegas de escola	10,6	10,9
Professores	24,3	16,7

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa do NUPESAL (2016 e 2022)
n(2016) = 774 e n (2022) = 348

A tabela 6 está coerente com a pergunta mobilizada na seção 5.1 sobre a quem o jovem recorre na hora de formar opiniões sobre assuntos políticos. Quando consideramos as instituições familiares (pais e familiares) observa-se uma tendência de continuidade, com um pequeno crescimento percentual (5,2%) na categoria “familiares”. De fato, os estudos de socialização clássicos já enfatizavam o papel da família como elemento preponderante no processo de socialização política (EASTON e DENIS, 1969; VERBA, 2003), e enfatizamos que a pandemia pode ter corroborado para este papel, devido principalmente ao isolamento.

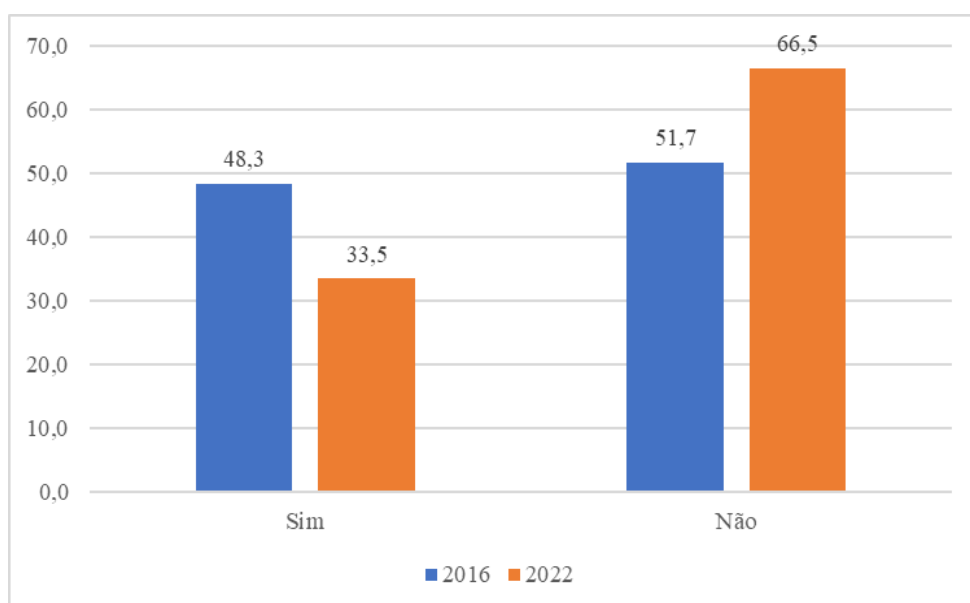
Chama a atenção o aumento da categoria “amigos” (em 6,1%), além do crescimento percentual da categoria “contatos nas redes sociais”, que mais do que quadruplica, aumentando em 10,7%. Ultrapassando mecanismos tradicionais de transmissão intergeracional de valores, o aumento da presença das mídias digitais também pode ser descrito como um processo de auto-socialização desenvolvido pelos jovens na internet (ANDERSON E MACCABE, 2012; MORAIS, 2017)

⁶⁴ Trouxemos a tabela exatamente no mesmo formato que Baquero et al (2016), sem os percentuais totais, já que se indicava de uma pergunta de múltiplas questões e selecionamos somente a categoria “frequentemente”.

Como argumentamos ao longo desta dissertação, a pandemia fortaleceu o uso de mídias digitais diante de um contexto de isolamento, e resgatamos dados da PNAD no terceiro capítulo que evidenciam o aumento do acesso. Estes dados apresentam-se como uma fotografia do momento pós pandêmico entre os jovens da amostra, e corroboram com trabalhos recentes que têm enfatizado o impacto das mídias digitais na estruturação de culturas políticas juvenis, como em Rampersad (2020), Morais (2017), Andreeva (2019). Analisando a tabela, além disso, chama atenção uma queda percentual de 7,6% na categoria “professores”, o que pode ser um dos reflexos do ensino remoto e da suspensão das aulas presenciais, como ressaltado por Saraiva et al (2020). Além disso, os dados mobilizados na tabela 4, sobretudo a afirmação “Os professores se adaptaram bem ao ensino à distância” também corroboram para a compreensão da diminuição percentual nessa categoria.

De acordo com Baquero et al (2016) um argumento que indica mudança de opiniões/comportamentos políticos nos jovens está atrelado à mudanças nas agências tradicionais de socialização. O que se verifica, neste caso, é que há uma consolidação de algumas agências tradicionais, que acontece concomitantemente à expansão da internet no processo de socialização juvenil. Para se entender a dimensão deste papel virtual no processo de socialização política, perguntou-se aos estudantes: “Você pesquisa em outras fontes sobre notícias de política postadas em redes sociais?”. Esta questão está explicitada no gráfico 11.

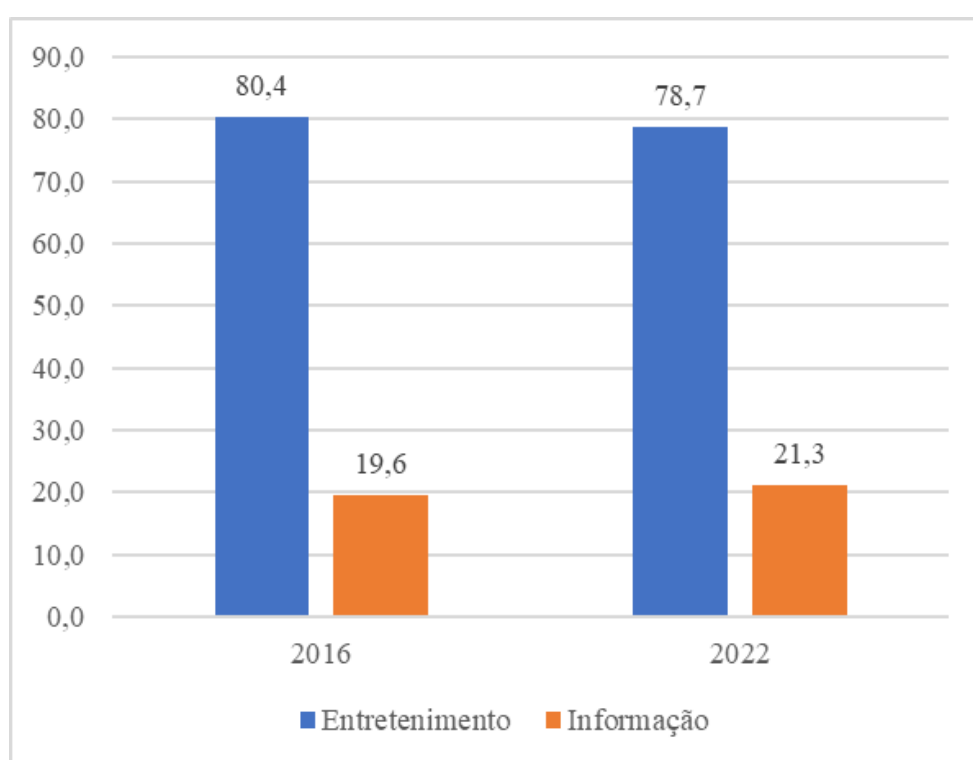
Gráfico 11. Você pesquisa em outras fontes sobre notícias de política postadas em redes sociais? (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 733 e n (2022) = 230

É possível observar uma queda de 14,8% entre os jovens que afirmavam pesquisar em outras fontes notícias sobre política postadas nas redes, e aumento de respostas negativas na mesma proporção. Somado à tabela anterior, esse dado pode indicar que os estudantes estão mais conectados, mas não necessariamente esta conexão é convertida em conhecimentos políticos, podendo ficar somente nas redes sociais. Buscamos explorar melhor esta questão, pensando no processo de socialização e aquisição de valores políticos (e resgatando a pesquisa de Putnam (2015), citada no terceiro capítulo) visando compreender como a expansão das mídias digitais na pandemia foi utilizada pelos jovens, perguntando quais suas principais motivações no uso de algumas mídias, explicitado pelo gráfico 12.

Gráfico 12. Qual sua principal motivação quando conecta-se à internet?



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 337⁶⁵ e n (2022) = 254

O gráfico 12 reforça a compreensão de que a ampla maioria dos jovens afirma utilizar a internet com finalidades de entretenimento em detrimento às de informação. Nesse sentido, houveram poucas mudanças com relação a 2016, embora o percentual de jovens que utilizam para informação ter aumentado timidamente (1,7%), o que pode estar relacionado ao Ensino

⁶⁵ Consideramos somente o percentual válido e não utilizamos a resposta ‘ambos’, em razão da necessidade de comparação com a survey de 2022, que não apresentava essa resposta.

Remoto Emergencial (ERE) durante a pandemia e o uso de mídias digitais em substituição a mecanismos tradicionais de ensino. A pesquisa de Putnam (2015) enfatiza que a classe social ao qual o jovem pertence é um marcador que diferencia o tipo de uso que o jovem fará das mídias digitais, sendo que jovens de famílias mais pobres tendem a usar a internet mais na esfera do entretenimento que informação, enquanto os de famílias mais ricas seguem o caminho inverso. Não trouxemos esta informação aqui pela falta de relevância estatística do cruzamento, mas acreditamos que estes dados também associam-se às opiniões dos jovens pontuadas na tabela 6, e o marcador de classe social está presente entre os sistemas públicos e privados de ensino. Moraes (2017), em pesquisa com jovens no sul do Brasil também encontra esta lógica, demonstrando na pesquisa que jovens a partir de renda familiar de três a quatro salários mínimos apresentam uma diminuição na porcentagem dos usos virtuais para entretenimento. Buscamos explorar, além disso, a dimensão de confiança nas mídias. A tabela 7 também traz, ao longo dos últimos seis anos, o percentual de confiança que os jovens informaram possuir com relação à internet.

Tabela 7. Percentuais de confiança na internet dos jovens (2016 e 2022)⁶⁶

	2016 (%)	2022 (%)
Confio	9,1	3,9
Confio mais ou menos	56,3	64,2
Não confio	34,6	31,9
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 774 e n (2022) = 348

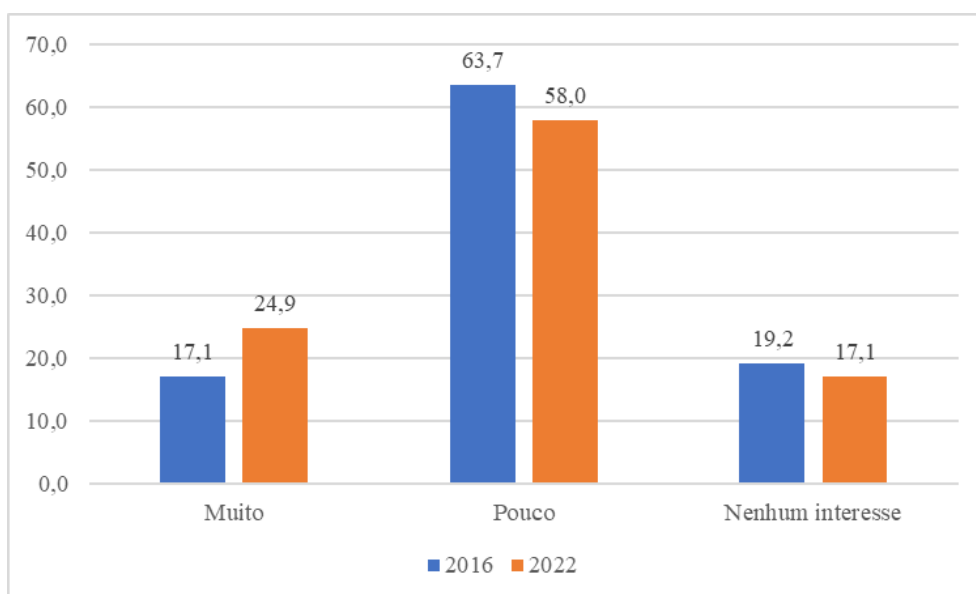
É possível observar que o percentual daqueles que confiam na internet cai em 5,2%, concomitantemente à uma pequena queda de 2,7% dos que não confiam. Há uma migração para a opinião “confio mais ou menos” e, embora as diferenças não sejam muito substantivas, há um crescimento de 7,9% nesta categoria. Se somarmos as categorias “confio e confio mais ou menos”, observamos que em 2016 o percentual de confiança é de 65,4% , aumentando para

⁶⁶ Questão do survey: “Em relação às instituições listadas abaixo, você confia nelas? “

68,1% em 2022. Ainda que os resultados sejam pouco conclusivos, é válido destacar o aumento de um pensamento ambivalente entre os jovens, o que não necessariamente é positivo.

Um dos pontos explorados no quarto capítulo diz respeito à relação entre as mídias digitais e a internet no interesse político juvenil. Quando observamos o gráfico 13, é possível notar que a maioria dos estudantes curitibanos afirmam pouco se interessar pela política, assim como em 2016, corroborando com as análises de Nazzari (2005), Schmidt (2000) e Silveira e Amorim (2006), que já chamavam atenção, no início do milênio, para baixos níveis de interesse político, participação política e confiança institucional entre os jovens.

Gráfico 13. Interesse político (2016 x 2022) ⁶⁷



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 735 e n (2022) = 350

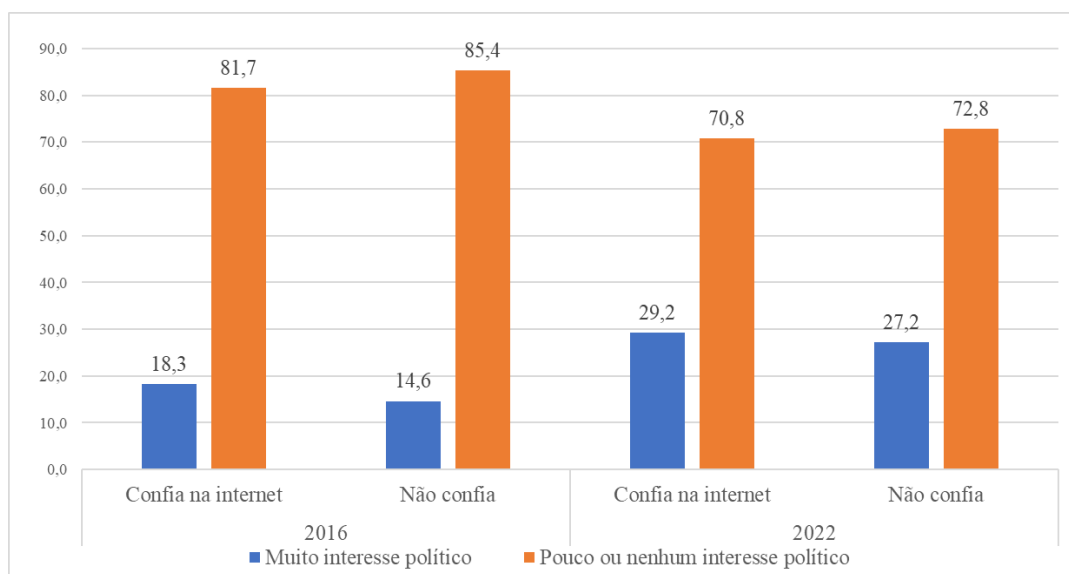
Apesar do exposto, há uma redução percentual dos pouco interessados (em 5,7%) e dos que não tem nenhum interesse (1,9%). Também há um aumento percentual de 7,8 % entre aqueles que se interessam. Este aumento no interesse político é um dado interessante, e poderia ser explicado em razão de 2022 ser um ano eleitoral, após quatro anos de governo bolsonarista e ataque e corrosão das instituições, além de ser marcado por forte polarização pós pandemia e mobilizações para as eleições presidenciais.

Ressaltamos que é interessante notar que, na pergunta do gráfico 13 o jovem se diz mais interessado em 2022 que em 2016, mas no gráfico 8, quando perguntamos “como você se sente

⁶⁷ Questão dos survey: “Você se interessa por política?”

com relação à política”, a resposta “interessado” apresentou uma queda de 5,4% de 2022 com relação à 2016, demonstrando uma ambiguidade no pensamento dos jovens no que diz respeito à política. Ainda sim, destacamos que tanto em 2016 quanto em 2022, os pouco ou nada interessados representavam maioria percentual da amostra, se comparados aos muito interessados (em ambos os anos). Reflexo das contradições políticas de uma cultura política híbrida (BAQUERO, 2018) a falta de interesse não somente espelha as condições de uma sindemia, mas de uma permanente crise política, onde a falta de atenção à dimensão social, e sobretudo aos jovens, resulta na “na institucionalização de uma participação democrática que não avança, mantém-se débil, corroendo subsequentemente a legitimidade de suas lideranças” (BAQUERO et al, 2022, p.22). Como nos interessamos em examinar o papel das mídias digitais no interesse político, realizamos um cruzamento entre a variável de confiança na internet e a pergunta “você se interessa por política?” O gráfico 14 elucida melhor a distribuição percentual do interesse em relação à confiança.

Gráfico 14. Interesse por política x confiança na internet⁶⁸



Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 710 e n (2022) = 252 (r = 0,195)

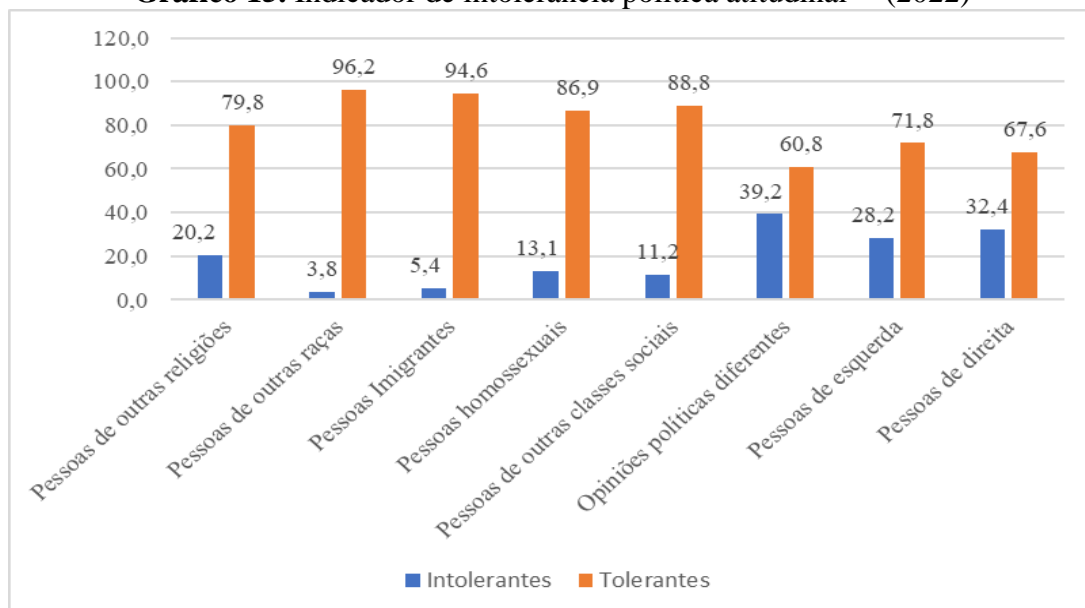
É possível observar que, entre aqueles que afirmam confiar na internet, há um aumento de 10,9% nos muito interessados politicamente, e uma diminuição na mesma proporção dos pouco ou nada interessados em 2022. Em compensação, entre os que não confiam na internet, os muito interessados politicamente também aumentam (quase duplicam), com 12,6% a mais em 2022 que em 2016, mostrando que o interesse político aumentou de modo geral, e um pouco

⁶⁸ Agregou-se as respostas “confio” e “confio mais ou menos” em “confia na internet”

mais entre os que não confiam. De modo geral, o gráfico permite observar que aqueles que confiam na internet têm um aumento de interesse político um pouco menor dos que afirmam não confiar. Não é possível, contudo, com apenas estas informações, afirmar a existência de relações de causalidade (como a de que a confiança na internet determina menor interesse político), por acreditarmos que a confiança e o interesse são variáveis relacionadas com uma série de outros eventos, como o fato do ano ser um ano eleitoral pós pandêmico, com a presença da apropriação das mídias digitais por atores não estatais, como alertou Schwab (2017) . Além disso, na era da pós-verdade, as mídias digitais são permeadas por um universo virtual de fake news, correlacionando-se com a confiança e o interesse político (RAMPERSAD, 2020).

Além do interesse político juvenil, nos interessa compreender variáveis relacionadas ao universo de intolerância política, trabalhado no capítulo 4, sobretudo no que diz respeito aos jovens. Assim como em Morais et al (2023), dividimos a intolerância política em dois níveis: atitudinal, que diz respeito às percepções, crenças e opiniões dos jovens com relação à certos grupos, e intolerância comportamental, que refere-se a ações materiais, como excluir algum familiar ou amigo de suas redes sociais, ou deixou de falar com algum amigo ou familiar por terem opiniões diferentes das suas. O gráfico 15 ilustra o indicador⁶⁹ de intolerância política atitudinal.

Gráfico 15. Indicador de intolerância política atitudinal ⁷⁰ (2022)



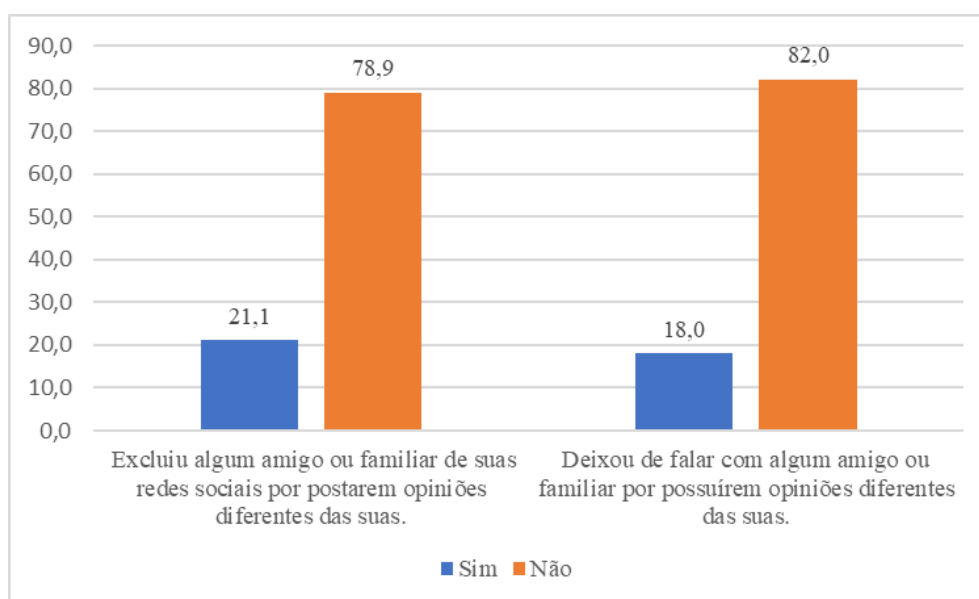
⁶⁹ Foram agregadas enquanto intolerantes as respostas assinaladas como “muito” ou “pouco”, e as respostas “nada”, categorizam indivíduos tolerantes.

⁷⁰ Questão do survey:” Você se incomoda de estar com pessoas cujas ideias, crenças ou valores são diferentes das suas? “

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2022)
n = 312

O gráfico 15 evidencia os percentuais de indivíduos categorizados como tolerantes, aqueles que não se incomodariam de estar com pessoas cujas ideias, crenças ou valores são diferentes dos seus, e os intolerantes (quem se incomodaria). É possível observar que os percentuais de tolerância são maioria, mas vale ressaltar que quando se trata do campo da política formal, os percentuais de intolerância são os maiores, tais como 39,2% de intolerantes em relação a pessoas com opiniões políticas diferentes, 32,4% em relação a pessoas de direita, 28,2% em relação à pessoas de esquerda, e 20,2% em relação a outras religiões. Acredita-se que o ambiente online propiciado pelas mídias digitais forneça espaço para ataques à identidades de grupos, por meio do discurso de ódio (SILVA ET AL, 2011), fomentando a intolerância entre diversos grupos, inclusive as religiões, aqui com um percentual de 20% de intolerância. Como salientamos no quarto capítulo, a percepção juvenil anti-política é produto de um universo político permeado por polarização, *fakenews* e compreensão da política formal, pelo jovem, enquanto um elemento negativo. Acredita-se que estes níveis sejam motivo de preocupação, e requerem mais estudos coordenados a respeito. O gráfico 16 ilustra dados relacionados à dimensão comportamental da intolerância política entre os jovens.

Gráfico 16. Intolerância política comportamental (2022) (%)



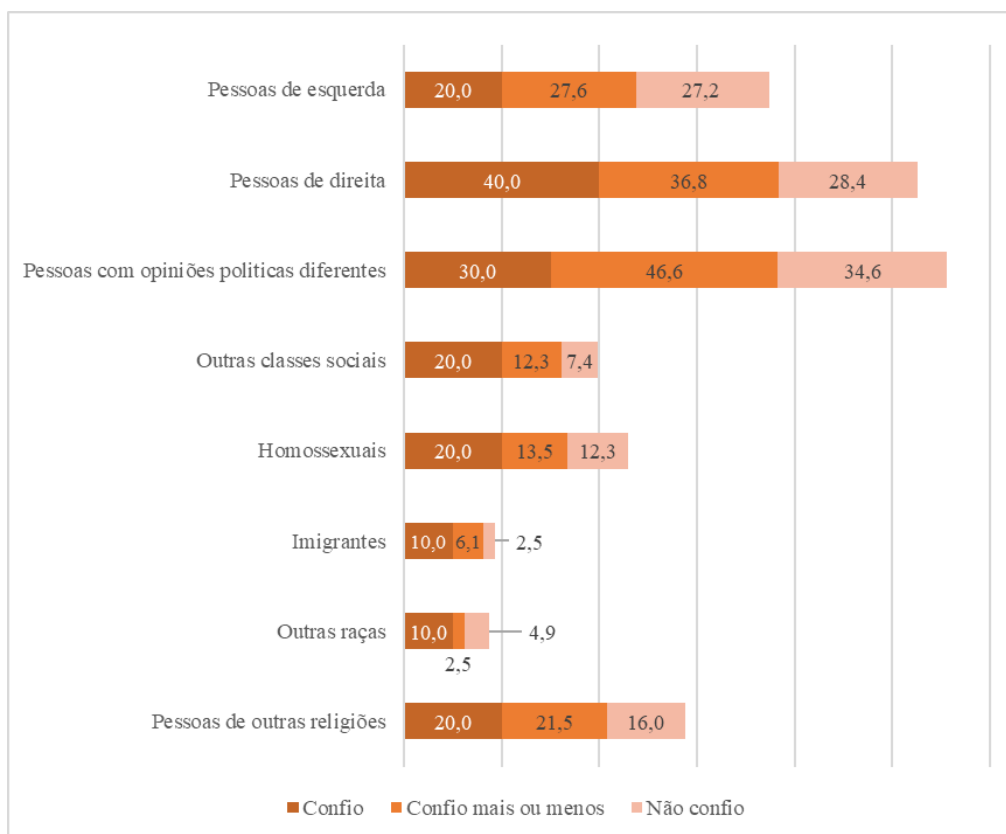
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2022)
n = 228

O gráfico 16 permite observar que, na dimensão comportamental, a maioria percentual das respostas foi negativa para intolerância. Ainda sim, nota-se que os maiores percentuais de

intolerância estão na dimensão online, mesmo que sejam diferenças tímidas (3,1%). De fato, o universo online possui a facilidade da distância, do anonimato, e relativa impunidade (MORAIS, 2017). Ainda que estejam ligados à intolerância, estes dados podem reforçar algumas perspectivas de estudos sobre polarização política que co-relacionam positivamente o consumo de notícias online e a polarização social no nível agregado (YANG et al, 2016). Destacamos que a polarização política e a intolerância são elementos que hoje correlacionam-se fortemente com o universo online.

Agregando à análise, e buscando investigar apenas o componente da intolerância política, realizou-se um cruzamento entre a variável de confiança na internet e entre os indivíduos categorizados como intolerantes, que está explicitado pelo gráfico 17. O gráfico mostra os percentuais de intolerância de acordo com o nível de confiança na internet.

Gráfico 17. Confiança nas redes sociais x percentual de indivíduos que apresentaram intolerância política (2022)



Fonte: Elaboração própria com base em dados das pesquisas do NUPESAL (2022)
n (todas as perguntas) = 254

O gráfico 17 ilustra que os percentuais de intolerância são normalmente maiores para aqueles que afirmam confiar na internet, ou confiar mais ou menos. Com exceção dos campos da política formal (em que os indivíduos que não confiam também apresentam intolerância), todas as outras variáveis apresentam percentuais maiores de indivíduos intolerantes que confiam na internet, ou confiam mais ou menos. Por exemplo, entre os que confiam na internet, ou confiam mais ou menos, há um percentual de intolerância, em ordem decrescente: 76,8% em relação à pessoas de direita, 76,6% em relação à pessoas com opiniões políticas diferentes, de 47,6% em relação à pessoas de esquerda, 41,5% em relação a outras religiões, 33,5% em relação a homossexuais, 32,3% em relação à outras classes sociais, 16,5% em relação à imigrantes, e 12,5% em relação a pessoas de outras raças. Chama atenção o percentual de intolerantes em relação a pessoas de direita, que pode estar atrelado a um resultado da avaliação juvenil sobre o governo Bolsonaro ou sobre a crise econômica que acompanhou o referido governo. Também faz sentido pensarmos no contexto de intolerância enquanto um reflexo de um universo virtual em que há um lado anti social (LYNCH, 2015), seletividade de informações (QUATTRICHI, 2015) e formação de câmaras de eco (SUSTEIN, 2003), que dificultam o convívio plural entre os indivíduos. Em relação às opiniões políticas diferentes, como afirmou Baquero et al (2014), este é um retrato da polarização política no momento vivenciado pelo país, em que pensamentos divergentes entre os indivíduos são vistos a partir de uma perspectiva de que quem pensa diferente é inimigo.

Diante dos resultados sobre interesse político juvenil e intolerância política, buscamos examinar como este contexto, da expansão das mídias digitais, atrelado ao momento pandêmico, impactou na socialização política e na formação/aquisição de crenças democráticas ou antidemocráticas dos jovens. Selecionamos três perguntas que consideramos serem indicativas para refletir sobre este tema, que apresentaremos a seguir. Ainda que não estejam diretamente ligadas às mídias, consideramos as mídias digitais como **o contexto**, neste caso. Sabemos também que este é um extenso tema, que não se esgota nas análises descritivas e que requer mais estudos empíricos e longitudinais coordenados com esta temática. A primeira pergunta selecionada está relacionada ao debate de temas políticos em sala de aula, que representantes de direita (ligados ao movimento Escola Sem Partido) querem banir, violando princípios democráticos e de diálogo.

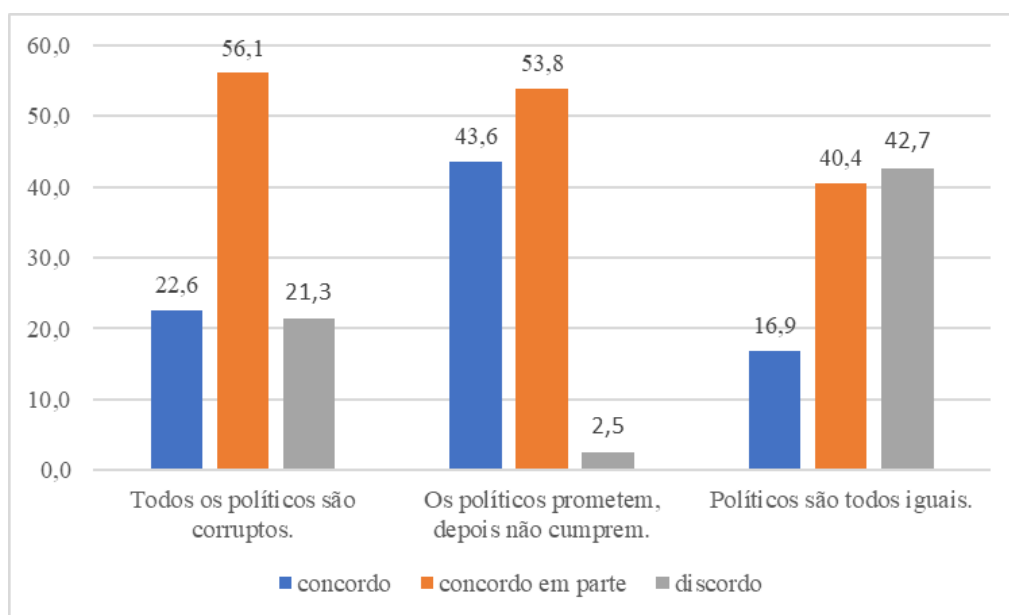
Tabela 8. Opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula (2016 x 2022) (%)

	2016 (%)	2022 (%)
Concordo: a política faz parte da formação do estudante	86,4	78,0
Não concordo: lugar de política não é na aula	13,6	22,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 773 e n (2022) = 345

Diante do questionamento sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula, a maioria dos jovens aponta que concorda e deve haver debate. Observa-se, de 2016 a 2022 uma queda percentual entre os que concorda, e um aumento de 8,5% entre os que não acreditam que política não é lugar em sala de aula, alcançando 22%, um percentual um pouco maior do que aquele encontrado pela pesquisa do NUPESAL (GONZÁLEZ e CHIODI, 2023) em 2019 - que foi de 21,3% entre os jovens das capitais de Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Para Bernardi (2023), em um momento de ataque à educação, sobretudo à educação pública, a discussão sobre política em sala de aula é um instrumento fundamental para a democracia. O que observamos nos dados dos jovens curitibanos em 2022, não indicam um aumento/fortalecimento democrático nessa direção. É importante ressaltar que temas anti-políticos são fortemente mobilizados por atores ligados ao campo da direita e ultradireita, que se projetam nas mídias digitais (SOLANO, 2019). Visando compreender melhor estes valores, o gráfico 18 projeta a opinião dos jovens da amostra de 2019 a respeito de sua visão sobre política e políticos.

Gráfico 18. Percepção sobre a política entre jovens estudantes curitibanos (2019) (%)



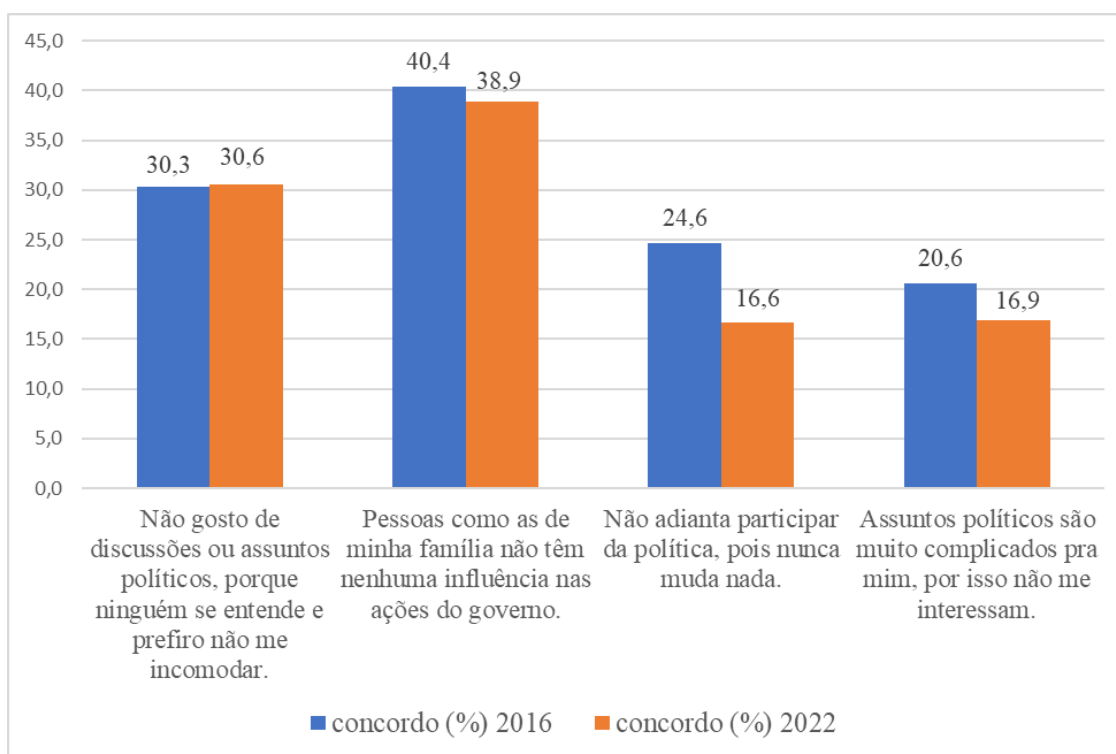
Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa do NUPESAL (2022)⁷¹
n = 314⁷²

O gráfico 18 evidencia a percepção dos jovens em 2022 sobre a categoria ‘políticos’, reforçando o padrão de atitudes negativas em relação à política formal: a ampla maioria (78,7%) concorda total ou parcialmente que todos os políticos são corruptos, quase a totalidade (97,5%) dos jovens da amostra concordam total ou parcialmente com a asserção de que “os políticos prometem, mas não cumprem”, além de 57,3%, nessa mesma lógica, afirmarem que políticos são todos iguais. Essa rejeição à política formal está relacionada à percepção da política como um universo essencialmente negativo, além de evidenciar um abandono institucional da juventude. O gráfico 19 traz os percentuais de concordância com algumas afirmações e revela, em análise comparativa com o ano de 2016, que não se trata de os jovens considerarem incapazes de participar, ou acharem o universo político complexo, pois os percentuais que indicam isso revelaram-se em queda, mas sim demonstram rejeição ao cenário que observam, indicando a alienação como uma opção, assim como analisado em González e Chiodi (2023).

⁷¹ Não houve coleta destas perguntas em 2016, impossibilitando a comparação

⁷² Total somente de respostas válidas

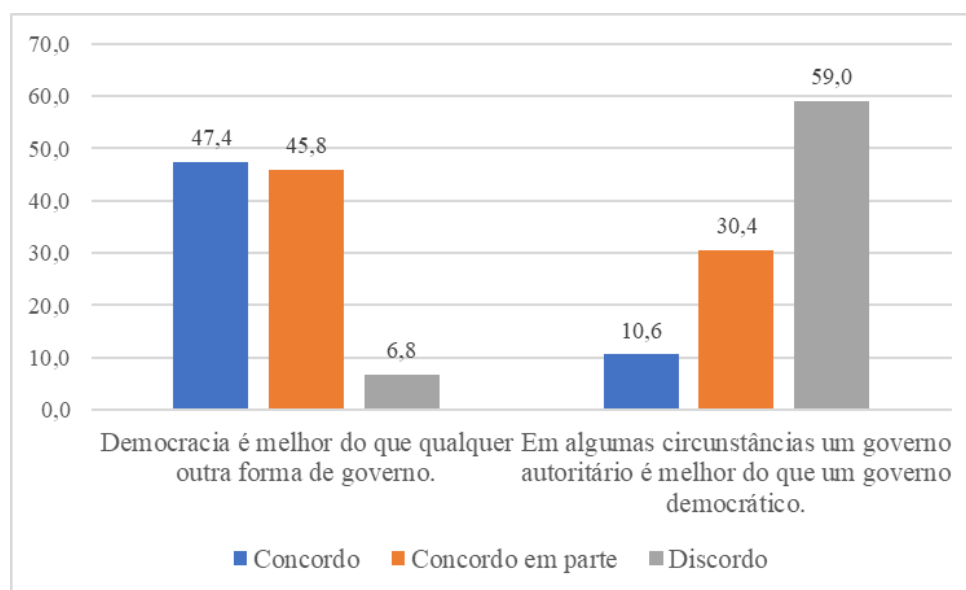
Gráfico 19. Valores políticos de jovens estudantes curitibanos (2016 e 2022) (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do NUPESAL (2016 e 2022)
n (2016) = 749; 735; 747 e 752; n (2022) = 314

O último dado a ser analisado consiste em perguntas que estão diretamente ligadas à adesão democrática e valores antidemocráticos entre os jovens estudantes curitibanos da amostra. Não foi possível compará-las em relação ao ano de 2016 pois esta pergunta foi apenas formulada em 2019. Nesse sentido, limitamo-nos a realizar somente uma descrição destes valores em 2022, indicando que as variáveis fundamentais para se compreender este cenário são analisadas bibliograficamente ao longo desta dissertação, a saber: presença e aumento das mídias digitais na vida dos jovens, com transferência da agência de socialização escolar para o universo digital, momento de crise pandêmica e ascensão de políticos com valores antidemocráticos durante o governo de Jair Bolsonaro, resultando em um momento de sindemia (BAQUERO E MORAIS, 2022). Observemos, portanto, o gráfico 20.

Gráfico 20. Valores democráticos/antidemocráticos entre os jovens



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do NUPESAL (2022)⁷³
n = 310; 312

Os dados ligados à adesão democrática, e aquisição de valores antidemocráticos sugerem que, ainda que a maioria percentual dos estudantes concorde com a asserção “democracia é a melhor forma de governo”, um percentual significativo (45,8%) que corresponde à quase metade da amostra, afirma concordar apenas em partes, e 6,8% discordam. De acordo com González e Chiodi (2023), o maior risco para a estabilidade do regime democrático não reside diretamente nos indivíduos que concordam com as asserções autoritárias, e sim nos ambivalentes. Se 45,8% destes jovens concordam apenas parcialmente com a afirmação de que a democracia é a melhor forma de governo, há espaço para o apoio de outros tipos de regime, em determinadas circunstâncias, e este é um elemento caro à democracia. Estes percentuais são coerentes com os 41% dos jovens que concordam ou concordam em parte, com a asserção de que “em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático”.

Estamos falando, portanto, de jovens mais conectados, que sofreram com os efeitos da pandemia, do ensino remoto, e com as crises adjacentes à ela, que sinalizam para uma visão da política formal como “mais do mesmo”, e em razão de seus resultados negativos e do descaso

⁷³Essas perguntas só começaram a ser coletadas em ondas depois de 2016

institucional com seu futuro, buscam alienar-se. Concomitante à expansão das mídias sociais em suas vidas, em detrimento da agência escolar, estes jovens estão sujeitos a um ambiente virtual permeado por desinformação, e, à medida que confiam mais em redes sociais, apresentam maiores níveis de intolerância política de modo geral. Os jovens apresentam-se como o retrato de uma sociedade polarizada, em que atores políticos com ideias antidemocráticas navegam pelas redes e relativizam valores democráticos. Na era do pós-verdade, a juventude navega pela política com grande desilusão, encontrando-se mais sujeita e propensa a adquirir valores antidemocráticos. De fato, Massuchin et al (2021) afirmam que

Na atividade política, o ambiente digital vem contribuindo para a formação de narrativas antidemocráticas, anti-institucionais, além de discursos de ódio e fomento de campanhas de desinformação, muitas vezes sob justificativa de liberdade de expressão; além disso, as pesquisas indicam que essa instrumentalização é associada, em sua maioria, a grupos ultraconservadores, de extrema-direita (...) (MASSUCHIN et al, 2021, p. 45)

Quando pensamos que o governo de Jair Bolsonaro acabou, não podemos nos esquecer que as ideias e valores políticos, diferentemente de figuras pessoais, sobrevivem ao longo do tempo. Nesse sentido, urge estudos longitudinais em cultura política que possibilitem o monitoramento destes dados e suscitem questionamentos sobre os jovens, evitando sempre visões essencialistas ou estereotipadas sobre os jovens. Acredita-se nesse sentido, que as mídias sociais podem ser ferramentas de mudança, desde que devidamente utilizadas, a partir de uma perspectiva de letramento crítico midiático (BERNARDI, 2021). Até que esta conquista esteja consolidada na dimensão da educação básica brasileira, temos, contudo, muito trabalho pela frente, quando consideramos este processo de socialização juvenil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa da conclusão, é importante ressaltar que esta pesquisa entende que variáveis políticas podem ser afetadas por outros fatores da política brasileira, para além da pandemia e da internet. Contudo, houve um esforço inicial que buscava compreender se havia correlação entre as variáveis explicativas e o aumento de valores antidemocráticos, intolerância, e interesse político. Cruzamos dados referentes à pandemia e internet, com as variáveis explicativas. No entanto, os dados, oriundos do difícil contexto de pandemia, não permitiram que se estabelecessem conclusões mais direcionadas em razão dos cruzamentos realizados não serem relevantes do ponto de vista estatístico (com os testes qui-quadrado não indicando associação

ou significância entre as variáveis. Desta forma, não se pode concluir que a pandemia foi a variável explicativa no que diz respeito à valores antidemocráticos, no caso de Curitiba, mas a pesquisa fornece um quadro descritivo que sugere possível associação entre as variáveis estudadas.

Desta forma, diante da disputa eleitoral presidencial mais acirrada desde a redemocratização brasileira, o ano de 2022 encerra-se com ânimos políticos exaltados. Luiz Inácio Lula da Silva é eleito no segundo turno das eleições presidenciais, com 50,9% dos votos válidos, e o Partido dos Trabalhadores retoma o poder seis anos após o golpe político parlamentar (CHALOUB, 2018) de 2016, diante de um congresso mais conservador e um universo altamente polarizado, com seguidores de Jair Bolsonaro recusando-se a aceitar a vitória democrática. Diante deste cenário, o ano de 2023 já começa com episódios de ataques promovidos por terroristas bolsonaristas (em parceria com agentes do governo) invadindo e depredando o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, em um verdadeiro episódio violento sem precedentes na história democrática brasileira recente.

O quadro turbulento supracitado inscreve-se diante de um movimento de ascensão e consolidação institucional de políticos e figuras públicas de extrema direita e com valores abertamente autoritários (LEVISTKY, 2018; SOLANO, 2018), que impulsionam-se por meio da onda bolsonarista e conservadora e ainda conseguiram obter importantes posições políticas na câmara e no senado (como é o caso de Damares Alves, Sérgio Moro, e muitas outras figuras gestadas pelo bolsonarismo). Não somente os políticos, mas figuras públicas da extrema direita projetam-se por meio das mídias digitais visando ganhar a opinião pública por meio de narrativas anti-*stablishment* (MACHADO, 2019) e incitação de discursos de ódio.

Ao referido cenário político, somam-se os anos da pandemia da COVID-19, permeados por uma gravíssima crise sanitária e pelo aumento de desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre os brasileiros. É diante de um quadro torturoso de sindemia - onde há agravamento da crise pandêmica em razão das ações do governo - que os jovens brasileiros estão adquirindo valores e orientações políticas, por meio do processo de socialização política, transmitido geracionalmente. Soma-se à vida pandêmica a grande expansão das mídias digitais, sobretudo em razão da migração da instituição escolar (importante agência de socialização política) para o universo online durante os anos de isolamento social. Nesse sentido, o problema de pesquisa desta dissertação foi “*Quanto o contexto da pandemia da COVID-19 e o uso de*

mídias digitais afetou a socialização política e a adesão a valores antidemocráticos dos jovens?”.

Buscando responder ao problema de pesquisa, os objetivos foram três, a saber: 1 - Explicar o papel da socialização política na formação de atitudes, comportamentos e valores políticos, investigando como configura-se a socialização juvenil e sua relação com o crescimento de valores antidemocráticos dos últimos anos, destacando o recente cenário político brasileiro; 2 - Compreender como a experiência da pandemia e seus desdobramentos, como o ensino remoto, podem interferir nas sociabilidades políticas entre jovens de diferentes sistemas de ensino (públicos e privados); 3 - Examinar, nos anos recentes, o papel das mídias digitais e da internet no interesse político juvenil, no apoio à democracia e na intolerância política entre jovens estudantes. A principal hipótese é a de que o cenário de pandemia, combinado com o referido momento de recessão democrática (MENEGUELO, 2021) e a transposição da agência de socialização escolar para o universo das mídias digitais, em razão do isolamento, auxiliam a consolidar o processo de expansão da intolerância política, de valores antidemocráticos e de rejeição à política formal pelos jovens.

Para responder o primeiro objetivo, realizamos na seção 2 uma breve revisão bibliográfica sobre o papel da socialização política na formação de valores, atitudes e orientações democráticas, que são importantes para a construção da democracia. Realizamos uma revisão de estudos gerais sobre socialização política, elucidando diferentes perspectivas sobre os modelos de socialização, enfatizando o papel da escola., e exploramos estudos brasileiros recentes sobre socialização política juvenil e aquisição de valores antidemocráticos. Sinalizamos os caminhos para onde apontam estes estudos: de modo geral, sugerem que as dificuldades impostas à socialização dos jovens brasileiros, somadas ao padrão de uma cultura política híbrida (BAQUERO, 2018), impelem um constrangimento à criação de valores democráticos nos jovens brasileiros. A ausência de uma normalidade democrática, atrelada ao quadro político brasileiro recente é um fator comprometedor para a democracia brasileira.

Para responder ao segundo objetivo, mobilizamos um capítulo teórico (capítulo 3), que reúne estudos acadêmicos e de agências de pesquisa, sobre o impacto da pandemia na vida dos jovens brasileiros, explorando como este cenário pode afetar o processo de socialização política juvenil em diferentes tipos de sistema de ensino. A análise do estudo de caso de Curitiba não nos permite fazer afirmações gerais, dadas as grandes diferenças macrorregionais brasileiras, mas permite explorar a dimensão pandêmica entre os jovens daquela localidade dentro do

contexto de 2022. Nesse sentido, a primeira seção (5.1) permite observar, diante do estudo de caso, que a principal agência de socialização política continua sendo a família, seguida da internet (e sua expansão), e diminuição do papel da escola na hora de formar opiniões sobre assuntos políticos. Nesse sentido, os jovens apontam sentir o quadro de desigualdades econômicas em suas vidas familiares - com a diminuição da renda, aumento do desemprego, uma visão de futuro com relação aos seus pais mais pessimista que em 2016 e aumento de sentimentos de desinteresse e indiferença. Esta desigualdade se mostra mais latente entre os sistemas de ensino público e privado (resgatado na tabela 4) em que estudantes de escolas públicas estaduais afirmam terem mais dificuldades de obterem acesso a equipamentos adequados para o ensino a distância e a professores bem adaptados a este sistema, além de afirmarem aprender menos sem o espaço físico escolar e concordarem mais com a asserção de que será difícil recuperar o atraso no ensino, quando comparados a estudantes de escolas privadas. Outros marcadores sociais, como gênero e raça, também projetam clivagens diante do ensino remoto: meninas estudantes, por exemplo, concordam percentualmente mais com as asserções de dificuldades de aprendizagem escolar que meninos na mesma faixa etária, provavelmente em razão da dupla rotina de trabalho que lhes foi imputada durante a pandemia.

Ainda sobre o segundo objetivo, o quadro de socialização política do estudo de caso em Curitiba aponta para uma enorme presença e ampliação de mídias digitais no ensino, utilizadas durante o momento de ensino remoto, ao passo que estes mesmos jovens afirmam utilizar a internet mais para fins de entretenimento que de informação, como retratado na seção 5.2. Além da presença digital, destaca-se uma boa avaliação do desempenho das instituições de saúde, e mesmo escolares (ainda que haja alguma contradição entre esta avaliação e as respostas sobre o ensino remoto), em detrimento à uma péssima avaliação de atores políticos institucionais, como prefeito, governador, deputados e senadores, e também o presidente da república.

Visando responder o terceiro e último objetivo, realizou-se no capítulo 4 uma revisão teórica sobre internet e democracia, resgatando elementos e fatos políticos que interrelacionam o universo online com a sustentação democrática diante de um país polarizado. Visamos compreender como este cenário, aliado à ampliação nos usos das mídias digitais, se projeta na vida dos jovens, em seu interesse político, intolerância política e adesão de valores antidemocráticos. Além da revisão teórica, buscamos explorar como estes elementos estão presentes no estudo de caso de Curitiba, no quinto e último capítulo. Os dados reforçaram o crescimento das mídias digitais em conversas sobre assuntos políticos com os jovens e a

diminuição do papel dos professores nesse contexto. Também indicaram pequeno aumento no interesse político, em relação a 2016, o que pode ser resultado de um ano eleitoral marcado por turbulências na sociedade brasileira. Os dados também mostram que os jovens pesquisam menos notícias sobre política em outras fontes além daquelas veiculadas em redes sociais, se comparados a 2016 (uma queda percentual de 14,8%). Estão mais conectados, mas a falta de uma educação crítica midiática não converte esta conexão em maiores conhecimentos políticos (BERNARDI,2021).

Ainda em relação ao terceiro objetivo, os resultados do estudo de caso em Curitiba apontam uma migração dos percentuais de confiança na internet para faixas mais intermediárias, como “confio mais ou menos”. Ao explorar a relação de confiança na internet e intolerância política, encontramos maiores percentuais de intolerância entre aqueles que afirmam confiar mais na internet, em comparação aos jovens que não confiam (a exceção é o campo da política formal, em que há intolerância generalizada, independentemente de confiar ou não na internet). Também trabalhamos indicadores de intolerância política atitudinal (relativo a valores), e comportamental, evidenciando que os maiores níveis de intolerância encontrados são em relação a pessoas com opiniões políticas diferentes, ou de orientações políticas específicas (esquerda e direita), evidenciando o caráter de polarização e intolerância presente na vida brasileira. A intolerância comportamental também indicou que uma diferença percentual maior entre os jovens que excluíram algum amigo ou familiar das redes sociais, e aqueles que o fizeram na vida real.

Por fim, buscamos compreender como este cenário pode afetar a aquisição de valores democráticos e anti-democráticos entre os jovens, e o estudo de caso de Curitiba em 2022 revela um aumento na opinião entre os jovens de que política não é lugar na sala de aula, grandes níveis de rejeição em relação à política formal. Além disso, em 2022, 41% dos jovens da amostra concordavam total ou parcialmente com a asserção de que um governo autoritário seria preferível a um governo democrático, além de 45,8% concordarem apenas em partes que democracia é a melhor forma de governo. O perigo da ameaça antidemocrática não reside nos extremos, e sim no pensamento ambivalente, de acordo com González e Chiodi (2023).

Se uma democracia é fortalecida e consolidada não apenas a partir de procedimentos formais, mas também por valores culturais, como afirmavam Almond e Verba (1989), os valores juvenis apresentados neste estudo de caso são motivo de preocupação e projetam a necessidade de estudos longitudinais que relacionem grandes eventos (como a pandemia), e as

mídias digitais - onde navegam com traquejo atores da extrema-direita brasileira - à aquisição de valores políticos pelos jovens.

Compreende-se que elementos antidemocráticos sempre estiveram presentes na história política brasileira, e mesmo com o cenário de redemocratização pós anos 90 ainda estão vivos no imaginário coletivo, constituindo uma cultura política híbrida entre a população e entre os jovens. Sem uma educação que inscreva as novas gerações no mundo pós pandêmico e digital de uma forma crítica, ainda há um longo gargalo na construção de uma cultura política juvenil democrática. Novas pesquisas longitudinais poderiam realizar estudos comparativos entre regiões, ou mesmo a nível nacional, para buscar conexões mais profundas de causalidade entre valores democráticos, mídias e grandes eventos, não aprofundadas por esta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita discurso de nazista Goebbels e revolta presidentes da Câmara e do STF. El País, São Paulo, 17 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html> Acesso em 20 de janeiro de 2022

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. The civic culture. Political attitudes and democracy in five nations, 1989.

ANDERSON, Laurel; MCCABE, Debora. A Coconstructed World: Adolescent Self-Socialization on the Internet. Journal of Public Policy & Marketing, v. 31, n. 2, p. 240-253, 2012.

ANDRADE, Hanrikson. Família e democracia são citadas mais de 100 vezes por deputados; veja outras. UOL Notícias, São Paulo, 20 de abril de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/20/familia-e-democracia-sao-citadas-mais-de-100-vezes-por-deputados-veja-outras.htm>. Acesso em: 24 de julho de 2023.

ANDREEVA, Marija. (Re)shaping political culture and participation through social networks. Journal of Liberty and International Affairs, 5(2), 43-54. (2019). <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-64606-3>

ARAÚJO, A. L. de. A importância dos agentes de socialização na participação política dos jovens. In: I Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR, A sociedade e Política em Tempos de Incerteza, na Universidade Federal do Paraná, de 09 a 11 de Setembro de 2009. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GtsONLINE/GT8%20online/EixoII/importancia-agentes-AngelicaAraujo.pdf>. Acesso em: 5 agos. 2021.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, p. 273-289, 2018.

BAQUERO, Marcello. Porque uma cultura política da juventude não se institucionaliza no Brasil? In: *Riscos de uma democracia em crise : os jovens e a política*. Porto Alegre : Evangraf, 2023.

BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Padrões emergentes de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 12, p. 42-63, 2019.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. *Ciências sociais em perspectiva*. Cascavel, PR. Vol. 6, n. 11 (2007), p. 139-153, 2007.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 137, p. 989-1008, 2016.

BAQUERO, Marcello; BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; ZORZI, Felipe B. O impacto da Quarta Revolução Industrial na estruturação da cultura política entre os jovens do Brasil. *Política & Sociedade*, 2021, 20.49: 11-38.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. *Opinião pública*, v. 17, n. 2, p. 369-399, nov. 2011.

BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. Brasil pós pandemia. Reconstruindo o capital social e uma cultura política assertiva. *Revista USP*, n. 131, p 99-120, 2021.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; DE CASTRO, Henrique Carlos de O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, 2018.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo; BAQUERO, Marcello. Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido. *Revista Debates*, v. 8, n. 2, p. 59-82, 2014

BAQUERO_____. *A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editora. UFRGS, 2009

BARÃO, Marcus; RESEGUE, Mariana; LEAL, Ricardo. *Atlas das Juventudes*. FGV Social. 2021

BARBERIA, Lorena G.; ROSA, Isabel Seelaender Costa. De que maneira a ideologia afeta a disposição a se vacinar contra o Sars-Cov-2?. *Revista USP*, v. 1, n. 131, p. 47-64, 2021.

BBC. Brasil enfrenta desafios na área da saúde em meio à pandemia. *BBC News*, Londres, 10 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 24 de julho de 2021

BECKER, Camila et al. Manifestações e votos sobre impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v. 13, n. 24, 2017.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Competência cívica em uma democracia desigual: analisando o impacto dos investimentos educacionais na cultura política juvenil porto-alegrense entre 2002 e 2015. Orientador: Cesar Marcelo Baquero Jacome. 128F. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BERNARDI, Ana Julia Bonzanini. Educação crítica midiática: formação para cidadania de jovens no contexto de pós-verdade e fake news. 2022

BERNARDI, Ana Julia Bonznini; Baquero, Marcelo. Juventude e Cultura Política na era do pós-verdade: avaliando as percepções dos jovens porto-alegrenses sobre fake news e política. *Conexão Política*, 10(1), 5-28, 2021

BIRMAN, Joel. Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade. *Adolescentes*, p. 25-43, 2006.

BOBADILLA, Kássia Beatriz; STOLAR, Larissa Bueno. Columbine e Suzano: o que os atentados em escolas podem ensinar? *JOTA*, São Paulo, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3yKgkut>. Acesso em: 06 set. 2019.

BORBA, Felipe; CARNEVALE, Miguel; BAHIA, Pedro; NUNES, Robson; ANANIAS, Rodrigo. Boletim Trimestral nº 12 - Outubro-Novembro-Dezembro 2022. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Disponível em: <http://giel.uniriotec.br/files/Boletim%20Trimestral%20n%C2%BA%2012%20-%20Outubro-Novembro-Dezembro%202022.pdf> Acesso em 02/02/2023

BRASIL. Câmara dos Deputados. Extinto pelo governo, Consea é essencial para combate à fome, diz Nações Unidas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. 25 de abril de 2019c. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556204-extinto-pelo-governo-consea-e-essencial-para-combate-a-fome-diz-nacoes-unidas/>. Acesso em: 21/07/2021

BRASIL. Dados sobre a COVID. 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em: 20/08/2022

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP Nº: 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco--2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em 11 jun. 2020.

BRASIL. Senado Federal. Aprovado o texto-base da reforma da Previdência; Senado vota últimos destaques nesta quarta. Brasília, DF: Senado Federal, 22 de outubro de 2019d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/22/aprovado-o-texto-base-da-reforma-da-previdencia-senado-vota-ultimos-destaques-nesta-quarta>. Acesso em 21/07/2021

BRASIL. Senado Federal. Com vetos, Bolsonaro sanciona lei que reorganiza ministérios. Brasília, DF: Senado Federal, 19 de junho de 2019a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/19/com-vetos-bolsonaro-sanciona-lei-que-reorganiza-ministerios>. Acesso em: 24 de julho de 2021

BRASIL. Senado Federal. Primeiro decreto de Bolsonaro fixa salário mínimo em R\$ 998. Brasília, DF: Senado Federal, 1º de janeiro de 2019b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2019/01/primeiro-decreto-de-bolsonaro-fixar-salario-minimo-em-r-998>. Acesso em: 21 de julho de 2021

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2022: Candidatos a Presidente. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/candidatos-a-presidente>. Acesso em: 01/12/2023

BRINGEL, BRENO; PLEYERS, GEOFFREY. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. Disponível em: https://dial.uclouvain.be/pr/boreal/object/boreal%3A172074/datastream/PDF_01/view
Acesso em 08/05/2022

BRUM, Anita; DA SILVA, Rosane Leal. O Massacre de Suzano e a (in) atuação dos atores da proteção integral à luz da liquidez social e suspensão da ética. *Disciplinarum Scientia| Sociais Aplicadas*, v. 17, n. 1, p. 41-59, 2021.

CAMPBELL, A. M. An Increasing Risk of Family Violence during the Covid-19 Pandemic: Strengthening Community Collaborations to Save Lives. *Forensic Science International: Reports*, 2020.

CARRANÇA, Thais. 'Minha aluna desmaiou de fome': professores denunciam crise urgente nas escolas brasileiras. *BBC News*, Londres, 17 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59215351>. Acesso em: 05/06/2022

CARVALHO, Carlos Alberto; FONSECA, Maria Gislene Carvalho. Violência em acontecimentos políticos: jornalismo e lawfare no caso Lula. *Galáxia (São Paulo)*, p. 0100-0112, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/WvxQH8mHGnxqXkCTbqTSCdK/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em 06/06/2022

CASTRO, Henrique Carlos de O. *Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas Brasil, Argentina e Chile*. Verbena Editora, 2014.

CASTRO, Henrique Carlos de O.; CAPISTRANO, Daniel; CASTILLO, Sofia Isabel Vizcarra. Valores morais e de autoexpressão: pós-materialismo em/na crise?. *Revista USP*, n. 131, p. 33-46, 2021.

CASTRO, Henrique. *Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina*. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n.1, 2008. Disponível em <http://www.repam.org/edicoes/02/index.html> Acesso em 04/05/2021

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Panorama Social da América Latina 2020, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf

CHALOUB, Jorge; LIMA, Pedro; PERLATTO, Fernando. Apresentação: direitas no Brasil contemporâneo. Teoria e cultura, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/issue/view/631>

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. Revista Alterjor, v. 18, n. 2, p. 201-214, 2018.

CONGRESSO EM FOCO. Planalto alega sigilo e não mostra cartão de vacinação de Bolsonaro. Uol Notícias. Congresso em Foco, Brasília, 8 de Janeiro de 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/planalto-sigilo-cartao-vacinacao-bolsonaro/>. Acesso em: 08/05/2022

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE (CONJUVE). Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, 2020. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2020.

COSTA, Maíra Pereira da; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Justiça de transição, cultura política e legado autoritário no Cone Sul. Revista sul-americana de ciência política. Pelotas, RS. Vol. 5, n. 1 (2019), p.[125]-146, 2019.

COUTO, J. M. Alguns resultados macroeconômicos do primeiro ano do governo Bolsonaro. A Economia em Revista - AERE, v. 28, n. 3, 31 dez. 2020.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924> . Acesso em: 03 fev. 2021.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 7, p. 9-20, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259>

DALTON, Russell; WELZEL, Christian (org.). The civic culture transformed: From allegiant to assertive citizens. New York: Cambridge Universit Press, p. 1-16, 2014a.

DECLERCQ, Marie. Podcaster Monark filia-se a partido que faz referência ao nazismo em SC. UOL Notícias, São Paulo, 08 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/02/08/podcaster-monark-partido-nazista.htm> Acesso em 08/08/2022

DESLANDES, Suely Ferreira; COUTINHO, Tiago. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 2479-2486, 2020.

DOS SANTOS, João Guilherme Bastos et al. WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018. *Comunicação & Sociedade*, v. 41, n. 2, p. 307-334, 2019.

EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in political system: origins of political legitimacy*. New York: McGraw-Hill, 1969.

ECKSTEIN, Harry. A culturalist theory of political change. *American Political Science Review*, v. 82, n. 3, p. 789-804, 1988.

ESTADÃO. Ataque em escolas: Twitter cria desconforto em reunião com ministro da Justiça. Estadão, São Paulo, 11 de abril de 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ataque-em-escolas-twitter-cria-desconforto-em-reuniao-com-ministro-da-justica/>

ESTADÃO. Governo Bolsonaro acumula escândalos de corrupção; confira os principais. Estadão, São Paulo, 22 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>. Acesso em: 24/08/2022

ESTADÃO. Vídeo mostra deputada Carla Zambelli com arma em punho; assista. Estadão, São Paulo, 29 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/video-mostra-deputada-carla-zambelli-com-arma-em-punho-assista/>. Acesso em:

EXAME. 15 números que marcaram a economia em 2019. Exame, São Paulo, 29 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/15-numeros-que-marcaram-a-economia-em-2019/>. Acesso em: 24 de julho de 2023

FABER, Daniel Armando et al. *Entre formação e adestramento: uma análise sociológica do habitus escolar militarizado em um colégio militar*. 2017.

FÁVERO, Osmar et al. *Juventude e contemporaneidade*. Brasília, DF: Unesco, 2007. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154569> Acesso em 04/09/2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). *Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias*. São Paulo, 2019. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/04/FBSP_indice_propensao_apoio_posicoes_autoritarios_2017_relatorio.pdf Acesso em 04/05/2021

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 425-449, 2014.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila. Expandindo o conceito de competência política: conhecimento político e atitudes democráticas na América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, v. 26, n. 68, p. 61-74, 2018.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO. *Juventude e mercado de trabalho*. 2019. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Relat%C3%B3rio%20Final

[1%20-%20Pesq.%20Juventude%20e%20Mercado%20de%20Trabalho.vers%C3%A3o_final.pdf](#)

FURTADO, Rafael Barbosa. A socialização política e suas agências socializadoras em jovens de Juiz de Fora - MG: Uma investigação e um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6606/1/rafaelbarbosafurtado.pdf> . Acesso em 11/05/2022

G1 GLOBO. Quem é Allan dos Santos e quais são as acusações contra o blogueiro bolsonarista. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/21/quem-e-allan-dos-santos-e-quais-sao-as-acusacoes-contr-o-blogueiro-bolsonarista.ghtml> Acesso em 04/03/2022

G1 GLOBO, São Paulo, 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/21/quem-e-allan-dos-santos-e-quais-sao-as-acusacoes-contr-o-blogueiro-bolsonarista.ghtml> . Acesso em 29/11/2022

GONÇALVES, G. B. B.; GUIMARÃES, J. M. de M. Aulas remotas, escolas vazias e a carga de trabalho docente. Retratos da Escola, [S. l.], v. 14, n. 30, p. 772–786, 2021. DOI: 10.22420/rde.v14i30.1203. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1203> . Acesso em: 18 maio. 2022.

G1 JUIZ DE FORA. Ato de campanha de Bolsonaro em Juiz de Fora é interrompido após tumulto. G1 Globo, 6 de setembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml> . Acesso em: 24 de julho de 2023.

G1 GLOBO. Relatos sobre agressões por motivação política crescem nas redes sociais no 2º turno, mostra estudo. G1 Globo, 12 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/12/relatos-sobre-agressoes-por-motivacao-politica-crescem-nas-redes-sociais-no-2o-turno-mostra-estudo.ghtml> . Acesso em: 24/12/2022

G1 SUL DE MINAS. Adolescente apreendido durante operação feita em 7 estados guardava anotações de cunho nazista em Itajubá, MG. G1 Sul de Minas, 16 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2021/12/16/adolescente-apreendido-durante-operacao-feita-em-7-estados-guardava-annotacoes-de-cunho-nazista-em-itajuba-mg.ghtml> . Acesso em: 24 de julho de 2023.

GAIER, Rodrigo Viga; BRITO, Ricardo; PARAGUASSU, Lisandra. Roberto Jefferson resiste à ordem de prisão do STF e atira em policiais federais. UOL Notícias, São Paulo, 23 de outubro de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/10/23/roberto-jeferson-resiste-a-ordem-de-prisao-do-stf-e-atira-em-policiais-federais.htm#:~:text=Em%20um%20v%C3%ADdeo%2C%20o%20pr%C3%B3prio,entregaria%20ap%C3%B3s%20horas%20de%20tens%C3%A3o>

GARCIA, Maria Fernanda. Violência política no Brasil triplicou nos últimos 3 anos. Observatório do Terceiro Setor, São Paulo, 27 de outubro de 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/violencia-politica-no-brasil-triplicou-nos-ultimos-3-anos/>. Acesso em: 24/11/2022

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. Revista Famecos, 2005, 12.27: 58-78. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3323/2581>

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CHIODI, Alexsander Dugno. Juventude e crispação: os efeitos da polarização política na socialização política dos jovens brasileiros. Em: Riscos de uma democracia em crise : os jovens e a política. Capítulo 3 . Marcello Baquero (organizador). – Porto Alegre : Evangraf, 2023.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CHIODI, Alexsander Dugno. O impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas públicas em porto alegre. Conexão Política, v. 10, n. 1, p. 173-202, 2021.q

GONZÁLEZ, Rodrigo; MORAIS, Jenifer; Bernardi, Ana Julia. O novo Ovo da Serpente: emergência de valores antidemocráticos na juventude do sul do Brasil. 12º Encontro da ABCP. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB),2020.

GRANCHI, Giulia. Os fatores que contribuem para ataques em escolas, segundo especialistas. BBC News, Londres, 06 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0610zm35vo>. Acesso em:

GREENSTEIN, Fred. Children and politics. New Haven: Yale University Press. 1965.

GUIMARÃES, Juca. Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro. Brasil de Fato, 17 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>. Acesso em: 25/11/2022

HYMAN, H. Political socialization: a study of the psychology of political behavior. New York, NY, US: Free Press, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD continua: acesso a internet internet e a televisao e posse de telefone celular móvel para uso pessoal em 2021. IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101963_informativo.pdf . Acesso em 16/01/2023

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. As mulheres trabalham em média 7,5 horas a menos que os homens por semana. 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/mestrado-profissional-em-politicas-publicas-e-desenvolvimentodesafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2832:catid=28&Itemid=23#:~:text=As%20mulheres%20trabalham%20em%20m%C3%A9dia,era%20de%2046%2C1%20horas . Acesso em 27/05/2022

LACLAU, Ernesto. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. São Paulo: Schwarcz; Companhia das Letras, 2018

LIMA, Bruna. Congresso tem perfil conservador em 2023 e exige mais articulação do governo. R7, Brasília, 01 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/congresso-tem-perfil-conservador-em-2023-e-exige-mais-articulacao-do-governo-01022023>. Acesso em: 25/11/2022

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. Novos estudos CEBRAP, v. 36, p. 79-97, 2017.

LOVISI, Pedro. "Quem elaborou não está na sala", diz sindicato sobre volta às aulas. Estado de Minas, 13 de maio de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/05/13/interna_gerais,1147132/quem-elaborou-nao-esta-na-sala-diz-sindicato-sobre-volta-as-aulas.shtml.

LYNCH, Marc. How the Media Trashed The Transitions. Journal of Democracy, v. 26, n. 4, p. 90-99, 2015.

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 34, p. 262-280, 2021.

MACHADO, Rosana Pinheiro. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. Planeta Estratégia, 2019.

MARTINS, Felipe et al. Insegurança alimentar e volta do Brasil ao Mapa da Fome. 2022. Disponível em : <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22762>

MASSUCHIN, Michele Goulart; ORSO, Maíra; SALEH, Dayane Muhlbeier. Valores antidemocráticos e ataque às instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas "Direita Brasil" e "Verde e Amarela" no Twitter. Política & Sociedade, 2021, 20.49: 39-72.

MAZUI, Guilherme. Retrospectiva 2019: relembre o que marcou o primeiro ano do governo Bolsonaro. G1 Globo, 27 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/27/retrospectiva-2019-relembre-o-que-marcou-o-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 21/08/2021

MENEGUELLO, Rachel; DEL PORTO, Fabíola Abrigante. A confiança em um governo de crise e retrocesso. Revista USP, v. 1, n. 131, p. 81-98, 2021.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995. __. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, 1995.

MORAES, Diego; MOISÉS, José Álvaro. Sobre a fragilidade da democracia brasileira diante da crise do coronavírus. Revista USP, v. 1, n. 131, p. 121-138, 2021.

MORAIS, Jennifer Azambuja de. Cultura Política e Capital Social: os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. Emergência e institucionalização da intolerância política como valor político numa cultura híbrida. A Juventude e os desafios da construção democrática no Brasil. Porto Alegre: Escritos, v. 1, p. 57-83, 2018.

MORAIS, Jennifer Azambuja; MILANEZI, Felipe Silva; LIMA, Caroline Oliveira Neves. Participação política da juventude do Sul do Brasil: um perfil do jovem participativo. Juventude. br, v. 19, n. 1, p. 16-24, 2021.

MOTORYN, Paulo. Bolsonaro cortou 93% do orçamento da Secretaria de Juventude e acabou com políticas públicas. Brasil de Fato, 27 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/bolsonaro-cortou-93-do-orcamento-da-secretaria-de-juventude-e-acabou-com-politicas-publicas> . Acesso em: 20/11/2022.

MOUFFE, Chantal. Por um Populismo de Esquerda. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. E-book.

NAZZARI, Rosana Kátia. Capital social e socialização política dos jovens no Brasil. Educação Unisinos, v. 9, p. 145-154, 2005.

NEWMAN, Nic et al. Reuters Institute Digital News Report 2020. [S.l.:s.n.]: 2020. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf .

NOSSA, Leonencio. Mortes por intolerância política no Brasil já superam as de 4 eleições nacionais. CartaCapital, São Paulo, 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/mortes-por-intolerancia-politica-no-brasil-ja-superam-as-de-4-eleicoes-nacionais/> . Acesso em: 28/12/2022

NUPESSAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). 2015/2016/2022

OLIVEIRA, Mariana Cardozo Batista de . Autoritarismo, classe e juventude : sociologia política de alunos do ensino médio de Juiz de Fora-MG. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/12131/2/marianacardozobatistadeoliveira.pdf> Acesso em 04/04/2020

OLIVEIRA, André; LEITE, Breno; MARQUES, Rodolfo.. As novas direitas no Brasil e as estratégias de comunicação política nas mídias sociais. Em tese 18(2). 245-269, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/78974/47376> Acesso em 01/02/2022

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Youth & COVID-19: Impacts on Jobs, Education, Rights and mental well-beign. Genebra: ILO, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_753026.pdf . Acesso em: 25/04/2022

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Infodemic. Genebra: OMS, [2020]. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/infodemic> Acesso em 05/05/2021

PAGAIME, Adriana; ANELISE, Ingrid; UNBEHAUM, Sandra; GAVA, Thais. Fundação Carlos Chagas (FCC). Abandono escolar e a pandemia no Brasil: efeitos nas desigualdades escolares. 2021. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/abandono-escolar-e-a-pandemia-no-brasil-efeitos-nas-desigualdades-escolares/>. Acesso em 04/02/2022

PELLANDA, Andressa; SANTOS, Catarina de Almeida; DADICO, Claudia Maria; CARA, Daniel; MADI, Fernanda Rasi; ORSATI, Fernanda T; MEATO, Juliana; OLIVEIRA, Leticia; ARONOVICH, Lola; FRANCA, Luka; FROSSARD, Marcele; ABRAMOVAY, Miriam. Relatório ao governo de transição : Extremismo de Direita, Ataques a Escolas - Alternativas para Ação Governamental. 12 de dezembro de 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf Acesso em 21/02/2023

PENSSAN, R. (2021). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em 25/07/2022

PRENSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants Part 1. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/10748120110424816> . Acesso em 10 mai. 2018.

PUGLIA, Leonardo Seabra. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. Teoria e Cultura, v. 13, n. 2, 2018.

PUTNAM, Robert. Our kids. The American dream in crisis. New York: Simon & Schuster, 2015

QUATTROCIOCCI, Walter; SCALA, Antonio; SUNSTEIN, Cass R. Echo chambers on Facebook. Available at SSRN 2795110, 2016.

RAMPERSAD, Giselle; ALTHIYABI, Turki. Fake news: Acceptance by demographics and culture on social media. Journal of Information Technology & Politics, v. 17, n. 1, p. 1-11, 2020.)

REICH, Wilhelm; BEIN, Roberto. Psicología de masas del fascismo. Barcelona: Bruguera, 1980.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido et al. Contexto democrático, tolerancia escolar y política en América Latina. 2019.

RIBEIRO, Ednaldo. Aparecido; FARIA, M. B. Cultura política e Agentes de Socialização. Mediações – Revista de Ciências Sociais, vol. 9, nº 2, p. 177-197, 2004.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian; OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo. Valores emancipatórios, personalidade e a pandemia de covid-19. Revista USP, v. 1, n. 131, p. 13-32, 2021.

RICCI, Larissa. Retorno de aula anunciada para esta segunda em Minas não ocorre. Estado de Minas, local de publicação não especificado, 19 de outubro de 2020. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/10/19/interna_gerais,1195991/retorno-de-aula-anunciada-para-esta-segunda-em-minas-nao-ocorre.shtml. Acesso em: 01/01/2021

ROCHA, Camila. Influenciadores Digitais e a extrema direita brasileira. A democracia aceita os termos e condições? Eleições 2022 e a política com os algoritmos. Fundação Heinrich Böll, 2022. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2022-09/tecnopolitica_eleicoes_publicacao_boll_final_web.pdf Acesso em 01/02/2023

SALAS, Paula. O malabarismo de ser mãe e professora na quarentena. Nova Escola. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19529/dupla-jornada-os-desafios-das-professoras-que-sao-maes-durante-a-quarentena>. Acesso em 20 jul. 2021

SANTOS, W. G. A democracia impedida. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. Práxis educativa, v. 15, 2020.

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e Política nos Anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil. 392 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SCHURIG, Sofia. Relatório sobre a comunidade brasileira de glorificação de assassinos, atiradores escolares e supremacistas brancos (AAS) nas plataformas TikTok e Twitter, Relatório, 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/f1862483-1337-4f17-a71b-0592c43b9f90> Acesso em 03/03/2023

SCHWAB, Klaus. The fourth industrial revolution. Currency, 2017.

SEVASTI, Christoforou. Social Media and Political Communication: Hate Speech in the age of Twitter. Dissertação de mestrado do Mestrado Media Culture and Society da Erasmus University of Rotterdam. 2014.

SILVA, Ilse Gomes. Estado e lutas sociais no Brasil no golpe de 2016: o Estado de exceção avança. Revista de políticas públicas, v. 22, p. 503-518, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844023/321158844023.pdf> Acesso em 02/02/2022

SILVA, Lídia Eurídice de Noronha et al. Pandemia e educação: interseções de gênero e abandono escolar durante a pandemia do COVID-19. Gênero, sexualidade e educação, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA106_ID1177_10102021224729.pdf Acesso em 20/09/2021

SILVA, Rosane Leal da, et al. Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. Revista direito GV, 2011, 7: 445-468. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/QTnjBBhqY3r9m3Q4SqRnRwM/?format=pdf&lang=pt>

SILVEIRA, Angelita Fialho; AMORIM, Maria Salete Souza. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. Educação Unisinos, v. 9, n. 2, p. 155-163, 2005.

SINGER, André. Do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista: a ascensão e o declínio do lulismo. Revista Piauí, no. 140, mai. 2018

SOLANO, Esther et al. (Ed.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. Boitempo Editorial, 2018.

SOLANO, Esther; DE OLIVEIRA ROCHA, Camila Rocha. As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil. Expressão Popular, 2019.

SPIELBERGER, Charles. Encyclopedia of applied psychology. Academic press, 2004.

SPOSITO, Marília; BRENNER, Ana; MORAES, Fábio. Estudos sobre jovens na interface com a política. In: SPOSITO, M. P. (org.). Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999- 2006), 1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p.175-212.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In : CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p.197–212

TAVARES, Ludmila Lucas. CPI da pandemia e a guerra das narrativas: uma análise do posicionamento. GOVERNAMENTAL E MARKETING POLÍTICO, p. 90. 2022. Disponível em: https://livroestrategiapolitica.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Livro_IDP_VOL1.pdf#page=91

TEIXEIRA, Daniel. As Jornadas de Junho de 2013 e a crise da democracia. São Leopoldo, 24 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/580737-as-jornadas-de-junho-de-2013-e-a-cri-se-da-democracia>. Acesso em: 20/11/2022

UNESCO. Youth. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/youth>.

UNICEF et al. Educação brasileira em 2022—a voz de adolescentes. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, 2022. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/20186/file/educacao-em-2022_a-voz-de-adolescentes.pdf

UOL. Bolsonaro questiona pressa por vacina contra a Covid: "Não se justifica". UOL Notícias, São Paulo, 19 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/12/19/bolsonaro-questiona-pressa-por-vacina-contr-a-covid-nao-se-justifica.htm>. Acesso em: 25/06/2022

VEIGA, Luciana Fernandes; DUTT-ROSS, Steven; MARTINS, Flávia Bozza. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. Revista de Sociologia e Política, v. 27, 2020.

VENTURA, Manoel. Guedes diz que dólar alto é bom: 'Empregada doméstica estava indo para a Disney, uma festa danada'. O Globo, 13 de fevereiro de 2020. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-diz-que-dolar-alto-bom-empregada-domestica-estava-indo-para-disney-uma-festa-danada-24245365>. 2020 Acesso em: 10/11/2022.

VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman, BURNS, Nancy. Family Ties Understanding the Intergenerational Transmission of Political Participation In Zuckerman, Social Logic of Politics. 2003. Disponível em: https://www.russellsage.org/sites/all/files/u4/Verba_Family_Ties.pdf

WASBURN, Philo C.; COVERT, Tawnya J. Adkins. Making citizens: Political socialization research and beyond. Springer, 2017.

WERMUTH, Maiquel Angelo; NIELSSON, Joice Graciele. “Pela minha família, por deus e pelo fim da corrupção”: notas sobre o patrimonialismo na política brasileira contemporânea e a falência do Estado Democrático de Direito. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 22, n. 1, p. 46-79, 2017.

ZORZI, Felipe Bortoncello. Cidadania Desigual: socialização política comparada em escolas públicas e privadas de Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO 2015/2016



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
Pesquisa: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de
socialização política dos jovens no Sul do Brasil

Instruções de preenchimento:

1. Siga as instruções para cada pergunta.
2. Seja honesto em suas respostas; não existe resposta certa ou errada, e sim sua opinião sobre cada questão.

Para começar, precisamos de alguns dados gerais.

1. Sua idade: _____
2. Seu sexo: (1) Masculino (2) Feminino

Pensando em política, gostaríamos de saber alguns de seus hábitos.

3. Você se interessa por política? Marque uma opção.

- (1) Muito
- (2) Pouco
- (3) Nenhum interesse

4. Com que frequência você costuma conversar sobre estes assuntos políticos com: Marque uma opção.

	Frequentemente	Às Vezes	Raramente	Nunca
4.1 Seus pais				
4.2 Seus familiares				
4.3 Seus amigos				
4.4 Sua lista de contatos das redes sociais				
4.5 Seus colegas de escola				
4.6 Seus professores				

5. Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Marque qual é a primeira e qual é a segunda mais importante.

	1º	2º
1. Família		
2. Igreja		
3. Escola		
4. Amizades		
5. Televisão		
6. Rádio		
7. Jornal impresso/ Revista		
8. Internet		
9. Redes sociais		

6. Pensando nas pessoas listadas abaixo, qual você acha que é o interesse delas por política? Marque uma opção.

	Muito	Pouco	Nenhum
6.1 Seus pais			
6.2 Seus familiares			
6.3 Seus amigos			
6.5 Seus colegas de escola			
6.6 Seus professores			

Agora queremos saber sua opinião sobre alguns aspectos do nosso país.

7. Em sua opinião qual é o principal problema do país? Marque uma opção.

- (1) Inflação
- (2) Desemprego
- (3) Saúde
- (4) Pobreza
- (5) Corrupção
- (6) Moradia
- (7) Transporte
- (8) Educação
- (6) Outro. Qual? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

8. Pensando nesses problemas do país, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas? Marque uma opção.

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar
- (2) A participação da população nas decisões do governo.

9. Você acha que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Às vezes
- (3) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

10. Você acha que seu futuro será melhor do que o do seus pais? Marque uma opção.

- (1) Sim, será melhor.
- (2) Será igual.
- (3) Não, será pior. Por quê? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

11. Como você sabe existem várias coisas acontecendo no Brasil que faz com que existam sentimentos diferentes. Pensando nisso, qual é o sentimento que você tem nesse momento do país? Marque uma opção.

- (1) Inseguro
- (2) Indignado
- (3) Assustado
- (4) Frustrado
- (5) Feliz
- (6) Confiante
- (7) Satisfeito
- (8) Seguro
- (9) Outro. Qual? _____

E agora pensando na sua escola, queremos saber se:

12. Você participa de atividades da escola? Marque uma opção.

- (1) Sim. Quais? _____
(2) Às vezes
(3) Não. Por quê? _____

13. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? Marque uma opção.

- (1) Sim
(3) Não

14. Quando não gosta de alguma coisa na escola, o que você faz?

15. Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não
(88) Não sei
(99) Não quero responder

16. A sua escola tem Grêmios Estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim (Responda a próxima questão)
(2) Não (Pule para questão 18)
(88) Não sei (Pule para questão 18)
(99) Não quero responder

17. Você participa do Grêmios Estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não. Por quê? _____

18. Você participa de alguma outra organização estudantil? Marque uma opção.

- (1) Sim. Qual? _____
(2) Não.

19. Você considera importante os estudantes participarem de organizações estudantis? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não. Por quê? _____
(88) Não sei
(99) Não quero responder

20. Pensando em cargos de liderança estudantil, você gostaria de ocupar algum? Marque uma opção.

- (1) Sim
(2) Não. Por quê? _____

21. Em relação à educação que você recebe, está satisfeito? Marque uma opção.

- (1) Sim.
(2) Não. Por quê? _____

22. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula? Marque uma opção.

- (1) Concordo: a política faz parte da formação do estudante
(2) Não concordo: lugar de política não é na aula

Falando ainda sobre política.

23. Como você se sente com relação à política? Marque uma opção.

- (1) Alienado
- (2) Indiferente
- (3) Desiludido
- (4) Interessado
- (5) Participativo
- (6) Outro. Como? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

24. Diga a primeira palavra que vem na sua cabeça quando pensa em:

24.1 Política _____

24.2 Políticos _____

24.3 Partidos Políticos _____

24.4 Cidadania _____

25. Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
25.1 Todos os políticos são corruptos.			
25.2 Os políticos prometem, depois não cumprem.			
25.3 Políticos são todos iguais.			
25.4 Não gosto de discussões ou assuntos políticos, porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.			
25.5 Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo.			
25.7 Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.			
25.8 Assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam.			

26. Você votou nas últimas eleições? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Sim, mas anulei. Por quê? _____
- (3) Não. Por quê? _____

27. Você é favorável ao voto com 16 anos? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não. Por quê? _____

28. Você votaria se o voto não fosse obrigatório? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não. Por quê? _____

29. Ao definir o seu voto, o que leva em conta? Marque uma opção.

- (1) A pessoa do candidato.
- (2) O partido do candidato.
- (3) A pessoa e o partido.

35. Quando você pensa em democracia, quais dos itens listados abaixo vem em sua mente? Marque o que vem em primeiro, em segundo e em terceiro lugar em sua mente.

	1°	2°	3°
1. Votar			
2. Poder criticar			
3. Governar para maioria			
4. Respeitar o direito de todos			
5. Não ter pobreza			
6. A competição entre partidos			
7. A igualdade entre os cidadãos			
8. A paz			
9. Liberdade de expressão			
10. Liberdade de imprensa			
11. Outro. Qual?			

Falando sobre participação política.

36. Você costuma participar de: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Não participo
36.1 Partidos Políticos			
36.2 Reuniões políticas			
36.3 Comícios políticos			
36.4 Associações comunitárias			
36.5 Atividades religiosas			
36.6 Organizações Não Governamentais (ONGs)			
36.7 Orçamento Participativo			
36.8 Abaixo assinados			
36.9 Manifestações, protestos, passeatas			
36.10 Ocupações de terrenos ou prédios públicos			
36.13 Movimentos Sociais			
36.14 Atividades no seu bairro			

37. Participaria de atividades políticas, se fosse convidado? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não. Por quê? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

38. Em 2013, muitos jovens foram às ruas para fazerem manifestações sobre assuntos relacionados ao Brasil.

Você participou destas manifestações? Marque uma opção.

(1) Sim (Responda a próxima pergunta)



(2) Não (Pule para questão 40)

39. Se você participou, quanto cada meio listado abaixo o influenciou a participar? Marque uma opção.

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
39.1 Família				
39.2 Igreja				
39.2 Amigos				
39.3 Professores				
39.4 TV				
39.5 Rádio				
39.6 Jornal impresso ou Revista				
39.7 Internet				

40. Ainda com relação às manifestações de 2013, você considera que elas foram importantes? Marque uma opção.

(1) Sim. Por quê? _____

(2) Não. Por quê? _____

(88) Não sei

(99) Não quero responder

Agora vamos falar sobre confiança nas pessoas e nas instituições.

41. Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
41.1 Pessoas em geral			
41.2 Seus pais			
41.3 Seus familiares			
41.4 Seus vizinhos			
41.5 Seus colegas de aula			
41.6 Sua lista de contatos das redes sociais			
41.7 Seus amigos			
41.8 Seus professores			

42. Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
42.1 Igrejas			
42.2 Partidos Políticos			
42.3 Judiciário (Juizes e tribunais)			
42.4 Presidente			
42.5 Governo Federal (Ministros)			
42.6 Polícia			
42.7 Forças Armadas			
42.8 Escola			
42.9 Movimentos Estudantis			
42.10 Conselho Escolar			
42.11 Grêmios Estudantis da escola			
42.12 Associações Comunitárias			
42.13 TV			
42.14 Jornal Impresso e Revista			
42.15 Rádio			
42.16 Internet			

43. Para formar sua opinião sobre essas instituições, qual a influência que cada um dos grupos abaixo listados exerce. Marque uma opção.

	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada
43.1 Família				
43.2 Igreja				
43.3 Amigos				
43.4 Professores				
43.5 TV				
43.6 Rádio				
43.7 Jornal impresso ou Revista				
43.8 Internet				

44. Das afirmações abaixo, gostaríamos de saber se você concorda. Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
44.1 A participação das pessoas é importante para resolver os problemas no país.			
44.2 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país.			
44.3 A participação em um projeto de sua escola é importante mesmo que não lhe beneficie diretamente.			

Agora queremos saber um pouco mais sobre os meios de comunicação que você usa.

45. Quando você quer saber mais sobre assuntos políticos, com que frequência você se informa pelos canais listados abaixo? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
45.1 TV			
45.2 Rádio			
45.3 Jornal Impresso e Revista			
45.4 Internet			
45.5 Redes Sociais			

46. Em média:

46.1 Quantas horas por dia você assiste TV		hr
46.2 Quantas horas por dia você ouve rádio		hr
46.3 Quantas horas por dia você fica conectado na internet		hr
46.4 E dessas horas na internet, quantas você fica conectado nas redes sociais		hr
46.4 Quantos dias por semana você lê jornal impresso ou revista		dia

47. Confia nas informações políticas veiculadas: Marque uma opção.

	Sim	Mais ou menos	Não
47.1 Na TV			
47.2 Na rádio			
47.3 Nos jornais impressos ou revistas			
47.4 Na internet			
47.5 Nas redes sociais			

48. Qual a sua principal motivação quando: Marque uma opção.

	Entretenimento	Informação	Ambos
48.1 Assiste TV			
48.2 Ouve Rádio			
48.3 Lê jornal impresso ou revista			
48.4 Conecta-se à internet			

49. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de pensar? Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
49.1 TV			
49.2 Rádio			
49.3 Jornal impresso ou revista			
49.4 Internet			

50. Você acha que os meios de comunicação listados abaixo influenciam a sua forma de agir? Marque uma opção.

	Sim	Às vezes	Não
50.1 TV			
50.2 Rádio			
50.3 Jornal impresso ou revista			
50.4 Internet			

Pensando sobre as Redes Sociais da Internet.

51. Das redes sociais listadas abaixo, quais são as três mais utilizadas por você? Marque a primeira, a segunda e a terceira mais utilizada.

	1º	2º	3º
51.1 Twitter			
51.2 Facebook			
51.3 Google +			
51.4 Whatsapp			
51.5 Instagram			
51.6 Snapchat			
51.7 Skype			
51.8 Youtube			
51.9 Fóruns			
51.10 Outra. Qual?			

52. Você pesquisa em outras fontes sobre as notícias de política postadas nas redes sociais? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não

53. Nas Redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
53.1 Ler ou assistir o vídeo			
53.2 Curtir			
53.3 Comentar			
53.4 Compartilhar			
53.5 Usar #			

54. Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais? Marque uma opção.

	Sempre	Às vezes	Nunca
54.1 Seus pais			
54.2 Seus familiares			
54.4 Seus amigos			
54.5 Sua lista de contatos das redes sociais			
54.6 Seus professores			
54.7 Outro. Quem?			

55. Na sua opinião, as redes sociais podem ser instrumentos de participação política? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Mais ou menos

(3) Não

(88) Não sei

(99) Não quero responder

56. Você participa de mobilizações políticas via Internet, tais como: Marque uma opção.

	Participo	Já participei	Nunca participei
56.1 Abaixo assinado			
56.2 Boicotes			
56.3 Twittaços			

57. Você confirma presença em eventos relacionados à política no Facebook? Marque uma opção.

(1) Sim

(2) Não

58. Você já participou de manifestações políticas na rua marcadas pela internet? Marque uma opção.

(1) Sim. Quais? _____

(2) Não. Por quê? _____

59. Você fez campanha para algum candidato político pelas Redes Sociais nas últimas eleições? Marque uma opção.

(1) Sim. De que forma? _____

(2) Não. Por quê? _____

60. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
60.1 Sinto que sou parte de uma comunidade quando participo das Redes Sociais.			
60.2 Sinto que sou parte de uma comunidade quando estou assistindo TV.			
60.3 Quando vejo uma notícia sobre política na internet sinto vontade de participar de movimentos sociais ou mobilizações.			
60.4 Quando assisto uma notícia sobre política na TV sinto vontade de participar de movimentos sociais e mobilizações.			

Para finalizar, precisamos de alguns dados seus e de sua família.

61. Qual o seu estado civil? Marque uma opção.

(1) Solteiro

(2) Casado

(4) Divorciado

(5) Viúvo

62. Qual a sua religião? _____

63. Com quem você mora? Marque uma opção.

(1) Mora com pai e mãe

(2) Mora com parentes ou amigos

(3) Mora com a mãe

(4) Mora com o pai

(5) Mora sozinho

(6) Mora com esposo(a) ou companheiro(a)

(7) Outros. Quem? _____

64. Você tem acesso à internet em casa? Marque uma opção.

(1) Sim.

(3) Não.

65. Além de estudar, você trabalha? Marque uma opção.

- (1) Sim. Em quê? _____
- (2) Já trabalhei. Em quê? _____
- (3) Não

66. Quando é necessário tomar uma decisão importante na sua família, você acha que os filhos devem ser consultados e ajudarem a decidir? Marque uma opção.

- (1) Sempre
- (2) Às vezes
- (3) Nunca
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

67. Qual sua etnia (cor)? _____

68. Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa)? Marque uma opção.

- (1) Até um salário mínimo
- (2) De 1 a 2 salários mínimos
- (3) De 3 a 4 Salários mínimos
- (4) Mais de 5 salários mínimos
- (5) Não sei

Gostaríamos de agradecer a sua colaboração com a pesquisa. Sua opinião é muito importante para nossa pesquisa.

ANEXO 2 – QUESTIONARIO 2022

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina
 Pesquisa: Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de
 socialização política dos jovens no Sul do Brasil

Data	Turno
Cidade	Série
Tipo de escola	Turma
Nome da escola	Pesquisador

Instruções de preenchimento:

1. Siga as instruções para cada pergunta.
2. Seja honesto em suas respostas; não existe resposta certa ou errada, e sim sua opinião sobre cada questão.

Para começar, precisamos de alguns dados gerais.

1. Sua idade: _____
2. Seu sexo: (1) Masculino (2) Feminino

Pensando em política, gostaríamos de saber alguns de seus hábitos.

3. Você se interessa por política? Marque uma opção.

- (1) Muito
- (2) Pouco
- (3) Nenhum interesse

4. Com que frequência você costuma conversar sobre assuntos políticos com: Marque uma opção por linha.

	Frequentemente	Às Vezes	Raramente	Nunca
4.1 Seus pais				
4.2 Seus familiares				
4.3 Seus amigos				
4.4 Contatos das redes sociais				
4.5 Seus colegas de escola				
4.6 Seus professores				

5. Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, quais das instituições abaixo você considera mais importante? Marque uma opção para a primeira e uma opção para a segunda mais importante.

1°		2°	
1. Família		1. Família	
2. Igreja		2. Igreja	
3. Escola		3. Escola	
4. Amizades		4. Amizades	
5. Televisão		5. Televisão	
6. Rádio		6. Rádio	
7. Jornal impresso/ Revista		7. Jornal impresso/ Revista	
8. Internet		8. Internet	
9. Redes sociais		9. Redes sociais	

Agora queremos saber sua opinião sobre alguns aspectos do nosso país.

6. Em sua opinião quais são os principais problemas do país? Marque uma opção para o primeiro e uma opção para o segundo mais importante.

1°		2°	
1. Inflação		1. Inflação	
2. Desemprego		2. Desemprego	
3. Saúde		3. Saúde	
4. Pobreza		4. Pobreza	
5. Corrupção		5. Corrupção	
6. Moradia		6. Moradia	
7. Transporte		7. Transporte	
8. Educação		8. Educação	
9. Meio ambiente		9. Meio ambiente	
10. Violência		10. Violência	
11. Outro. Qual? _____		11. Outro. Qual? _____	

7. Na sua opinião, qual das soluções abaixo você acha melhor para resolver estes problemas?

Marque uma opção.

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar.
- (2) A participação da população nas decisões do governo.

8. Você acha que a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no nosso país? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Às vezes
- (3) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

9. Você acha que seu futuro será melhor do que o do seus pais? Marque uma opção.

- (1) Sim, será melhor.
- (2) Será igual.
- (3) Não, será pior.
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

10. Como você sabe, existem várias coisas acontecendo no Brasil que faz com que existam sentimentos diferentes. Pensando nisso, qual é o sentimento que você tem nesse momento do país?

Marque uma opção.

- (1) Inseguro
- (2) Indignado
- (3) Assustado
- (4) Frustrado
- (5) Feliz
- (6) Confiante
- (7) Satisfeito
- (8) Seguro
- (9) Solitário
- (10) Indiferente
- (11) Outro. Qual? _____

E agora pensando na sua escola, queremos saber se:

11. Quando a escola organiza atividades, você participa? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Às vezes
- (3) Não.

12. Você costuma discutir os problemas de sua escola com seus colegas? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

13. Você acha que os alunos deveriam participar mais das decisões tomadas em sua escola? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

14. Você acha que a educação que você está recebendo é de qualidade? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Não. Por quê? _____

15. Qual a sua opinião sobre a discussão de assuntos políticos em sala de aula? Marque uma opção.

- (1) Concordo: a política faz parte da formação do estudante.
- (2) Não concordo: lugar de política não é na aula

16. Com que frequência a sua escola promove eventos que: Marque uma opção por linha.

	Frequentemente	Moderadamente	Nunca
16.1 Tratam sobre a sociedade e a política na atualidade.			
16.2 Tratam sobre cultura e diversidade.			
16.3 Tratam de conteúdos a partir de jornais ou revistas.			
16.4 Tratam de conteúdos a partir da exibição de noticiários ou documentários.			
16.5 Trabalham com pesquisa e fontes de informação.			

Falando ainda sobre política.

17. Como você se sente com relação à política? Marque uma opção.

- (1) Alienado
- (2) Indiferente
- (3) Desiludido
- (4) Interessado
- (5) Participativo
- (6) Isolado
- (7) Outro. Como? _____
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

18. Atualmente se fala muito do que está acontecendo no país. Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações: Marque uma opção por linha.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo
18.1 Todos os políticos são corruptos.			
18.2 Os políticos prometem, depois não cumprem.			
18.3 Políticos são todos iguais.			
18.4 Não gosto de discussões ou assuntos políticos porque ninguém se entende e prefiro não me incomodar.			
18.5 Pessoas como as de minha família não têm nenhuma influência nas ações do governo.			
18.6 Não adianta participar da política, pois nunca muda nada.			
18.7 Assuntos políticos são muito complicados pra mim, por isso não me interessam.			
18.8 A colaboração entre pessoas pode contribuir para melhorar a situação no país.			
18.9 Democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo			
18.10 Em algumas circunstâncias um governo autoritário é melhor do que um governo democrático.			
18.11 De modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.			

19. Você tem título de eleitor? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Não, mas teria feito se pudesse.
- (3) Não, só farei quando for obrigatório.

20. Você votaria se o voto não fosse obrigatório? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

21. Ao definir o seu voto, o que mais leva em conta? Marque uma opção.

- (1) A pessoa do candidato.
- (2) O partido do candidato.
- (3) A pessoa e o partido.

28. Quando você pensa em democracia, quais dos itens listados abaixo vêm a sua mente? Marque uma opção para o que vem em primeiro e uma opção para o que vem em segundo em sua mente.

	1º		2º
1. Votar		1. Votar	
2. Poder criticar		2. Poder criticar	
3. Governar para a maioria		3. Governar para a maioria	
4. Respeitar o direito de todos		4. Respeitar o direito de todos	
5. Não ter pobreza		5. Não ter pobreza	
6. A competição entre partidos		6. A competição entre partidos	
7. A igualdade entre os cidadãos		7. A igualdade entre os cidadãos	
8. A paz		8. A paz	
9. Liberdade de expressão		9. Liberdade de expressão	
10. Liberdade de imprensa		10. Liberdade de imprensa	
11. Outro. Qual? _____		11. Outro. Qual? _____	

29. Considerando a discussão sobre as ações do Governo e do Mercado, quem você acha que deve ser o maior responsável por gerenciar estas áreas/decisões: Marque uma opção por linha.

	Governo	Empresa
29.1 Ser o dono das empresas e indústrias mais importantes do país.		
29.2 Ser o principal responsável pelo bem-estar dos cidadãos.		
29.3 Ser o principal responsável por garantir as aposentadorias.		
29.4 Ser o principal responsável por prover os serviços de saúde.		
29.5 Ser o principal responsável por prover a educação.		

30. Agora serão apresentadas algumas características. Indique se a descrição é muito parecida, mais ou menos parecida ou se não é parecida com você. Marque uma opção por linha.

	Muito parecido comigo	Mais ou menos parecido comigo	Não é parecido comigo
30.1 É importante ter novas ideias e ser criativo.			
30.2 É importante ser rico, ter muito dinheiro e coisas caras.			
30.3 É importante viver num ambiente seguro e evitar o que pode ser perigoso.			
30.4 É importante me divertir e fazer o que gosto.			
30.5 É importante me comportar de maneira correta e evitar fazer o que as pessoas acham errado.			
30.6 É importante fazer algo para o bem da sociedade.			
30.7 É importante ter muito sucesso e que as pessoas reconheçam minhas conquistas.			
30.8 É importante me preocupar com o meio ambiente e com a natureza.			
30.9 É importante seguir a tradição da religião e da família			

Falando sobre participação política.

31. Você costuma participar de: Marque uma opção por linha.

	Participo	Já participei	Não participo
31.1 Partidos políticos			
31.2 Associações comunitárias			
31.3 Atividades religiosas			
31.4 Organizações Não Governamentais (ONGs)			
31.5 Abaixo-assinados			
31.6 Manifestações, protestos, passeatas			
31.7 Ocupações de terrenos ou prédios públicos			
31.8 Movimentos sociais			
31.9 Atividades no seu bairro			
31.10 Mobilizações organizadas pelas redes sociais			

32. Nos últimos anos houve no Brasil várias manifestações. Você participou de alguma delas?

- (1) Sim. Quais? _____
 (2) Não

Agora vamos falar sobre confiança nas pessoas e nas instituições.

33. Em relação às pessoas que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção por linha.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
33.1 Pessoas em geral			
33.2 Seus pais			
33.3 Seus familiares			
33.4 Seus vizinhos			
33.5 Seus colegas de aula			
33.6 Contatos das redes sociais			
33.7 Seus amigos			
33.8 Seus professores			
33.9 Influenciadores Digitais (youtuber, instagramers, etc)			

34. Em relação às instituições que estão listadas abaixo, você confia nelas? Marque uma opção por linha.

	Confio	Confio mais ou menos	Não confio
34.1 Igrejas			
34.2 Partidos políticos			
34.3 Judiciário (Juizes e tribunais)			
34.4 Presidente			
34.5 Governo Federal (Ministros)			
34.6 Polícia			
34.7 Forças Armadas			
34.8 Escola			
34.9 Movimentos estudantis			
34.10 Conselho escolar			
34.11 Grêmios estudantis da escola			
34.12 Associações comunitárias			
34.13 TV			
34.14 Jornal impresso e revista			
34.15 Rádio			
34.16 Internet			

Agora queremos saber um pouco mais sobre os meios de comunicação que você usa.

35. Você acredita que os meios de comunicação no Brasil são neutros sobre política?

- (1) Sim
 (2) Não

36. O quanto você utiliza os seguintes meios/canais para se informar sobre política: Marque uma opção por linha.

	Muito	Pouco	Nada
36.1 Rádio			
36.2 Televisão			
36.3 Jornal/Revista (online, via app ou impresso)			
36.4 Facebook			
36.5 Blogs ou fóruns de opinião			
36.6 Whatsapp			
36.7 Youtube			
36.8 Instagram			
36.9 Tik Tok			

37. O quanto você confia nas informações políticas veiculadas nestes meios/ canais de comunicação: Marque uma opção por linha.

	Muito	Pouco	Nada
37.1 Rádio			
37.2 Televisão			
37.3 Jornal/Revista (online, via app ou impresso)			
37.4 Facebook			
37.5 Blogs ou fóruns de opinião			
37.6 Whatsapp			
37.7 Youtube			
37.8 Instagram			
37.9 Tik Tok			

38. Qual a sua principal motivação quando: Marque uma opção por linha.

	Entretenimento	Informação
38.1 Assiste TV		
38.2 Ouve rádio		
38.3 Lê jornal impresso ou revista		
38.4 Conecta-se à Internet		

Pensando sobre as redes sociais da Internet.

39. Das redes sociais listadas abaixo, qual você mais utiliza? Marque de acordo com o uso, sendo 1 nada usado e 5 muito usado.

	1	2	3	4	5
39.1 Twitter					
39.2 Facebook					
39.3 Whatsapp					
39.4 Instagram					
39.5 Youtube					
39.6 Tik Tok					
39.7 Outra. Qual? _____					

40. Você pesquisa em outras fontes sobre as notícias de política postadas nas redes sociais?

- (1) Sim. Em quais? _____
 (2) Não

41. Ao ler uma notícia, quais das seguintes ações você realiza para determinar se está recebendo informações legítimas? Marque uma opção por linha.

	Sempre	Às vezes	Nunca
46.1 Ver se o autor é real e confiável			
46.2 Ver se a data da notícia é atual			
46.3 Ver se outros meios confirmam essa notícia			
46.4 Ver se não se trata de uma piada			
46.5 Consulta um site de verificação de fatos			
46.6 Consulta um amigo ou familiar			

42. Muitas pessoas têm se referido à divulgação de notícias que distorcem a realidade chamando-as de notícias falsas ou de fake news. Você concorda que houve um aumento na divulgação de notícias falsas/ fake news no Brasil? Marque uma opção.

- (1) Concordo.
 (2) Concordo parcialmente.
 (3) Discordo
 (88) Não sei

43. Na sua opinião, por que você acha que as pessoas compartilham notícias falsas sobre política? Marque uma opção.

- (1) Para confundir as pessoas
 (2) Para convencer as demais do seu ponto de vista
 (3) Por falta de informação
 (4) Outro. Qual? _____

44. Você já teve contato com fake news em algum destes meios? Marque uma opção por linha.

	Frequentemente	Às vezes	Nunca
44.1 Rádio			
44.2 Televisão			
44.3 Jornal/Revista (online, via app ou impresso)			
44.4 Facebook			
44.5 Whatsapp			
44.6 Youtube			
44.7 Instagram			
44.8 Tik Tok			
44.9 Outra. Qual? _____			

45. Quem você acha que deve impedir a divulgação das fake news na Internet? Marque uma opção.

- (1) Governo
 (2) Imprensa
 (3) Judiciário
 (4) Instituições independentes
 (5) Não deve haver fiscalização.
 (6) Outro. Quem? _____
 (88) Não sei

46. Nas redes sociais, o que costuma fazer quando seus amigos postam assuntos políticos? Marque uma opção por linha.

	Sempre	Às vezes	Nunca
46.1 Ler ou assistir o vídeo			
46.2 Curtir			
46.3 Comentar			
46.4 Compartilhar			
46.5 Usar #			

47. Você conversa com alguém sobre as postagens de política que vê nas redes sociais? Marque uma opção por linha.

	Sempre	Às vezes	Nunca
47.1 Seus pais			
47.2 Seus familiares			
47.3 Seus amigos			
47.4 Seus colegas de escola			
47.5 Seus contatos das redes sociais			
47.6 Seus professores			
47.7 Outro. Quem? _____			

48. Na sua opinião, as redes sociais podem ser instrumentos de participação política? Marque uma opção.

- (1) Sim
 (2) Mais ou menos
 (3) Não
 (88) Não sei

49. Você já participou de manifestações políticas na rua marcadas pela Internet?

- (1) Sim. Quais? _____
 (2) Não.

50. Você fez campanha para algum candidato político pelas redes sociais nas últimas eleições?

- (1) Sim.
 (2) Não.

51. Pensando na interação com seus amigos nas redes sociais, você já: Marque uma opção por linha.

	Sim	Não
51.1 Excluiu algum amigo ou familiar de suas redes sociais por postarem opiniões diferentes das suas.		
51.2 Deixou de falar com algum amigo ou familiar por possuírem opiniões diferentes das suas.		
51.3 Avisou algum amigo ou familiar que ele estava divulgando fake news.		

Em relação à pandemia da Covid-19, gostaríamos de saber algumas coisas.

52. Vamos falar sobre a aulas durante a pandemia. Sobre as afirmações abaixo você: Marque uma opção por linha.

	Concordo Totalmente	Concordo em parte	Discordo em Parte	Discordo Totalmente	Não sei
52.1 Foi difícil encontrar espaço para estudar dentro de casa					
52.2 A escola possuía os recursos necessários para fazer ensino à distância					
52.3 Não tive acesso a equipamentos apropriados (internet, celular, computador)					
52.4 Os professores se adaptaram bem ao ensino à distância					
52.5 Sinto que não aprendo sem estar na escola					
52.6 A qualidade da educação não diminuiu com a pandemia					
52.7 Será difícil recuperar o atraso no ensino provocado pela pandemia					
52.8 A pandemia agravou a desigualdade na educação na sociedade brasileira					

53. Com que frequência cada uma dessas modalidades de ensino foi utilizada quando as aulas presenciais foram suspensas por causa da pandemia: Marque uma opção por linha.

	Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca	Não sei
53.1 Textos digitalizados enviado por redes sociais					
53.2 Exercícios para responder on line					
53.3 Materiais disponíveis para acessar ou baixar nos sites da escola ou secretária de educação					
53.4 Vídeo-aulas gravadas					
53.5 Entrega de atividades impressas aos alunos					
53.6 Aulas na rede ao vivo					

54. Qual sua opinião sobre a atuação das seguintes instituições na pandemia: Marque uma opção por linha.

	Otima	Boa	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei
54.1 Escola						
54.2 Sistema de Saúde						
54.3 Prefeito						
54.4 Governador						
54.5 Deputados e Senadores						
54.6 Presidente da República						

55. Pensando em notícias e comentários que circularam durante a pandemia, qual sua opinião das afirmações abaixo: Marque uma opção por linha.

	Concordo	Concordo em parte	Discordo	Nunca ouvi
55.1 Vacinas contra Covid-19 podem causar dano genético				
55.2 A vacina contra Covid-19 pode ser usada para inserir corpos estranhos na pessoa vacinada				
55.3 Os termômetros que projetam raios infra-vermelhos podem causar cancer				
55.4 O uso de máscaras pode provocar danos à saúde				
55.5 O vírus provavelmente foi criado em um laboratório				
55.6 Medicamentos como a hidroxicloraquina e a ivermectina podem salvar vidas se o tratamento for precoce				
55.7 Algum outro comentário que chamou sua atenção? Qual _____				

Para finalizar, precisamos de alguns dados seus e de sua família.

56. Qual a sua religião? _____

57. Com quem você mora? Marque uma opção.

- (1) Moro com pai e mãe
- (2) Moro com parentes ou amigos
- (3) Moro com a mãe
- (4) Moro com o pai
- (5) Moro sozinho
- (6) Moro com esposo(a) ou companheiro(a)
- (7) Outros. Quem? _____

58. Qual a escolaridade de sua mãe e de seu pai? Marque uma opção para sua mãe e uma para seu pai.

	Mãe	Pai
1. Sem instrução		
2. Ensino Fundamental incompleto		
3. Ensino Fundamental completo		
4. Ensino Médio incompleto		
5. Ensino Médio completo		
6. Ensino Superior incompleto		
7. Ensino Superior completo		
8. Não sei		

59. Você tem acesso à Internet: Marque uma opção por linha.

	Sim	Não
60.1 Em sua casa		
60.2 Em sua escola		
60.3 No seu celular		

60. Além de estudar, você trabalha? Marque uma opção.

- (1) Sim.
- (2) Já trabalhei. Em quê? _____
- (3) Não

61. Quando é necessário tomar uma decisão importante na sua família, você acha que os filhos devem ser consultados e ajudar a decidir? Marque uma opção.

- (1) Sempre
- (2) Às vezes
- (3) Nunca
- (88) Não sei
- (99) Não quero responder

62. Qual sua etnia (cor)? Marque uma opção.

- (1) Indígena
- (2) Amarelo
- (3) Branco
- (4) Pardo
- (5) Negro
- (6) Outro. Qual? _____

63. Qual a faixa de renda de toda a sua família (somando a renda de todas as pessoas que moram em sua casa)? Marque uma opção.

- (1) Até um salário mínimo (até R\$1.000)
- (2) De 1 a 2 salários mínimos (De R\$1.000 a R\$2.000)
- (3) De 2 a 3 salários mínimos (De R\$2.000 a R\$3.000)
- (3) De 3 a 4 salários mínimos (De R\$3.000 a R\$4.000)
- (4) De 4 a 5 salários mínimos (De R\$4.000 a R\$5.000)
- (5) Mais de 5 salários mínimos (Mais de R\$5.000)
- (88) Não sei

64. Durante a pandemia a renda da sua família: Marque uma opção.

- (1) Aumentou
- (2) Continuou igual
- (3) Diminuiu
- (3) Perdeu totalmente a renda
- (88) Não sei

65. Você ou alguém de seu domicílio recebeu o auxílio emergencial? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Fez o cadastro, mas não recebeu
- (3) Não

66. Você ou alguém de seu domicílio perdeu o emprego durante a pandemia? Marque uma opção.

- (1) Sim
- (2) Não

67. Pensando em sua família, a qual classe social vocês acreditam que pertencem? Marque uma opção.

- (1) Baixa (pobre)
- (2) Média-baixa
- (3) Média
- (4) Média-Alta
- (5) Alta (rico)

Gostaríamos de agradecer a sua colaboração com o questionário. Sua opinião é muito importante para nossa pesquisa.